



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0207/001/2025-GAB

Quixeramobim-CE, 02 de julho de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor

Igor Costa Martins

Presidente da Câmara Municipal de Quixeramobim/CE.

Assunto: Encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, devidamente sancionada, conforme segue anexo.

Na oportunidade renovo votos de estima.

Atenciosamente,

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA  
Prefeito Municipal

*Recebido  
FPP  
04/07/25*



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 3.339/2025, DE 26 DE JUNHO DE 2025.**

**EMENTA: “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências.”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município para 2026:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. a organização e estrutura dos orçamentos;
- III. as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações
- IV. as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII. as disposições finais.

**§ 1º** - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

- I. Anexo I, Especificação da Receita;
- II. adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III. adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV. anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. quadros demonstrativos dos Adendos V, VI, VII, VIII e XI.

**Art. 2º.** O Plano Plurianual para o período de 2022 A 2026, estabeleceu as prioridades e as metas para o exercício de 2026, sendo esta Lei regra estabelecida para elaboração da Lei Orçamentária 2026, podendo o orçamento incorporar as adequações necessárias.





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**§ 1º** - Os ANEXOS de METAS FISCAIS e RISCOS FISCAIS, partes integrantes desta lei terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2026, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas, deverão ser preenchidos de acordo com as metas estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional:

- a) Anexos de Riscos Fiscais - ARF - Tabela 1 - Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;
- b) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 1 - Demonstrativo 1 - metas anuais;
- c) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 2 - Demonstrativo 2 - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- d) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 3 - Demonstrativo 3 - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- e) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 4 - Demonstrativo 4 - evolução do patrimônio líquido;
- f) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 5 - Demonstrativo 5 - origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- g) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 6 - Demonstrativo 6 - avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- h) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 7 - Demonstrativo 7 - estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i) Anexo de Metas Fiscais - AMF - Tabela 8 - Demonstrativo 8 - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

**§ 2º** - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outrocorrência no SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado para adequá-la os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

**§ 3º** - Os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos poderão ser revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro) anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 3º.** As receitas próprias e de órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista desta Lei, somente





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

poderão ser programadas para atender integralmente suas necessidades relativas a despesas administrativas e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, inclusive investimentos como aquisição de bens, obras e serviços de engenharia.

**Art. 4º.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido ao disposto na Lei Federal n.º 4.320/64 e o § 5º do art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. texto de lei;
- II. consolidação dos quadros orçamentários;
- III. anexos dos orçamentos, descriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

**§ 1º** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- II. do resumo das despesas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III. da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- IV. das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- V. das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;
- VI. das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, subprograma e grupo de despesa;
- VII. dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

**§ 2º** - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares o efeito, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários,





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;

**§ 3º** - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada.

**Art. 5º.** Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Órgãos e Fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 6º.** Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Legislativo, os Órgãos descentralizados e as Secretarias de Governo, as administrações dos Fundos Especiais, demais administrações dos órgãos públicos municipais encaminharão até o dia 28 de agosto de 2025, à Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária, suas respectivas propostas orçamentária, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

**Art. 7º.** O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação.

**§ 1º** - As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo poderão ser identificadas por Projeto e Atividades, com indicação das Contas Orçamentárias de acordo com a ação a ser executada.

**§ 2º** - Os subprojetos e subatividades, se for o caso, serão agrupados em projetos e atividade, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.

**§ 3º** - No projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser atribuído a cada subprojeto e subatividade, para fins de processamento, um código numérico sequencial.

**§ 4º** - O enquadramento dos subprojetos e subatividades na classificação funcional-programática deverão observar genericamente os objetivos precípuos dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**§ 5º** - As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos sequenciais da proposta original.

**§ 6º** - As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, sendo utilizados na mesma destinação sem a necessidade de crédito adicional, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

**Art. 8º.** A Conta Orçamentária destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (00.00.00.000.0000.0.000.0000) conforme abaixo:

- I. 00 = Código inicial que identifica o órgão
- II. 00 = Código que identifica da Unidade Orçamentária;
- III. 00 = Código que identifica a função;
- IV. 000 = Código que identifica a Subfunção;
- V. 0000 = Código que identifica o Programa segundo o PPA;
- VI. 0 = Tipo de Conta Orçamentária Projetos ou Atividades, sendo números ímpares projetos e números pares Atividades;
- VII. 000 = Código que identifica a sequência dos projetos ou atividades.
- VIII. 0000 = Código que identifica a sequência dos subprojetos ou subatividades, caso exista necessidade na conta orçamentária.

**Art. 9º.** Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem, podendo ser colocado na mensagem de Lei.

**§ 2º** - Cada Projeto de Lei e Decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituam os arts. 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 10.** Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á nas previsões de receitas:

- a) - Nas previsões de receitas:





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

- I - Observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.
- II - Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- III - Poderá ser aberta Operação de Crédito mediante autorização por Lei Específica e o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- IV - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.

**b) - Na programação da despesa não poderão ser:**

- I. fixadas despesas, sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II. incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;
- III. atenderá ao Princípio da Unidade de Tesouraria, todas as receitas orçamentárias estarão centralizadas.

**Parágrafo Único** - O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite total do orçamento fixado.

**Art. 11.** Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

**Art. 12.** As dotações a título de subvenções sociais deverão ser destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. Seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, Cultura e Desportos;
- II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV. ter sede ou desenvolvam suas atividades no Município;





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

- V. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

**§ 1º** - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2026 e comprovante de regularização do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** - A destinação de recursos à entidade privada com sede no município para atendimento às ações de assistência social, saúde, educação, cultura e desportos serão realizadas por intermédio de transferências intergovernamentais, mediante plano de aplicação indicada a unidade de medida de desempenho e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer até o último dia útil do Exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos:

- a. relatório consubstanciados das atividades;
- b. recolhimento do saldo monetário que houver;
- c. comprovação de desempenho.

**§ 3º** - A destinação de recursos transferidos diretamente pelo Sistema Único de Saúde, para entidades que estejam vinculadas a União, deverá ser feito mediante receita e despesa orçamentária demonstrando a origem de recurso, ao qual, o Município atua apenas como transferidor e na fiscalização do recurso transferido.

**Art. 13.** É vedada a inclusão de dotação, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional da Comunidade (CNEC).
- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais; e,
- III. Voltadas para as ações de saúde prestadas por entidade vinculada ao SUS ou quando financiadas com recursos de organismos internacionais.
- IV. Para Associações de classe mediante repasse com prestações de contas que seus recursos foram destinados aos Associados.
- V. Mediante aplicação de recursos por entidades sociais locais para execução de pequenas obras e investimentos necessários a comunidade, mediante apresentação de prestação de contas e prévio projeto de aplicação dos recursos.





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 14.** As transferências de recursos do município consignadas na Lei Orçamentária Anual, para as instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, patrocínio a eventos, a pessoas físicas e jurídicas serão realizadas exclusivamente mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributárias, as operações de créditos para atendê-la a estado de calamidade pública legalmente conhecido por ato do Poder Executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, desde que não esteja inadimplente com:

- I. o fisco da União, inclusive com as contribuições de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição;
- II. as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços; e,
- III. a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajuste, subvenções, auxílios e similares;
- IV. fisco do Município.

**§ 1º** - Caberá ao órgão transferidor do município:

- I. a exigência de indicação compromissada de um preposto coordenador do programa; e,
- II. acompanhar a execução das subatividades ou subprojetos desenvolvidos com os recursos transferidos.

**§ 2º** - As transferências previstas neste artigo serão feitas mediante apresentação de plano de trabalho, devendo o empenho ocorrer até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere, e os demais registros próprios nas datas da ocorrência dos fatos correspondentes.

**§ 3º** - Na concessão de crédito ou patrocínio a pessoa física ou jurídica, associação ou entidade, destinado a atividades desportivas e culturais, apoio a liga desportiva, associação desportiva para implementação de Competições Esportivas Regionais ou apoio a atividades culturais no âmbito da Sociedade local.

**§ 4º** - Nos recursos transferidos pelo Governo como incentivo a Classes de Trabalhadores, abono, produção ou qualquer outro benefício, poderá ser pago mediante apresentação de convênio com Associação de Classe em conformidade com as exigências contidas nos incisos I, III e IV do *caput*.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 15.** Serão constituídas, nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, RESERVA DE CONTINGÊNCIA aos respectivos orçamentos até o limite máximo de 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, ficando os critérios e regras para sua utilização exigida no inciso III do art. 5º da LRF, estabelecidos da seguinte forma:

**§ 1º** - Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos na Lei Orçamentária 2026, somente para Suplementação de Despesas relativas eventos fiscais imprevistos e falhas na previsão orçamentária, relacionados a:

- I - Investimentos;
- II - Pessoal e Encargos Sociais;
- III - Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;
- IV - Inserção de Despesas novas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;

**§ 2º** - Atendimento de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais imprevistos;

**§ 3º** - Considerando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, caso não seja utilizada a Reserva de Contingência durante o exercício, está poderá ser anulada nos últimos 61 (sessenta e um) dias no ano para reforço das dotações orçamentárias.

**Art. 16.** O Município apresentará no exercício de 2026, resultado primário equivalente a pelo menos de acordo com as metas estimada para o Exercício, previstos nos quadros anexos.

**Art. 17.** À programação a cargo da Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I. pagamento da dívida interna; e,
- II. pagamentos dos precatórios sob o controle da Procuradoria Municipal de acordo com as Funções de Governo;

**§ 1º** - As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

**§ 2º** - Os programas de Educação e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e efetuadas as transposições





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção dos efeitos da descentralização.

**§ 3º** - O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para os cumprimentos de suas obrigações constitucionais e, os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.

**§ 4º** - A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação e saúde obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

**Art. 18.** O sistema de Controle Interno junto ao Setor Tributário gravará na conta DIVERSOS RESPONSÁVEIS e ao final do exercício financeiro como Dívida Ativa Não Tributária, em nome do respectivo responsável, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e os arts. 80 e seus §§ e os arts. 81, 83, 84 e do 87 a 90 e 93 do Decreto-Lei n.º 200/67, de 25/02/67, emitida pelas Cortes de Contas.

**Parágrafo Único** - A baixa na responsabilidade do registro da conta Diversos Responsáveis ou sua inclusão na Dívida Ativa obedecerá ao resultado do julgamento das contas no exercício de 2026 e do pagamento da multa imposta.

**Art. 19.** O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 200, 206 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e conterà, dentre outros.

**§ 1º** - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

**§ 2º** - As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I. - Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

- II. Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;
- III. Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde

**Art. 20.** O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

**Art. 21.** Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

**Art. 22.** Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais contribuições recolhidas às entidades de previdência.

**§ 1º** - Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**§ 2º** - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**§ 3º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I - De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II - Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV - Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- V - Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeadas por recursos provenientes:





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

- a) a arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

**Art. 23.** Para fins do disposto no *caput* do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida estabelecida as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**Parágrafo Único** - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais de que trata o parágrafo anterior.

**Art. 24.** O aumento, reajuste Salarial e a concessão de vantagens dos Servidores e Cargos Públicos, de acordo com o piso salarial e Legislação de cada profissão, por cargos ou de forma geral, será autorizado de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras por Lei Municipal Específica, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- I - As exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;
- II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

**Parágrafo Único** - Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 21.

**Art. 25.** A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei será realizada ao final de cada Quadrimestre ou Semestre de acordo com as regras estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo Único** - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

- I - Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 26.** Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

**Parágrafo Único** - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**Art. 27.** A Contratação através de Concurso Público poderá ocorrer conforme previsão no § 1º, do art. 169, da Constituição Federal, efeito do disposto nos incisos I, II, e X, do art. 37 e inciso II, bem como na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido que a contratação de cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão somente ocorrerá se:

I - Existirem cargos ou empregos vagos a preencher;

II - Prévia dotação orçamentária e financeira para atender a despesa, podendo ser suplementada até ao limite de suplementação de acordo com as normas estabelecidas pelo Art. 165 § 8º da Constituição Federal e Art. 43 da lei 4.320/64;

III - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

**Art. 28.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar n. 101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento de receita, proveniente da





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na diminuição de Despesas Públicas.

**§ 1º** - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral ou específico, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§ 2º** - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

**§ 3º** - O disposto neste artigo não se aplica as alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

**Art. 29.** A Prescrição de crédito de Dívida Ativa poderá ocorrer desde que os respectivos custos de cobrança, considerando o valor do Processo para Administração Pública em geral, exceder o valor da dívida, mediante apresentação de estimativa de custos no âmbito judicial, administrativo ou quando lei dispuser deste montante.

**Art. 30.** Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente ou na diminuição de despesas públicas.

**Parágrafo Único** - A lei mencionada no *caput* deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

**Art. 31.** É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I. conceder anistia ou redução de imposto ou taxas;
- II. deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;
- III. aumentar o número de parcelas;
- IV. proceder ao encontro de contas;
- V. efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único** - os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e cobrados, observado o seguinte:





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

- I. o valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II. os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados à custa do erário municipal.

**Art. 32.** Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- I - A disponibilidade da conta Bancos constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- II - A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar O resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;
- III - As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;
- IV - As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
- V - As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto à terceiro, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

**Art. 33.** No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho do corrente exercício (2025), apresentando-se a receita nos três últimos exercícios financeiros.

**§ 1º** - Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias, como também, sofre anulações parciais e/ou totais;

**§ 2º** - Sobre os valores da receita e da despesa apresentados no projeto de lei, poderão, facultativamente, ser atualizados na Lei Orçamentária para preços de janeiro de 2026, utilizando a variação de Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M/FGV ou outro estabelecido para correção dos limites das licitações, no período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 2025, incluídos os meses extremos do mesmo, quando verificado o percentual inflacionário acima de 10% (dez por cento).

**§ 3º** - Os valores resultantes da atualização monetária na forma do disposto no parágrafo anterior, desde que convenientes ao interesse da administração poderão, a partir de 31 de janeiro do Exercício a que se refere a presente Lei, serem incorporados às rubricas orçamentárias a





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

qualquer dia do exercício durante a execução orçamentária, procedendo-se as devidas alterações nos valores das rubricas da Receita de forma a manter o equilíbrio orçamentário.

**§ 4º** - Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica provenientes de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC Nº. 101/2000, para a obtenção da receita geral líquida.

**Art. 34.** O Poder Legislativo terá como limites de suas despesas correntes e de capital em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva Proposta Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 29-A da CF/88, no máximo do valor de 7% (sete por cento), em observância a projeção da Receita prevista no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao Exercício de 2025, com base nos valores efetivamente arrecadados até o mês de junho de 2025, facultado em comum acordo dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, promover revisão dos ajustes necessários em Fevereiro de 2026, conforme o resultado apurado de Dezembro/2025, mediante Crédito Suplementar.

**§ 1º** - A transferência de recursos referentes aos Duodécimos à Câmara Municipal, obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária.

**§ 2º** - Durante a execução orçamentária no exercício de 2026, caso haja a quitação de despesas específicas do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, as mesmas poderão ser deduzidas da parcela duodecimal a ser repassada no mês que ocorrer referido pagamento.

**Art. 35.** A partir do 10º dia do início do exercício de 2026, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2026, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC Nº. 101/2000.

**Art. 36.** Fica autorizado o Município celebrar convênios com instituições bancárias visando a abertura de linhas de créditos para empréstimo financeiro e/ou para bens e serviços em favor dos Servidores e Empregados Municipais, vedado disposição de garantias de recursos municipais para cobertura do principal, de encargos financeiros e operacionais, inclusive, pertinente a inadimplências, devendo correr por inteira responsabilidade dos beneficiários, restringindo o Município como





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

participe respondendo apenas pelas retenções das consignações em folha de pagamento para recolhimento a instituição financiadora.

**Art. 37.** A prestação de contas anual do Município constará nos moldes da Lei Federal 4.320/64, constará dos anexos exigidos sobre a execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

**Art. 38.** Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 39.** São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 40.** Caso a Proposta Orçamentária não seja remetida pelo Poder Legislativo até 30 de dezembro de 2025 para sanção do Poder Executivo, ficam autorizados os atos administrativos, por Decreto do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito de suas dotações, no início de exercício financeiro de 2026, utilizando-se, a cada mês, 1/12 (UM DOZE AVOS) do valor Total da Proposta do Projeto de Lei em tramitação no Poder Legislativo.

**§ 1º** - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo, não sendo considerado como Crédito Adicional Especial, Extraordinário e/ou Suplementar para fins dos limites estabelecidos nas autorizações.

**§ 2º** - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por Decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

**§ 3º** - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser abertos de acordo com a necessidade, as dotações para atendimento de despesas com:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. pagamento de serviços de dívida;
- III. água, energia elétrica e telefone;
- IV. combustíveis e peças;
- V. os subprojetos e subatividades em execução em 2026, financiados com recursos externos e contrapartida;
- VI. o Sistema Municipal de Educação;





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

- VII. pagamento das despesas correntes relativas a operacionalização do Sistema Único de Saúde; e,
- VIII. manutenção de serviços anteriormente criados e em pleno funcionamento.

**§ 4º** - Aplica-se o previsto no Art. 48 considerando como limite as cotas mensais abertas até o mês corrente, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária que tramita no Poder Legislativo.

**Art. 41.** Ficam autorizadas as despesas a serem incluídas no Orçamento para o exercício de 2026, Créditos Orçamentários visando custear despesas com:

- I - Apoio financeiro a Policiamento, Poder Judiciário e o Poder Militar Brasileiro, e/ou custeio de alimentação, hospedagem, manutenção de viaturas, necessários e emergentes ao regular funcional da segurança no Município;
- II - Doações a pessoas carentes pelo serviço de Assistência Social, para o auxílio a estudantes, para o auxílio ao desporto comunitário e de rendimento;
- III - Refeições e lanches para autoridades e Servidores, do Município ou de quaisquer órgãos ou entidades, estando desenvolvendo atividades de interesse do Município, sem que para isso tenham sido remunerados com diárias pela origem;
- IV - Pagamento de Precatórios e encargos financeiros referentes a juros de mora e multas sobre obrigações municipais por força de mando legal;
- V - Suprimento de Fundos.
- VI - Convênios com outras Esferas de Governo (Federal/Estadual), para garantir a efetividade dos direitos, e dar Garantia a Prestação de Serviços à População do Município, de obrigações dos demais entes, com contrapartida Municipal, somente quando, for a favor da População do Município.
- VII - Consórcios Públicos Intermunicipais, desde que, tenham sido previamente autorizados em Lei Específica pelo Poder Legislativo Municipal.

**§ 1º** - As refeições e lanches, quando necessárias, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, e com membros da Edilidade municipal, Secretários e Servidores Públicos Municipais, Membros de Conselhos Municipais, bem como, por ocasião de horários extraordinários dos servidores para execução de serviços.

**§ 2º** - As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com o controle e acompanhamento do Órgão de Assistência Social.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 42.** A fixação das despesas deve estar compatível com a real previsão das receitas, de tal forma que a execução orçamentária seja efetuada com permanente equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 43.** Em caso de desequilíbrio entre receitas e despesas, no curso da execução orçamentária, os critérios de limitação de empenho, em ordem de prioridade a serem limitadas, são:

- a) - **Primeiras despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a remuneração de serviços pessoais;
- b) - **Segundas despesas limitadas**, Despesas referentes a obras e instalações;
- c) - **Terceiras despesas limitadas**, Despesas referentes a aquisição de material permanente;
- d) - **Quartas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com outros serviços e encargos, como combustíveis, peças, insumos e outros bens necessários ao funcionamento do Município;
- e) - **Quintas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com Pessoal e material de consumo;

**Art. 44.** Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atender ao teto do cronograma de desembolso bimestral, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento da cada Poder.

**§ 1º** - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 45.** Os programas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos já prestados à população terão prioridades sobre as despesas com sua expansão e com novos investimentos.

**Art. 46.** Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os Limites fixados para cada modalidade de aplicação dentro do mesmo órgão.

**Parágrafo Único** - Fica autorizado o remanejamento, a transferência dos saldos dentro do mesmo órgão das Fontes de Recurso, dentro da mesma modalidade de aplicação da classificação por categoria econômica.





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 47.** Fica prevista a possibilidade de alienação de bens municipais, em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei 8.666/93 e a Lei Complementar 101/2000;

**Art. 48.** Ficará o Chefe do Poder Legislativo e Executivo, no âmbito de suas respectivas dotações orçamentárias, autorizados a efetuar Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento 2026 nos seguintes Limites:

**§ 1º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Superávit Financeiro previsto no Art. 43 §1º inciso I da Lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao superávit financeiro calculado entre a diminuição do ativo financeiro e o passivo financeiro apurado com base no Balanço Geral do exercício anterior.

**§ 2º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Excesso de Arrecadação previsto no Art. 43 §1º inciso II da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos à diferença apurada entre o total a ser arrecadado até o mês, considerando a proporção arrecadada proporcionalmente ao total do orçamento ou a proporção arrecadada no exercício anterior em confronto com o valor efetivamente arrecadado.

**§ 3º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Anulação de Dotação previsto no Art. 43 §1º inciso III da lei 4.320/64 até o limite de 100% (cem por cento) em função do valor total da Lei Orçamentária sancionada para o ano de 2026.

**§ 4º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Operações de Crédito previsto no Art. 43 §1º inciso IV da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao total contratualizado com a instituição financeira autorizada em conformidade com o previsto na Resolução 43 do Senado Federal.

**§ 5º** - Os Créditos Adicionais somente serão utilizados para transferir de uma categoria econômica para outra, considerando como limite a modalidade de aplicação, as demais autorizações deverão ocorrer mediante alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa.

**§ 6º** - A movimentação Fonte de Recurso dentro do mesmo elemento de despesa, mesma conta orçamentaria, mesmo órgão, será feita mediante documento que demonstre essa movimentação e não entrará para o limite de Crédito Adicional previsto nos incisos anteriores.

**Art. 49.** Consistem vantagens especiais da Educação Básica o **ABONO ESPECIAL** assegurado aos Profissionais da Educação Básica, oriundo do saldo dos 70% (setenta por cento) dos recursos do **FUNDEB** de acordo com a execução financeira apurada no exercício, podendo ser antecipado o





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

pagamento do ABONO ESPECIAL caso as projeções financeiras assim permitirem em determinado período, desde que o valor da folha de pagamento e dos encargos não aplique percentual previsto em Lei;

**Art. 50.** O Poder Executivo publicará, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal previsto na LRF, por órgão integrante do orçamento fiscal e da seguridade social.

**Art. 51.** Conterá do Sistema de CONTABILIDADE, em meio magnético, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.

**§ 1º** - Os relatórios constantes no *caput* desta lei serão estipulados de acordo com as Normas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**§ 2º** - O relatório de execução orçamentária não constará duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

**§ 3º** - O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

**§ 4º** - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o *caput* deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

**Art. 52.** O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. Quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalhos;
- II. quadros demonstrativos da natureza de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- III. quadro da programação financeira e o cronograma de desembolso financeiro.

**Art. 53.** O Poder Executivo poderá utilizar sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético rígido e/ou flexível para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, utilizando o sistema eletrônico computadorizado.

**Art. 54.** Poderá o Município, Poder Executivo ou Poder Legislativo fixar convênios ou termos de cooperação com entidades representativas de classe, mediante apresentação do Convênio.

**Art. 55.** As ações vinculadas a Criança e ao Adolescente no âmbito do SUAS deverão ser vinculadas sobre as privações que afetam crianças e adolescentes e os desafios atuais, que incluem o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza extrema, priorizando a alfabetização e as persistentes desigualdades raciais, combatendo a condição de pobreza e o acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, esporte, lazer, cultura, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação.

**Art. 56.** Aplicam-se a esta Lei as demais disposições da Lei nº. 4320/64 e Lei Complementar Nº. 101/2000, no que concerne a esfera municipal.

**Art. 57.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 58.** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim-CE, 26 de junho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA  
Prefeito Municipal



Actuary, Risk and  
Insurance Management

**AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2024  
PLANO PREVIDENCIÁRIO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO  
MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM - QUIPREV  
NTA nº 2023.000676.1  
QUIXERAMOBIM – CE**

**Túlio Pinheiro Carvalho MIBA nº 1626**

**Versão nº 01**

**DATA BASE  
31 de dezembro de 2023**



# SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS .....	8
1. INTRODUÇÃO .....	9
2. BASE LEGAL UTILIZADA NA ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL .....	10
3. BASE CADASTRAL .....	10
3.1 Situação da Base Cadastral.....	10
3.2 Estatísticas.....	12
3.2.1 Ativos .....	12
3.2.2 Dependentes dos Ativos, Inativos e Pensionistas .....	16
3.2.3 Inativos .....	16
3.2.4 Pensionistas .....	17
4. PLANO DE BENEFÍCIOS .....	17
4.1 Aposentadoria Por Incapacidade Permanente ao Trabalho .....	18
4.2 Aposentadoria Compulsória .....	18
4.3 Aposentadoria Voluntária .....	18
4.3 Aposentadoria Especial .....	19
4.3.1 Aposentadoria Especial por Exposição a Agentes Nocivos Químicos, Físicos e Biológicos.....	19
4.3.2 Aposentadoria por Deficiência.....	20
4.3.2 Aposentadoria Especial de Professor.....	21
4.5 Pensão por Morte .....	22
5. HIPÓTESES ATUARIAIS .....	22
5.1 Hipóteses Financeiras .....	23
5.1.1 Taxa de Juros Atuariais .....	23
5.1.2 Taxa de Inflação Futura .....	23
5.1.3 Projeção de Crescimento Real dos Salários Individuais .....	24
5.1.4 Projeção do Crescimento Real dos Benefícios do Plano.....	24

5.1.5 Crescimento do Salário-Mínimo .....	24
5.1.6 Compensação Previdenciária.....	24
5.2 Hipóteses Biométricas .....	25
5.2.1 Novos Entrantes .....	25
5.2.2 Tábuas Biométricas.....	25
5.3 Outras Hipóteses .....	26
5.3.1 Rotatividade .....	26
5.3.2 Composição do Grupo Familiar de Pensionistas.....	26
5.3.3 Tempo de Previdência Anterior à Admissão no Ente Federativo.....	26
5.3.4 Despesas Administrativas .....	27
6. REGIME FINANCEIRO .....	27
7. MÉTODO ATUARIAL DE AVALIAÇÃO E CUSTEIO .....	27
8. OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	28
8.1. Rentabilidade Nominal dos Ativos.....	28
8.2. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos.....	29
8.3. Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder.....	29
8.4. Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder .....	29
8.5. Ativo Líquido do Plano.....	29
8.6. Valor Atual da Compensação Previdenciária – A Receber.....	30
8.7. Valor Atual da Compensação Previdenciária – A Pagar .....	30
8.8. Valor Atual das Contribuições Regulamentares Futuras .....	30
8.9 Valor Atual da Integralização das Reservas a Amortizar .....	31
8.9.1 Limite de Déficit Atuarial .....	31
8.10. Resultado Atuarial.....	31
8.10.1. Evolução do Resultado Atuarial .....	32
8.11. Plano de Custeio.....	32
8.11.1 Contribuições Correntes.....	32
8.11.2 Contribuições Normais.....	33
8.11.3 Custo Suplementar.....	34



8.11.4 Base de Incidência das Contribuições .....	35
8.12. Projeções Atuariais .....	35
8.13. Conclusões.....	35

## LISTA DE ANEXOS

### Anexo 1

Conceitos e Definições: deverão ser apresentados os conceitos e as definições necessários para a correta compreensão dos termos técnicos utilizados e dos resultados apresentados na avaliação atuarial.

### Anexo 2

Estatísticas: as informações e dados estatísticos resultantes da avaliação atuarial do RPPS.

### Anexo 3

Provisões Matemáticas a Contabilizar: deverão ser apuradas na avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro do exercício e apresentadas pelo atuário, com base no Plano de Contas Aplicável ao Setor Público (PCASP), para posterior registro pelo contador responsável.

### Anexo 4

Projeções da Evolução das Provisões Matemáticas para os próximos doze meses.

### Anexo 5

Resumo dos fluxos atuariais e Projeção da População Coberta: deverão ser apresentadas as colunas de resumo dos fluxos atuariais de receitas e despesas do RPPS e dos quantitativos esperados de concessão de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

### Anexo 6

Projeções Atuariais para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): deverá ser elaborada tabela com as informações dos fluxos atuariais de receitas e despesas do RPPS, a ser apresentada como anexo no RREO do 6º bimestre do exercício seguinte ao da posição da avaliação atuarial em 31 de dezembro, para atendimento do inciso II do § 1º do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000.



### **Anexo 7**

Resultado da Duração do Passivo e Análise Evolutiva: deverá ser apresentado o resultado da duração do passivo e a sua análise evolutiva.

### **Anexo 8**

Ganhos e Perdas Atuariais: deverá ser apresentado o resultado do estudo de ganhos e perdas atuariais.

### **Anexo 9**

Resultado da Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio: deverá ser apresentado o resultado da demonstração da sustentabilidade do plano de custeio do RPPS.

### **Anexo 10**

Tábuas em Geral: deverão ser apresentadas as tábuas biométricas utilizadas na avaliação atuarial.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. INCONSISTÊNCIA CADASTRAL.....	10
QUADRO 2. EVOLUÇÃO DO RESULTADO ATUARIAL.....	34
QUADRO 3. PERCENTUAL DAS CONTRIBUIÇÕES NORMAIS.....	36





## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR SEXO .....	12
GRÁFICO 2. PIRÂMIDE ETÁRIA DOS EFETIVOS POR SEXO .....	12
GRÁFICO 3. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR ESTADO CIVIL.....	13
GRÁFICO 4. PIRÂMIDE ETÁRIA DOS EFETIVOS POR ESTADO CIVIL.....	13
GRÁFICO 5. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CARREIRA.....	14
GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS EFETIVOS POR CARREIRA.....	14
GRÁFICO 7. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR REMUNERAÇÃO.....	15
GRÁFICO 8. DISTRIBUIÇÃO ACUMULADA DO TEMPO RESIDUAL PARA A APOSENTADORIA EM ANOS.....	16

## 1. INTRODUÇÃO

O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – de QUIXERAMOBIM, visando desenvolver ações estruturais e medidas eficazes ao aperfeiçoamento do sistema previdenciário ofertado aos seus segurados, deverá estruturar, com base nos resultados obtidos nesta Avaliação Atuarial, a execução de um modelo de gestão capaz de maximizar o controle das suas receitas e despesas previdenciárias de médio e longo prazo, com vista à solvência financeira e atuarial do seu plano de benefícios. Os resultados desta Avaliação Atuarial, posicionada na data-base de 30/12/2023, encontram-se descritos no decorrer deste relatório, e dizem respeito ao plano de benefícios administrado pelo RPPS de QUIXERAMOBIM, localizado no estado do CE.

Assim, em conformidade com o dispositivo legal representado pela Portaria MF nº 1.467/2022, que dispõe acerca dos elementos mínimos necessários e das normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, procura-se aqui estimar as alíquotas de contribuição normal do ente federativo e dos segurados do RPPS, determinar e avaliar o montante das provisões matemáticas na data-base da avaliação, além de, verificar e atestar a condição de Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA – do plano de benefícios do referido RPPS.

Na consecução da referida Avaliação Atuarial foram considerados os aspectos técnicos pertinentes ao regime financeiro adotado, ao rol de benefícios oferecido, ao método de custeio empregado, e às hipóteses utilizadas em consonância com a realidade do RPPS de QUIXERAMOBIM – CE, estando assim em obediência à legislação federal que rege a estrutura e o funcionamento da previdência social dos entes federativos, incluindo-se ainda as determinações legais vigentes referentes à transição imposta pela reforma da previdência do setor público e às novas idades de aposentadoria.



## 2. BASE LEGAL UTILIZADA NA ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

- *Constituição Federal (alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº. 20, publicada em 16 de dezembro de 1998; Emenda Constitucional nº. 41, publicada em 31 de dezembro de 2003; Emenda Constitucional nº. 47, publicada em 06 de julho de 2005; e Emenda Constitucional nº. 103, publicada em 12 de novembro de 2019);*
- *Lei nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998;*
- *Lei nº. 10.887, publicada em 21 de junho de 2004;*
- *Portaria MF nº. 1.467, de 02 de junho de 2022 e alterações posteriores; e*
- *Legislação do Ente Federativo.*

## 3. BASE CADASTRAL

A base de dados utilizada na execução desta Avaliação Atuarial dispunha de informações cadastrais e financeiras dos segurados do presente RPPS, assim como de seus dependentes, quando da existência dos mesmos. Em relação à posição temporal, tem-se que o banco de dados utilizado refere-se à data-base posicionada em 30/12/2023.

### 3.1 Situação da Base Cadastral

A análise dos dados cadastrais consiste na primeira etapa da Avaliação Atuarial a ser executada. Dessa forma, nessa etapa busca-se realizar uma verificação criteriosa dos dados a serem utilizados no intuito de identificar possíveis inconsistências e discrepâncias cadastrais capazes de exercer influência significativa e impactar de maneira relevante os resultados observados na Avaliação Atuarial. Nesse contexto, quando da identificação de inconsistências, conforme seja possível, faz-se necessária a manipulação dos dados e o contorno das incoerências verificadas tomando por base as hipóteses estabelecidas na base técnica definida para a execução da avaliação.

O contingente de servidores ativos foi analisado em relação a sete dimensões de informações, conforme descrito a seguir:

- 1) Idade – subdividida em servidores ativos e dependentes;
- 2) Sexo – subdividido em servidores ativos e dependentes;
- 3) Estado Civil – para o grupo de ativos;
- 4) Composição Etária – para os grupos de ativos e servidores;
- 5) Idade de Admissão – dos servidores ativos;
- 6) Tempo de Serviço – tempo de exercício da função no respectivo ente federativo dos servidores ativos; e
- 7) Estratificação Salarial – composição do valor dos proventos dos servidores em questão.

A análise dos dados cadastrais, quando da identificação de Inconsistências, exige tratamento estatístico de forma a se obter a melhor aproximação para os dados ausentes ou incompletos, naqueles casos aonde o respectivo ente federado não procedeu às devidas correções dos mesmos, observando-se as regras do quadro abaixo.

**QUADRO 1. INCONSISTÊNCIA CADASTRAL**

DADO	DESCRIÇÃO DO ERRO	AJUSTE
Data de Nascimento	Servidor com idade menor que 18 anos	Modificação da idade para 18 anos
Data de Admissão	Servidor com idade de admissão menor que 18 anos	Modificação da idade para 18 anos
Valor Bruto	Servidor com valor bruto menor que um salário mínimo	Modificação para a média do cargo respeitando o sexo
Sexo	Servidor com sexo incoerente com o nome	Modificação para o sexo correto do servidor

Todos os servidores, elegíveis ao benefício de aposentadoria na data-base desta avaliação, foram considerados como sendo iminentes à concessão do benefício.



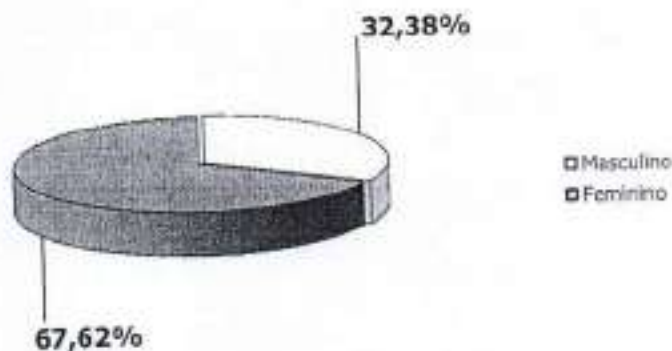
## 3.2 Estatísticas

### 3.2.1 Ativos

De acordo com o cadastro utilizado, o grupo de segurados deste RPPS apresentou as características mostradas nesta seção, com uma folha salarial referente aos servidores de R\$ 5.977.189,17 (cinco milhões novecentos e setenta e sete mil e cento e oitenta e nove reais e dezessete centavos).

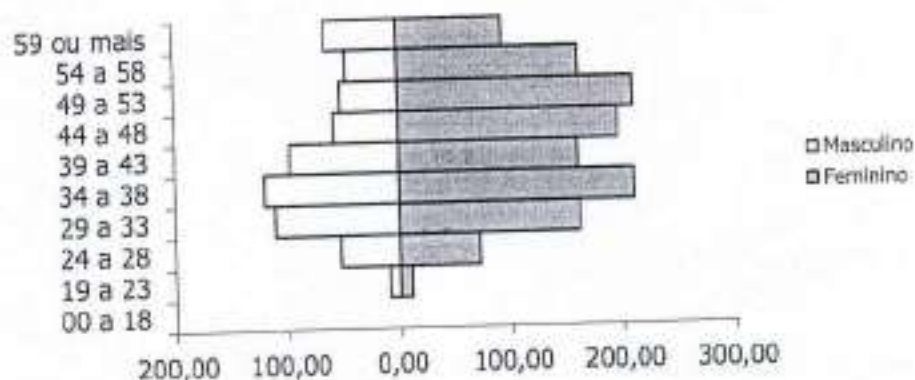
Atualmente estão vinculados ao RPPS de QUIXERAMOBIM – CE 1893 servidores ativos, sendo estes titulares de cargos efetivos no quadro de pessoal do Ente Federativo. As mulheres totalizando 1280 servidoras representam 67,62% do total, enquanto que os homens totalizam 613 servidores, representando assim 32,38% desse universo total.

O sexo dos servidores é uma das variáveis demográficas que ajudam a determinar a idade de aposentadoria. As mulheres vivem mais e se aposentam 5 (cinco) anos mais cedo que os homens, portanto o financiamento de seus benefícios é mais oneroso em qualquer sistema previdenciário brasileiro.



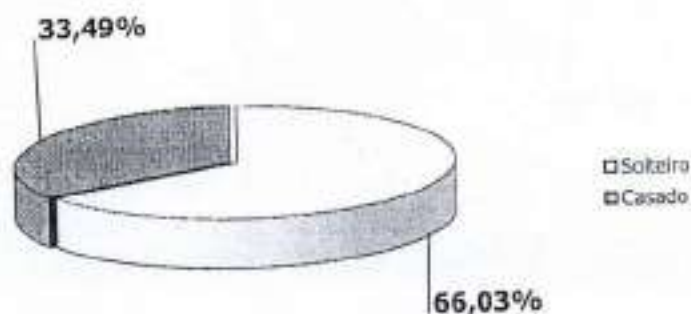
**GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR SEXO**

A média de idade entre os homens é de 41,6, enquanto que entre as mulheres a média é de 43,9, sendo aproximadamente 5,53% maior que a dos homens.



**GRÁFICO 2. PIRÂMIDE ETÁRIA DOS EFETIVOS POR SEXO**

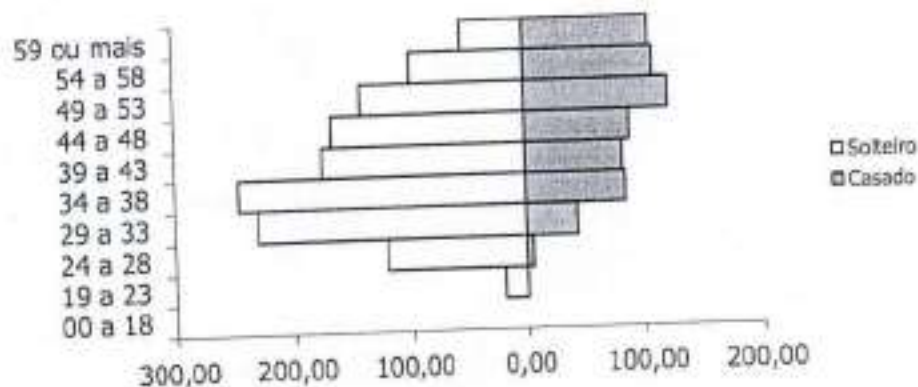
O estado civil dos servidores não determina a idade de aposentadoria, mas indica a necessidade de financiamento de outros benefícios, como as pensões. Portanto, servidores casados são mais onerosos aos sistemas previdenciários quando comparados aos solteiros. Acrescente-se a isso o fato de que os servidores casados geralmente possuem filhos, que, obviamente, detêm direitos previdenciários frente ao RPPS, elevando ainda mais os custos do sistema.



**GRÁFICO 3. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR ESTADO CIVIL**

São 1250 servidores solteiros, representando 66,03% do total, enquanto têm-se 643 servidores casados, representando assim 33,49% do total.

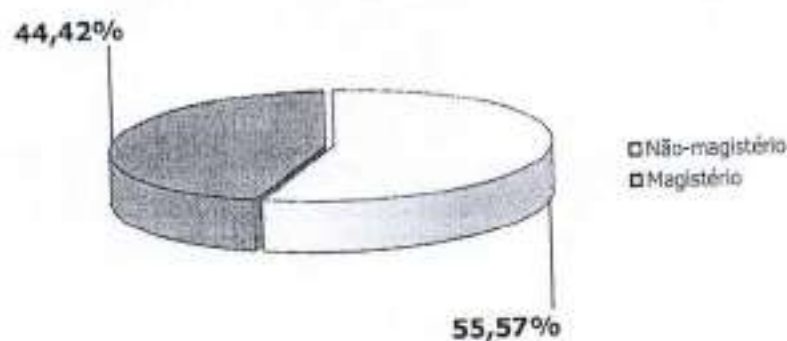




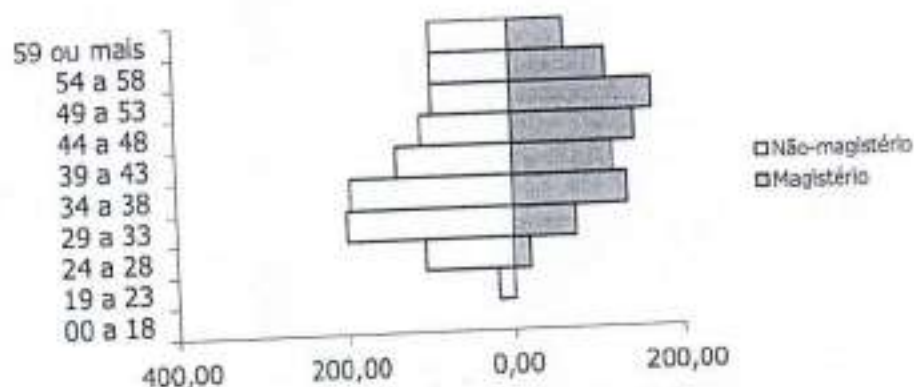
**GRÁFICO 4. PIRÂMIDE ETÁRIA DOS EFETIVOS POR ESTADO CIVIL**

A média de idade entre os solteiros é de 40,4 anos, enquanto que entre os casados é de 48,5.

Outra variável, também importante para determinação dos custos previdenciários, é a carreira do servidor. As carreiras de Magistério e Não-magistério determinam quando os servidores serão elegíveis aos benefícios programados.



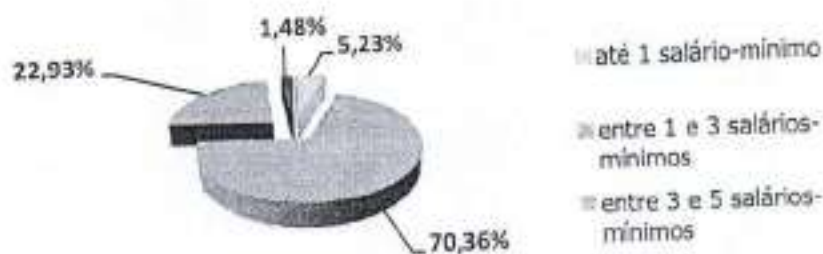
**GRÁFICO 5. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CARREIRA**



**GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS EFETIVOS POR CARREIRA**

Os servidores no Magistério totalizam 841 indivíduos, representando 44,42% do total, enquanto que 55,67% do total são Não-magistério, isto é, 1052 servidores. A média de idade é maior entre os servidores que pertencem ao magistério, aproximadamente em 10,68%: 45,6 contra 41,2 anos. Os servidores do Magistério aposentam-se mais cedo, 5 anos antes, por isso, são mais onerosos ao sistema previdenciário que os servidores da carreira de Não-magistério.

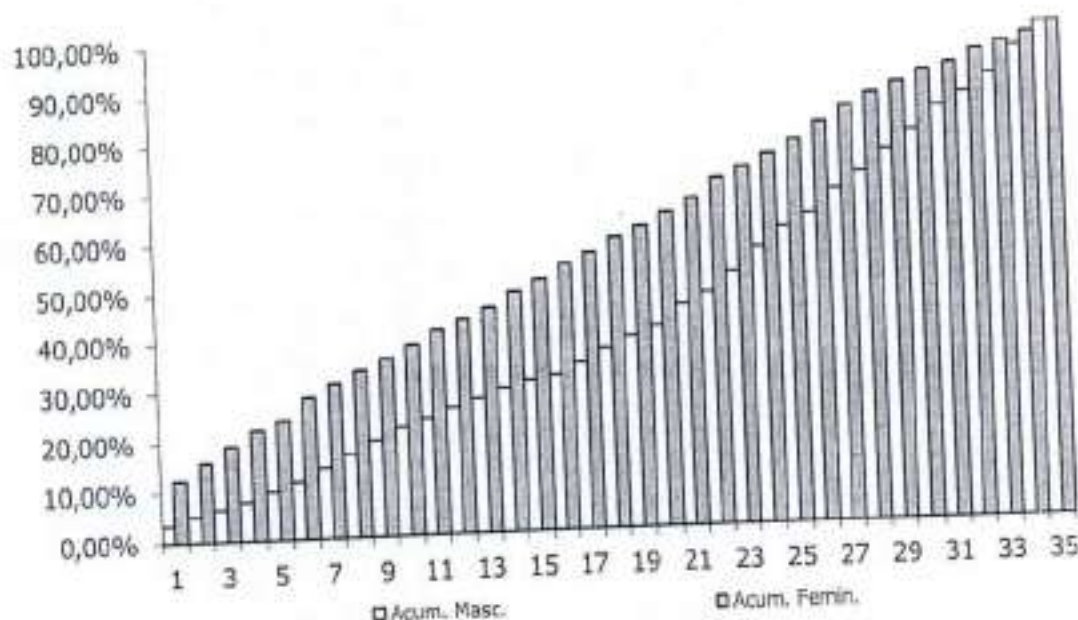
Observa-se que 5,23% destes recebem até 1 salário mínimo, 70,36% destes recebem entre 1 e 3 salários-mínimos, 22,93% entre 3 e 5 salários-mínimos, 1,48% entre 5 e 10 salários-mínimos, e 0% acima de 10 salários-mínimos.



**GRÁFICO 7. DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR REMUNERAÇÃO**



O comportamento do tempo residual para aposentadoria dos servidores efetivos em função do sexo é descrito a seguir. Em média, os homens apresentam um tempo residual para aposentadoria de 20 anos, enquanto que para as mulheres este tempo é de 14,4 anos.



**GRÁFICO 8. DISTRIBUIÇÃO ACUMULADA DO TEMPO RESIDUAL PARA A APOSENTADORIA EM ANOS**

### 3.2.2 Dependentes dos Ativos, Inativos e Pensionistas

O Ente Federativo não disponibilizou as informações referentes aos dependentes dos atuais servidores ativos do RPPS de QUIXERAMOBIM.

### 3.2.3 Inativos

O RPPS de QUIXERAMOBIM possuía, na data base desta avaliação atuarial, 736 aposentados.

A folha mensal dos benefícios de aposentadoria era de R\$ 1.238.218,79 (um milhão duzentos e trinta e oito mil e duzentos e dezoito reais e setenta e nove centavos),

implicando num valor médio de benefícios na ordem de R\$ 1.682,36 (um mil e seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos) . A idade média dos aposentados na data base da avaliação era de 68,2 anos.

### 3.2.4 Pensionistas

O RPPS de QUIXERAMOBIM possuía, na data base desta avaliação atuarial, 113 pensionistas.

A folha mensal dos benefícios de pensão era de R\$ 167.036,27 (cento e sessenta e sete mil e trinta e seis reais e vinte e sete centavos) , implicando num valor médio de benefícios na ordem de R\$ 1.478,20 (um mil e quatrocentos e setenta e oito reais e vinte centavos) . A idade média destes segurados é de 70 anos.

## 4. PLANO DE BENEFÍCIOS

O Regime Próprio de Previdência Social de QUIXERAMOBIM, oferta aos seus segurados, conforme as disposições legais previstas na legislação municipal atualmente vigente, um rol descritivo contendo os seguintes benefícios previdenciários, sendo todos concedidos na modalidade de "Benefício Definido - BD" oferece aos seus participantes um rol contendo os seguintes benefícios, sendo todos concedidos na modalidade de "Benefício Definido - BD":

### 1. Quanto aos segurados:

- a) *Aposentadoria Por Incapacidade Permanente ao Trabalho*
- b) *Aposentadoria Compulsória;*
- c) *Aposentadoria Voluntária; e*
- d) *Aposentadoria Especial;*

### 2. Quanto aos dependentes:

- a) *Pensão por Morte.*



#### 4.1 Aposentadoria Por Incapacidade Permanente ao Trabalho

No caso de aposentadoria por incapacidade permanente, prevista no artigo 6º inciso I, desta Lei Complementar, quando decorrente de acidente de trabalho, de doença profissional ou de doença do trabalho, os proventos corresponderão a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista nos §§ 1º e 2º.

#### 4.2 Aposentadoria Compulsória

É o benefício a que tem direito o segurado após atingir a idade limite de concessão deste benefício, 75 (setenta e cinco) anos.

#### 4.3 Aposentadoria Voluntária

O segurado de que trata o Art. 20 da Lei Complementar Municipal Nº 2.103/2002 de 30 de julho de 2002 e inciso I do §7º do art. 201 da Constituição Federal, filiado ao Regime Próprio de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, poderá aposentar-se quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem;
- II - 10 (dez) anos de contribuição;
- III - 05 (cinco) anos no cargo em que se dará aposentadoria;
- IV - A partir de 1º de janeiro de 2023, a idade de 60 (sessenta) anos da mulher, prevista no inciso I, será acrescida em 6 (seis) meses a cada ano, até atingir 62 (sessenta e dois) anos de idade;
- V - A partir de 1º de janeiro de 2023, o tempo de contribuição, previsto no inciso II, será acrescido de 1(um) ano até atingir 15(quinze) anos, conforme progressão abaixo

Os proventos das aposentadorias previstas no caput desse artigo corresponderão a 60% (sessenta por cento) da média aritmética calculada sobre 100% do período contributivo desde a competência de junho de 1994, ou desde o início da contribuição se posterior aquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano que exceder o tempo de 15 (vinte) anos de contribuição.

Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do artigo 201 da Constituição Federal e serão reajustados na mesma data e percentual utilizado para fins de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. §4º - O segurado filiado ao Regime Próprio de Previdência Social após a data de entrada em vigor desta lei complementar será aposentado aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, com 15 (quinze) anos de tempo de contribuição, se mulher, e 20(vinte) anos de tempo de contribuição, se homem.

### **4.3 Aposentadoria Especial**

#### **4.3.1 Aposentadoria Especial por Exposição a Agentes Nocivos Químicos, Físicos e Biológicos**

O servidor que tenha ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social, até a data de entrada em vigor desta lei complementar, cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, e os profissionais que percebem adicional de risco, risco de dano à integridade física e/ou estado de necessidade poderá aposentar-se desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição;

II - 20 (vinte) anos de efetivo exercício de serviço público;



III - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;

IV - Somatório da idade e do tempo de contribuição equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, para ambos os sexos.

A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o "caput" e o inciso IV desse artigo.

Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no §1º do art. 17, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de contribuição de 15(quinze) anos se mulher e 20 (vinte) anos se homem.

Os proventos das aposentadorias concedidas com fundamento neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do artigo 201 da Constituição Federal e serão reajustados na mesma data utilizada para fins de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

#### 4.3.2 Aposentadoria por Deficiência

Aposentadoria da pessoa com deficiência, entendido por àquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, é assegurada a concessão de aposentadoria, observadas as seguintes condições:

I - aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II - aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III - aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV - aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar.

#### **4.3.2 Aposentadoria Especial de Professor**

O servidor titular de cargo de professor será aposentado voluntariamente, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem; II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério, na educação infantil, no ensino fundamental ou médio;

III - 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público;

IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo, em que for concedida a aposentadoria.

Será computado como efetivo exercício das funções do magistério, para os fins previstos no inciso II, o período em que o professor de carreira estiver designado para desempenho de assessoria pedagógica, tais como gestão educacional, coordenação pedagógica, supervisão de ensino e áreas afins, inclusive mandatos classistas.

O período em readaptação, desde que exercido pelo professor na unidade básica de ensino, será computado para fins de concessão da aposentadoria de que trata este artigo.



Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no §1º do art. 17, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de contribuição de 15(quinze) anos se mulher e 20 (vinte) anos se homem.

Os proventos das aposentadorias concedidas com fundamento neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do artigo 201 da Constituição Federal e serão reajustados na mesma data utilizada para fins de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

#### 4.5 Pensão por Morte

Este benefício é devido ao(s) dependente(s) em caso de falecimento do servidor ativo ou aposentado.

#### Regra de cálculo dos benefícios de pensão

Decreto do Poder Executivo detalhará as regras de concessão de pensão por morte previstas no caput deste artigo para o fiel cumprimento desta lei complementar e lei complementar Nº 2.103/2002 de 30 de julho de 2002, no que couber.

### 5. HIPÓTESES ATUARIAIS

Registram-se a seguir as hipóteses atuariais utilizadas na execução desta Avaliação Atuarial. As hipóteses utilizadas foram separadas em três grupos: *Hipóteses Financeiras*, *Hipóteses Biométricas* e *Outras Hipóteses*.

As Hipóteses Financeiras que constam nesta Avaliação Atuarial foram:

1. *Taxa de Juros Atuariais;*
2. *Taxa de Inflação Futura;*

3. *Projeção de Crescimento Real dos Salários Individuais;*
4. *Projeção de Crescimento Real dos Benefícios;*
5. *Crescimento do Salário-Mínimo; e*
6. *Compensação Previdenciária.*

As Hipóteses Biométricas que constam nesta Avaliação Atuarial foram:

1. *Novos Entrantes; e*
2. *Tábuas Biométricas.*

As Outras Hipóteses consideradas nesta Avaliação Atuarial foram:

1. *Rotatividade;*
2. *Composição do Grupo Familiar de Pensionistas;*
3. *Tempo de Previdência Anterior à Admissão no Ente Federativo; e*
4. *Despesas Administrativas.*

## **5.1 Hipóteses Financeiras**

São aquelas relacionadas aos aspectos econômico-financeiros do RPPS.

### **5.1.1 Taxa de Juros Atuariais**

A taxa de juros pode ser vista como uma soma de três componentes: taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco de investimento e prêmio pela inflação. Adotou-se, nesta Avaliação Atuarial, uma taxa real de juros atuarial de 4,86% a.a.

### **5.1.2 Taxa de Inflação Futura**

Adotou-se como hipótese o fato de que os salários futuros serão reajustados anualmente com reposição a nível mínimo igual à inflação média projetada em 0,00% a.a.



### 5.1.3 Projeção de Crescimento Real dos Salários Individuais

As estimativas dos salários futuros dos servidores levarão em consideração dois fatores: componente de produtividade e componente de inflação. Quanto à componente de inflação, será utilizada a taxa de inflação futura acima citada, porém quanto à componente de produtividade será utilizada a taxa de 1,00% a.a., considerando razoável essa hipótese para o serviço público brasileiro.

### 5.1.4 Projeção do Crescimento Real dos Benefícios do Plano

Admite-se nesta Avaliação Atuarial, por hipótese, que os benefícios, uma vez concedidos, sofrerão reajuste de 1,00% a.a., para os servidores aposentados na carreira de magistério e de 0,00% para os demais servidores.

### 5.1.5 Crescimento do Salário-Mínimo

Exclusivamente para efeito de estimativa do valor mínimo mensal dos benefícios a serem concedidos aos segurados, o valor do salário-mínimo será preservado a valor real.

### 5.1.6 Compensação Previdenciária

O artigo 4º da Lei nº. 9.796, de 05 de maio de 1999, dispõe:

*"Cada Regime Próprio de Previdência Social de servidor público tem direito, como regime instituidor, de receber do Regime Geral de Previdência Social, enquanto regime de origem, compensação financeira."*

Portanto, considerou-se que o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – de QUIXERAMOBIM terá o direito de receber compensação financeira do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Salienta-se que a Compensação Previdenciária aqui prevista foi calculada com base nas hipóteses adotadas neste relatório e nas informações prestadas pelo Regime Próprio

de Previdência Social – RPPS – de QUIXERAMOBIM, estando, portanto, dependente da confirmação e averbação por parte do INSS dos tempos de contribuição considerados e das informações prestadas para fins desta avaliação.

O INSS calcula essa Compensação Previdenciária apoiando-se em dados fornecidos Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, atendendo a todos os requerimentos adicionais introduzidos pelo citado fator previdenciário. Dentre esses dados, se requer todo o histórico salarial do participante, a partir de julho de 1994, como filiados ao INSS.

Para cada segurado ativo, o montante da Compensação Previdenciária a receber do RGPS foi obtido com base no tempo anterior presumido ou observado de INSS. Caso o RPPS não possua essa informação, a estimativa da compensação previdenciária estará limitada ao percentual de 6,00% do Valor Atual dos Benefícios Futuros.

## 5.2 Hipóteses Biométricas

São aquelas relacionadas aos aspectos demográficos pertinentes à massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

### 5.2.1 Novos Entrantes

Considera-se fechado o atual grupo de participantes do presente RPPS, supondo-o assim constante e adequado ao atual quadro de pessoal do Ente Federativo.

### 5.2.2 Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas utilizadas para os cálculos atuariais concernentes a esta Avaliação Atuarial foram:

- 1) *Sobrevivência de válidos: IBGE-2022;*
- 2) *Mortalidade de válidos: IBGE-2022;*
- 3) *Sobrevivência de inválidos: IBGE-2022;*



- 4) *Mortalidade de inválidos: IBGE-2022;*
- 5) *Mortalidade de válidos, para composição de tabela bidecremental: IBGE-2022; e*
- 6) *Entrada em invalidez, para composição de tabela bidecremental: Álvaro Vindas.*

### 5.3 Outras Hipóteses

Representam as demais hipóteses necessárias à realização da Avaliação Atuarial.

#### 5.3.1 Rotatividade

Devido à estabilidade versada na Constituição Federal para os servidores efetivos, considerou-se a rotatividade como sendo nula e sem efeito sobre a composição do grupo de segurados, ou seja, igual a 0,00%.

#### 5.3.2 Composição do Grupo Familiar de Pensionistas

O cálculo se apoiou em dados fornecidos pelo Ente Federativo e/ou nas hipóteses utilizadas sobre a composição do grupo familiar do servidor.

#### 5.3.3 Tempo de Previdência Anterior à Admissão no Ente Federativo

Foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

- I – os tempos efetivamente levantados a partir de dados cadastrais fornecidos pelo Ente Federativo;*
- II – 100,00% (cem por cento) do período decorrido entre a idade normal de entrada no mercado de trabalho formal, de 25 anos, e a idade de admissão do segurado no ente federativo, constante do cadastro, em conformidade com a Portaria MPAS nº. 1.467, de 02/06/2022.*

### 5.3.4 Despesas Administrativas

Conforme disposição legal levou-se em consideração o limite de 2,00% (dois por cento) sobre a remuneração de contribuição da totalidade de segurados ativos, aposentados e pensionistas a título de custeio das despesas administrativas do RPPS.

## 6. REGIME FINANCEIRO

O regime de financiamento dos benefícios adotado nesta Avaliação Atuarial para fins de mensuração da obrigação previdenciária de responsabilidade do RPPS de QUIXERAMOBIM é o de Capitalização. A lógica do Regime de Capitalização consiste no fato de que as contribuições vertidas pelos segurados e pelo ente federativo, quando incorporadas às reservas matemáticas previdenciárias, deverão objetivar a realização de um processo de "funding" acumulativo com vista ao financiamento dos recursos necessários ao custeio dos benefícios ofertados pelo RPPS.

## 7. MÉTODO ATUARIAL DE AVALIAÇÃO E CUSTEIO

Em face da inexistência de uma classificação universal para os métodos atuariais de avaliação e custeio de benefícios previdenciários, utilizou-se nesta Avaliação Atuarial a nomenclatura introduzida por Dan McGill e Donald Grubbs no "Fundamentals of Private Pensions – sixth edition – 1989", onde a definição de um método atuarial para a avaliação e custeio dos benefícios pode ser dada em função de seis atributos técnicos fundamentais, quais sejam:

- *Alocação de Custo ou Alocação de Benefícios;*
- *Se porção do custo total projetado para cada ano será: percentual do salário, um valor constante ou um valor acumulado.*
- *Desenvolve passivo de custo suplementar ou não;*
- *Custos acurados são calculados com referência as idades de entrada ou as idades atingidas;*
- *Custo Normal será individual ou agregado; e*



- *Tratamento dos ganhos e perdas atuariais.*

O método adotado na avaliação do RPPS de QUIXERAMOBIM possui os seguintes predicados, a saber:

- *Cálculo misto individual/agregado com reconhecimento explícito do passivo suplementar corrente e equacionamento revisado periodicamente;*
- *Idade individual de entrada;*
- *Alocação de custo, com contribuição normal expressa por percentagem constante aplicada sobre salário-de-participação, a ser revista periodicamente;*
- *Reconhecimento implícito dos ganhos e perdas atuariais anuais; e*
- *Grupo fechado.*

## 8. OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

A presente Avaliação Atuarial compreende o cálculo atuarial referente à configuração de custeio atualmente vigente no âmbito do plano de benefícios do RPPS de QUIXERAMOBIM - CE, conforme pode ser visto nos Anexos 3 e 6.

O estudo atuarial tem por finalidade primordial evidenciar a necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência Social, na data da avaliação, com vista à obtenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA – exigido pela legislação federal.

### 8.1. Rentabilidade Nominal dos Ativos

A meta da rentabilidade anual determinada na política de investimentos foi 12,76% e a rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios foi de 9,52%, sendo 74,61% da meta estipulada.

## 8.2. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos

O Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos foi estimado, conforme a presente Avaliação Atuarial, no montante de R\$ 193.658.876,70 (cento e noventa e três milhões seiscentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e setenta e seis reais e setenta centavos).

## 8.3. Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder

O Valor Presente dos Benefícios a Conceder foi mensurado, conforme a presente Avaliação Atuarial, no valor total de R\$ 494.940.788,57 (quatrocentos e noventa e quatro milhões novecentos e quarenta mil e setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

## 8.4. Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder

As Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder totalizam R\$ 245.919.729,01 (duzentos e quarenta e cinco milhões novecentos e dezenove mil e setecentos e vinte e nove reais e um centavo). É o resultado da subtração do Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder pelo Valor Presente Atuarial das Contribuições Futuras e pelo Valor Atual da Compensação Financeira e Receber. Quanto a Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos, o valor total é R\$ 183.234.565,58 (cento e oitenta e três milhões duzentos e trinta e quatro mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

## 8.5. Ativo Líquido do Plano

O presente RPPS apresentava um ativo líquido, na data-base da Avaliação Atuarial, na importância de R\$ 594.634,41 (quinhentos e noventa e quatro mil e seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos). Sua Composição é totalmente em aplicações e conta corrente.



### **8.6. Valor Atual da Compensação Previdenciária – A Receber**

O Valor Presente da Compensação Previdenciária Futura a Receber do RGPS pelo presente RPPS foi estimado em R\$ 37.971.243,01 (trinta e sete milhões novecentos e setenta e um mil e duzentos e quarenta e três reais e um centavo).

### **8.7. Valor Atual da Compensação Previdenciária – A Pagar**

A avaliação incorpora a mensuração do montante da Compensação Previdenciária a ser paga pelo RPPS, como regime de origem, ao RGPS, como regime instituidor, na dependência do cadastro do RPPS apresentar ex-segurados nesta situação. Entretanto, na data-base da avaliação, o RPPS não dispunha de tal cadastro, não se prevendo aqui qualquer compensação desta específica natureza.

Não obstante, considerou-se nula a rotatividade do emprego em grupo fechado dos atuais segurados ativos analisados, não se prevendo o pagamento de qualquer outra Compensação Previdenciária futura em favor do Regime Geral de Previdência Social, ou de outro Regime Próprio de Previdência Social, relativa aos atuais segurados ativos.

### **8.8. Valor Atual das Contribuições Regulamentares Futuras**

O Valor Atual das Contribuições Regulamentares Futuras, ou Valor Presente Atuarial das Contribuições Normais Futuras foi mensurado em R\$ 221.474.127,67 (duzentos e vinte e um milhões quatrocentos e setenta e quatro mil e cento e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos), já líquidas das despesas administrativas e do custo suplementar, sendo R\$ 109.838.987,54 (cento e nove milhões oitocentos e trinta e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) relativos às contribuições do Ente Federativo, e R\$ 111.635.140,13 (cento e onze milhões seiscentos e trinta e cinco mil e cento e quarenta reais e treze centavos) das contribuições dos servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas na forma da Lei.

## 8.9 Valor Atual da Integralização das Reservas a Amortizar

De acordo com a Portaria MPAS nº. 1.467/2022 e suas Instruções Normativas, as provisões matemáticas calculadas em Avaliação Atuarial devem ter previsto um prazo conforme o estipulado no artigo da Art. 43º.

- 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do primeiro plano de amortização implementado pelo ente federativo após a publicação da Portaria;
- Conforme fórmula considerando a duração do passivo com parâmetro para o cálculo do LDA; ou
- Conforme fórmula considerando a sobrevivência média dos aposentados e pensionistas como parâmetro para cálculo do LDA.

### 8.9.1 Limite de Déficit Atuarial

O valor do déficit atuarial a ser equacionado pelo plano de amortização, em caso aplicação das fórmulas de cálculo Duração do Passivo (DP) ou Sobrevida Média dos Aposentados e Pensionistas do RPPS (SVM), terá um desconto do Limite de Déficit Atuarial (LDA). Para aplicação do LDA o município deve seguir o disposto no Art. 43º da Portaria MPAS 1.467/2022.

## 8.10. Resultado Atuarial

No presente estudo atuarial estimou-se um superávit da ordem de R\$ 123.328.399,88 (cento e vinte e três milhões trezentos e vinte e oito mil e trezentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), considerando-se o plano de amortização vigente à época do cálculo e estimou-se um déficit de R\$ 428.559.660,18 (quatrocentos e vinte e oito milhões quinhentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta reais e dezolito reais), desconsiderando o plano de amortização vigente à época do cálculo.



### 8.10.1. Evolução do Resultado Atuarial

Faz-se, na presente seção, a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, em conformidade com o disposto no art. 66 da Portaria MPAS 1.467/2022, de 02 de junho de 2022.

#### QUADRO 02. EVOLUÇÃO DO RESULTADO ATUARIAL

Resultado Atuarial		
Dez/23	Dez/22	Dez/21
R\$ 123.328.399,88	R\$ 194.083.340,46	-R\$ 36.059.981,27

Os resultados de 2022 e 2021 foram retirados do CADPREV, para fins de análise comparativa, pois não existe demonstrativos atuariais realizados pelo ARIMA nos anos citados anteriormente.

### 8.11. Plano de Custeio

#### 8.11.1 Contribuições Correntes

O plano de benefícios considerado na execução desta Avaliação Atuarial encontra-se observando atualmente as seguintes alíquotas de contribuição previdenciária, a saber:

- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores efetivos;
- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o teto de remuneração do RGPS;
- 16,00% (dezesseis por cento) para o ente federativo, já incluso uma alíquota de 2,00%(dois por cento) para cobertura de despesas administrativas.
- Alíquota extraordinária conforme tabela a seguir:

Ano	C/S
2024	10,00%
2025	15,00%
2026	15,00%
2027	53,00%

Ano	CG
2028	53,00%
2029	53,00%
2030	53,00%
2031	53,00%
2032	53,00%
2033	53,00%
2034	53,00%
2035	53,00%
2036	53,00%
2037	53,00%
2038	53,00%
2039	53,00%
2040	53,00%
2041	53,00%
2042	53,00%
2043	53,00%
2044	53,00%
2045	53,00%
2046	53,00%
2047	53,00%
2048	53,00%
2049	53,00%
2050	53,00%
2051	53,00%
2052	53,00%

### 8.11.2 Contribuições Normais

A alíquota normal de contribuição necessária ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA – deste RPPS, no que concerne aos benefícios a serem acurados, foi estimada em 17,55% (dezessete vírgula cinquenta e cinco por cento), já desconsiderando o efeito das despesas administrativas. O quadro a seguir mostra as alíquotas necessárias calculadas em função do benefício a ser financiado.



## QUADRO 2. PERCENTUAL DAS CONTRIBUIÇÕES NORMAIS

BENEFÍCIO	ALÍQUOTA
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória.	14,51%
Aposentadoria por Invalidez	1,66%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,68%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Cont. e Comp.	0,71%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>17,55%</b>

A alíquota normal total de contribuição, adicionada à taxa de administração, é de 19,55% (dezenove vírgula cinquenta e cinco por cento). Em virtude da mudança imposta pela Emenda Constitucional nº 103/19, a alíquota do servidor público não pode ser inferior ao servidor da União, sendo este de 14,00% (quatorze por cento). Portanto caberia ao ente uma alíquota normal de 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento). Entretanto, a alíquota do ente não pode ser inferior a do servidor, logo, deveria ser de 14,00% (quatorze por cento). Como a alíquota normal do ente é superior a esta, então se sugere a manutenção da atual alíquota normal ao ente e mudar a alíquota do servidor.

### 8.11.3 Custo Suplementar

Os custos suplementares são destinados à amortização do passivo atuarial não fundado do plano. Deve-se entender como passivo atuarial não fundado a discrepância que se desenvolve entre os ativos financeiros do plano e o passivo atuarial determinado prospectivamente. Logo, o custo suplementar é o "custo normal" do plano de benefícios destinado à amortização do Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros – VPABF – da idade atual até a idade de aposentadoria. Finalmente, a insuficiência dos custos normais para amortização do VPABF desenvolve um passivo atuarial não fundado que, em troca, gera a exigibilidade de um custo suplementar que o financie.

O presente RPPS, muito embora tenha apresentado um superávit atuarial na ordem de R\$ 123.328.399,88 (cento e vinte e três milhões trezentos e vinte e oito mil e trezentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), considerando-se o plano de amortização vigente à época do cálculo e estimou-se um déficit de R\$ 428.559.660,18

(quatrocentos e vinte e oito milhões quinhentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta reais e dezoto reais), desconsiderando o plano de amortização vigente à época do cálculo, encontrar-se-á amortizado ao se considerar a instituição em lei do plano de custeio suplementar indicado nesta avaliação, obtendo assim a condição de equilíbrio financeiro e atuarial.

#### 8.11.4 Base de Incidência das Contribuições

A base de incidência das contribuições do ente federativo e do segurado é regida pela legislação do Ente Federativo, posto que a Lei Federal nº. 10.887, publicada em 18 de junho de 2004, define a base de contribuição da União.

#### 8.12. Projeções Atuariais

O Fluxo de Caixa Atuarial Anual com a evolução estimada do Patrimônio Líquido sob o atual plano de custeio segue apresentados no Anexo 6. Observam-se os valores da coluna de Patrimônio Líquido para verificar a situação de equilíbrio do RPPS, onde este representa o fluxo futuro de contribuições e demais receitas vertidas ao plano, líquido das despesas do plano e acrescido aos ganhos de mercado obtidos com o retorno observado das aplicações financeiras existentes.

#### 8.13. Conclusões

De acordo com, i) a legislação vigente que tange os RPPS, ii) as informações prestadas pelo ente federativo, iii) o rol de benefícios ofertado pelo RPPS, e iv) as hipóteses e o método atuarial de avaliação e custeio adotado, observa-se que o presente Regime Próprio de Previdência Social, sob o enfoque financeiro e atuarial, encontrar-se-á equilibrado em função das seguintes alíquotas de contribuição previdenciárias, a saber:

- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores efetivos;
- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o teto de remuneração do RGPS;



- 16,00% (dezesseis por cento) para o Ente Federativo, já incluso os 2,00% (dois por cento) para a cobertura das despesas administrativas; e
- Alíquota extraordinária conforme tabela abaixo:

Ano	C.S.	D.P.	Soma
2024	10,00%	10,00%	10,00%
2025	15,00%	15,00%	15,00%
2026	20,00%	11,45%	13,24%
2027	26,00%	17,42%	20,15%
2028	31,55%	23,27%	26,92%
2029	49,72%	36,68%	50,27%
2030	48,52%	35,80%	48,87%
2031	47,33%	34,92%	47,48%
2032	46,16%	34,06%	46,11%
2033	45,00%	33,20%	44,75%
2034	43,84%	32,35%	43,41%
2035	42,70%	31,51%	42,07%
2036	41,57%	30,67%	40,75%
2037	40,46%	29,85%	39,45%
2038	39,35%	29,03%	38,16%
2039	38,25%	28,22%	36,87%
2040	37,17%	27,42%	35,61%
2041	36,09%	26,63%	34,35%
2042	35,03%	25,84%	33,11%
2043	33,98%	25,07%	31,88%
2044	32,93%	24,30%	30,66%
2045	31,90%	23,53%	29,45%
2046	30,88%	22,78%	28,26%
2047	29,87%	22,03%	27,08%
2048	28,86%	21,29%	25,91%
2049	27,87%	20,56%	24,75%
2050	26,89%	19,84%	
2051	25,92%	19,12%	
2052	24,95%	18,41%	
2053	24,00%	17,70%	



2054	23,06%	17,01%	
2055	22,12%	16,32%	
2056	21,20%	15,64%	
2057	20,28%	14,96%	
2058	19,37%	14,29%	

Eusébio (CE), 12 de março de 2025.



**Tulio Pinheiro Carvalho**  
**Atuário, MIBA nº 1626**  
**ARIMA Consultoria Atuarial, Financeira e Mercadológica LTDA**





## ANEXO 1

São apresentados os conceitos e as definições necessários para a correta compreensão dos termos técnicos utilizados e dos resultados apresentados na avaliação atuarial, a saber:

- 1. Alíquota de contribuição normal:** percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
- 2. Alíquota de contribuição suplementar:** percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do déficit atuarial.
- 3. Análise de sensibilidade:** método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
- 4. Aposentadoria:** benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 5. Aposentadoria por invalidez:** benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 6. Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios:** somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.



**7. Atuário:** profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.

**8. Auditoria atuarial:** exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

**9. Avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

**10. Bases técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regimento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

**11. Beneficiário:** a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.

**12. Conselho deliberativo:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.





**13. Conselho fiscal:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.

**14. Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.

**15. Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.

**16. Custo normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

**17. Custo suplementar:** o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

**18. Data focal da avaliação atuarial:** data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.

**19. Déficit atuarial:** resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

**20. Déficit financeiro:** valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.

**21. Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA):** documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.

**22. Dependente previdenciário:** a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.

**23. Dirigente da unidade gestora do RPPS:** representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.

**24. Duração do passivo:** a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

**25. Ente federativo:** a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

**26. Equacionamento de déficit atuarial:** decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.

**27. Equilíbrio atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

**28. Equilíbrio financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.



**29. Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média:** a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

**30. Evento gerador do benefício:** evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.

**31. Fluxo atuarial:** discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual déficit ou superávit apurados da avaliação atuarial.

**32. Fundo em capitalização:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no Plano de Benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria.

**33. Fundo em repartição:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.

**34. Fundo para oscilação de riscos:** valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.

**35. Ganhos e perdas atuariais:** demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.

**36. Meta de rentabilidade:** é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.

**37. Método de financiamento atuarial:** metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

**38. Nota técnica atuarial (NTA):** documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.

**39. Órgãos de controle externo:** Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

**40. Parecer atuarial:** documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

**41. Passivo atuarial:** é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.



**42. Pensionista:** o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.

**43. Plano de benefícios:** benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

**44. Plano de custeio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.

**45. Plano de custeio de equilíbrio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do Plano de Benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.

**46. Plano de custeio vigente:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.

**47. Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**48. Projeções atuariais com as alíquotas vigentes:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**49. Provisão matemática de benefícios a conceder:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado

benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

**50. Provisão matemática de benefícios concedidos:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

**51. Regime financeiro de capitalização:** regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.

**52. Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura:** regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.

**53. Regime financeiro de repartição simples:** regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.

**54. Regime Geral de Previdência Social - RGPS:** regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.

**55. Regime Próprio de Previdência Social - RPPS:** o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

**56. Relatório da avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.



**57. Relatório de análise das hipóteses:** instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.

**58. Reserva administrativa:** constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**59. Reserva de contingência:** montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.

**60. Resultado atuarial:** resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.

**61. Segregação da massa:** a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.

**62. Segurado:** o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.

**63. Segurado aposentado:** o segurado em gozo de aposentadoria.

**64. Segurado ativo:** o segurado que esteja em fase laborativa.

**65. Serviço passado:** parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.

**66. Sobrevida média dos aposentados e pensionistas:** representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

**67. Superávit atuarial:** resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

**68. Tábuas biométricas:** instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade, etc.

**69. Taxa atuarial de juros:** é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.

**70. Taxa de administração:** compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.

**71. Taxa de juros parâmetro:** aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.



**72. Valor atual das contribuições futuras:** valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

**73. Valor atual dos benefícios futuros:** valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

**74. Viabilidade financeira:** capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.

**75. Viabilidade fiscal:** capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**76. Viabilidade orçamentária:** capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.

**77. Unidade gestora:** a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

**78. Valor Justo:** valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.

## ANEXO 2

Informações e dados estatísticos resultantes da avaliação atuarial do RPPS.

ESTATÍSTICAS							
Ativos / Sexo							
Variável	Quantidade	Mínimo	Média	Desvio	Máximo	Soma	% Soma
<b>Ativos</b>	<b>1893</b>					<b>1.893</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	1280					1.280	67,62%
Masculino	613					613	32,38%
<b>Idade</b>	<b>1893</b>	<b>21,00</b>	<b>43,15</b>	<b>9,11</b>	<b>74,00</b>	<b>81.686,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	1280	21,00	43,91	8,80	74,00	56.201,00	68,80%
Masculino	613	22,00	41,57	9,39	74,00	25.485,00	31,20%
<b>Remuneração</b>	<b>1893</b>	<b>1.328,04</b>	<b>3.157,52</b>	<b>1.079,52</b>	<b>11.878,28</b>	<b>5.977.189,17</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	1280	1.333,20	3.327,85	1.042,13	11.317,75	4.259.645,23	71,27%
Masculino	613	1.328,04	2.801,87	1.092,83	11.878,28	1.717.543,94	28,73%
<b>Anos até aposentar-se</b>	<b>1893</b>	<b>0,00</b>	<b>17,54</b>	<b>10,15</b>	<b>43,00</b>	<b>57.982,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	1280	0,00	15,20	9,70	41,00	19.456,00	33,56%
Masculino	613	0,00	22,43	9,45	43,00	13.742,00	23,71%
<b>Idade de aposentadoria</b>	<b>1893</b>	<b>52,00</b>	<b>60,69</b>	<b>3,21</b>	<b>75,00</b>	<b>114.889,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	1280	52,00	59,11	2,86	74,00	75.657,00	65,85%
Masculino	613	55,00	64,63	1,87	75,00	39.232,00	34,15%
<b>Idade de admissão</b>	<b>1893</b>	<b>18,00</b>	<b>30,63</b>	<b>6,60</b>	<b>69,00</b>	<b>57.982,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	1280	18,00	30,75	6,75	64,00	39.356,00	67,86%
Masculino	613	18,00	30,38	6,26	69,00	18.626,00	32,12%
<b>Idade de início da vida laboral</b>	<b>1893</b>	<b>18,00</b>	<b>30,63</b>	<b>6,60</b>	<b>69,00</b>	<b>57.982,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	1280	18,00	24,07	1,40	25,00	30.809,00	53,14%
Masculino	613	18,00	24,18	1,25	25,00	14.821,00	25,56%
Ativos / Carreira							
Variável	Quantidade	Mínimo	Média	Desvio	Máximo	Soma	% Soma
<b>Ativos</b>	<b>1893</b>					<b>1.893,00</b>	<b>100,00%</b>
Magistério	841					841,00	44,43%
Não-Magistério	1052					1.052,00	55,57%
<b>Idade</b>	<b>1893</b>	<b>21,00</b>	<b>43,15</b>	<b>9,11</b>	<b>74,00</b>	<b>81.686,00</b>	<b>100,00%</b>
Magistério	841	24,00	45,59	7,88	74,00	38.341,00	46,94%
Não-Magistério	1052	21,00	41,20	9,53	74,00	43.345,00	53,06%



<b>Remuneração</b>	<b>1893</b>	<b>1.328,04</b>	<b>3.157,52</b>	<b>1.079,52</b>	<b>11.878,28</b>	<b>5.977.189,17</b>	<b>100,00%</b>
Magistério	841	2.435,14	3.988,37	986,03	8.723,86	3.354.219,54	56,12%
Não-Magistério	1052	1.328,04	2.493,32	828,10	11.878,28	2.622.969,63	43,88%
<b>Anos até aposentar-se</b>	<b>1893</b>	<b>0,00</b>	<b>17,54</b>	<b>10,15</b>	<b>43,00</b>	<b>33.203,00</b>	<b>100,00%</b>
Magistério	841	0,00	11,76	8,24	36,00	9.887,00	29,78%
Não-Magistério	1052	0,00	22,16	9,60	43,00	23.316,00	70,22%
<b>Idade de aposentadoria</b>	<b>1893</b>	<b>52,00</b>	<b>60,69</b>	<b>3,21</b>	<b>75,00</b>	<b>114.889,00</b>	<b>100,00%</b>
Magistério	841	52,00	57,35	1,76	74,00	48.228,00	41,98%
Não-Magistério	1052	60,00	63,37	1,77	75,00	66.661,00	58,02%
<b>Idade de admissão</b>	<b>1893</b>	<b>18,00</b>	<b>30,63</b>	<b>6,60</b>	<b>69,00</b>	<b>57.982,00</b>	<b>100,00%</b>
Magistério	841	18,00	31,69	6,76	60,00	26.653,00	45,97%
Não-Magistério	1052	18,00	29,78	6,32	69,00	31.329,00	54,03%
<b>Idade de início da vida laboral</b>	<b>1893</b>	<b>18,00</b>	<b>24,10</b>	<b>1,35</b>	<b>25,00</b>	<b>45.630,00</b>	<b>100,00%</b>
Magistério	841	18,00	24,23	1,22	25,00	20.381,00	44,67%
Não-Magistério	1052	18,00	24,00	1,45	25,00	25.249,00	55,33%

#### Inativos / Sexo

Variável	Quantidade	Mínimo	Média	Desvio	Máximo	Soma	% Soma
<b>Inativos</b>	<b>849</b>					<b>849,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	716					716,00	84,33%
Masculino	133					133,00	15,67%
<b>Idade</b>	<b>849</b>	<b>30,00</b>	<b>68,46</b>	<b>8,34</b>	<b>98,00</b>	<b>58.126,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	716	36,00	67,87	8,16	98,00	48.592,00	83,60%
Masculino	133	30,00	71,68	8,55	95,00	9.534,00	16,40%
<b>Remuneração</b>	<b>849</b>	<b>660,00</b>	<b>1.655,19</b>	<b>456,70</b>	<b>7.540,31</b>	<b>1.405.255,06</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	716	660,00	1.646,61	443,12	7.540,31	1.178.974,55	83,90%
Masculino	133	660,00	1.701,36	532,12	5.393,13	226.280,51	16,10%
<b>Idade de concessão</b>	<b>849</b>	<b>11,00</b>	<b>43,23</b>	<b>14,42</b>	<b>91,00</b>	<b>36.705,00</b>	<b>100,00%</b>
Feminino	716	11,00	41,54	14,20	82,00	29.744,00	81,04%
Masculino	133	17,00	52,34	14,15	91,00	6.961,00	18,96%

#### Inativos / Benefícios

Variável	Quantidade	Mínimo	Média	Desvio	Máximo	Soma	% Soma
<b>Inativos</b>	<b>849</b>	-	-	-	-	<b>849,00</b>	<b>100,00%</b>
Aposentadoria	736	-	-	-	-	736,00	86,69%
Aposentadoria por Invalidez	0	-	-	-	-	0,00	0,00%

<i>Pensão</i>	113	-	-	-	-	113,00	13,31%
<b>Idade</b>	<b>849</b>	<b>30,00</b>	<b>68,46</b>	<b>8,34</b>	<b>98,00</b>	<b>58.126,00</b>	<b>100,00%</b>
<i>Aposentadoria</i>	736	46,00	68,22	7,93	0,00	50.211,00	86,38%
<i>Aposentadoria por Invalidez</i>	0	0,00	#DIV/0!	#NÚM!	0,00	0,00	0,00%
<i>Pensão</i>	113	30,00	70,04	10,63	98,00	7.915,00	13,62%
<b>Remuneração</b>	<b>849</b>	<b>660,00</b>	<b>1.655,19</b>	<b>456,70</b>	<b>7.540,31</b>	<b>1.405.255,06</b>	<b>100,00%</b>
<i>Aposentadoria</i>	736	1.320,00	1.682,36	469,07	0,00	1.238.218,79	88,11%
<i>Aposentadoria por Invalidez</i>	0	0,00	#DIV/0!	#NÚM!	0,00	0,00	0,00%
<i>Pensão</i>	113	660,00	1.478,20	330,27	5.133,75	167.036,27	11,89%
<b>Idade de concessão</b>	<b>849</b>	<b>11,00</b>	<b>43,23</b>	<b>14,42</b>	<b>91,00</b>	<b>36.705,00</b>	<b>100,00%</b>
<i>Aposentadoria</i>	736	11,00	41,12	13,97	0,00	30.261,00	82,44%
<i>Aposentadoria por Invalidez</i>	0	0,00	#DIV/0!	#NÚM!	0,00	0,00	0,00%
<i>Pensão</i>	113	14,00	57,03	13,23	91,00	6.444,00	17,56%



# ANEXO 3

## Provisões Matemáticas a Contabilizar em 31 de dezembro de 2023.

2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 694.634,43
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 183.234.565,58
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 183.658.876,70
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 94.036,04
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 10.329.375,08
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 345.913.729,01
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 494.940.708,57
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 109.838.987,54
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 111.540.704,09
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 27.611.867,93
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-R\$ 551.888.000,06
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-R\$ 551.888.000,06
2.2.7.2.1.06.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 123.328.399,88
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$ 123.328.399,88
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$ 0,00

# DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

1.2.1.1.2.00.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA ORÇ	R\$	551.882.060,00
1.2.1.1.2.00.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$	-
1.2.1.1.2.00.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$	551.882.060,00
1.2.1.1.2.00.03	VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$	-
1.2.1.1.2.00.04	OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL	R\$	-
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	479.194.294,59
2.2.7.2.1.01.00	RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.05	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.02.00	RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	-
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.05	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.03.00	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	189.234.595,58
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	189.234.595,58
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	(94.938,54)
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.03.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	(10.329.575,08)
2.2.7.2.1.03.05	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.04.00	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	245.959.728,01
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	494.943.768,57
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	(109.828.980,54)
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	(155.545.294,08)
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	(27.641.807,80)
2.2.7.2.1.04.05	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA ORÇ	R\$	-
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	-
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	-
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	-
2.2.7.2.2.02.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	-
2.2.7.2.2.03.00	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - INTRA ORÇ	R\$	-
2.2.7.2.2.03.01	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	-
2.2.7.2.2.03.02	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	-
2.2.7.2.2.04.00	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - INTRA ORÇ	R\$	551.882.060,00
2.2.7.2.2.04.01	VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO COM AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA ORÇ	R\$	551.882.060,00
2.2.7.2.2.05.00	RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	R\$	125.320.399,88
2.2.7.2.2.05.01	RESERVA ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	R\$	125.320.399,88
2.2.7.2.2.05.02	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	R\$	-
2.2.7.2.2.05.03	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	R\$	-



## ANEXO 4

... e a Educação das Proveniências Matemáticas para os próximos doze meses.

[illegible]





# ANEXO 5

## Resumo dos fluxos atuariais e projeção da População Coberta.

Ano	Benefícios a Conceder - Contribuições do Enft	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados	Benefícios a Conceder - Contribuições Aposentados	Benefícios a Conceder - Contribuições Pensionistas	Benefícios a Conceder - Contribuições do Deficit Atuarial estabelecido em lei	Parcelamentos de Débitos Previdenciários	Total das Receitas com Contribuições e Compensação Previdenciária	Benefícios Concedidos - Encargos	Benefícios a Conceder - Encargos	Total das Despesas com Benefícios do Plano	Insuficiência ou Excedente Financeiro	Recursos Garantidos
2024	673.565,6708	9.648.497,7222	5.648.497,7222	34.766,7887	1.144,5701	6.851.704,0823	27.689.102,37468	16.368.315,78	8.326.131,0007	26.036.416,8490	1.042.655,53	1.777.819,24
2025	947.310,4955	9.349.241,9545	8.399.241,9545	62.007,7996	2.395,7413	10.441.072,8922	30.777.363,85595	17.741.495,32	30.781.979,8106	30.523.465,8976	2.253.903,28	4.185.256,94
2026	920.163,4796	8.091.901,1457	8.091.901,1457	68.554,4397	3.497,7378	10.545.463,4212	30.431.118,13021	17.206.198,0266	12.917.583,6032	30.123.758,0223	317.360,10	4.742.940,53
2027	892.356,3745	8.070.862,0686	8.070.862,0686	68.864,562	4.450,7708	10.545.463,4212	37.159.317,70255	16.681.445,1229	14.688.500,3651	31.951.945,596	25.847.372,30	32.077.001,02
2028	864.509,748	8.742.343,6702	8.742.343,6702	69.799,1457	5.033,8153	10.545.463,4212	37.345.594,87744	16.116,046,1709	15.999.176,3596	32.103.172,5507	25.242.422,35	60.105.148,29
2029	836.062,1058	8.378.504,871	8.378.504,871	69.277,4326	6.092,7855	10.545.463,4212	37.115.156,59638	14.985,105,6507	15.522,354,238	31.946.191,5529	23.141.080,16	87.291.895,25
2030	807.257,0821	8.167.758,0976	8.167.758,0976	69.417,2756	8.121,2946	10.545.463,4212	37.169.441,60326	14.435.533,6264	15.111.892,2494	31.541.104,3977	22.193.902,52	114.806.912,40
2031	778.136,9725	7.974.185,8313	7.974.185,8313	67.006,4741	9.208,1771	10.545.463,4212	37.182.385,63659	13.981.189,8411	14.571,153,461	31.347.015,8088	21.402.425,77	142.850.084,01
2032	748.703,4287	7.766.851,7935	7.766.851,7935	66.918,9513	10.244,8176	10.545.463,4212	37.121.223,05581	13.301.521,6792	13.057.381,8625	37.158.991,5627	30.012.421,30	200.875.409,45
2033	719.146,4934	7.540.222,2048	7.540.222,2048	66.867,0098	11.276,5526	10.545.463,4212	37.178.635,51648	12.732.434,1863	12.081.786,6291	37.214.222,6594	10.364.713,06	238.943.876,35
2034	689.365,6879	7.332.749,6218	7.332.749,6218	74.051,8641	12.144,8106	10.545.463,4212	37.103.786,51485	12.102.501,4733	11.479.420,8109	37.231.521,3872	18.966.364,23	262.055.773,42
2035	659.377,7814	7.122.273,0308	7.122.273,0308	75.411,1656	12.985,935	10.545.463,4212	37.126.524,88751	11.552.354,7261	10.911.976,7517	37.250.431,4758	18.765.210,51	294.468.883,75
2036	629.234,6623	6.945.200,3659	6.945.200,3659	74.544,641	13.729,9683	10.545.463,4212	37.087.456,69563	11.022.762,8175	10.378.171,1329	37.268.902,9584	17.686.952,75	327.126.610,15
2037	598.984,0643	6.811.849,1897	6.811.849,1897	74.808,0279	14.516,5009	10.545.463,4212	37.176.347,61597	10.454.919,5409	9.026.253,278	37.286.103,1219	17.681.664,28	361.778.870,98
2038	568.692,3720	6.688.379,4796	6.688.379,4796	74.599,4317	15.252,6389	10.545.463,4212	37.129.149,9156	9.888.919,829	8.001.328,5506	37.296.253,6038	17.237.894,23	397.438.038,69
2039	538.425,5986	6.214.262,3427	6.214.262,3427	74.413,7219	15.102,7441	10.545.463,4212	37.119.610,35405	9.329.662,7961	8.773.731,8504	37.306.073,7961	16.560.851,76	434.538.676,24
2040	508.160,5229	5.980.394,3514	5.980.394,3514	77.779,371	15.457,0053	10.545.463,4212	37.017.089,30232	8.773.731,8504	8.458.456,0399	37.316.253,6038	15.971.931,28	472.938.363,89
2041	478.300,6641	5.710.812,6626	5.710.812,6626	78.783,8201	15.655,2023	10.545.463,4212	36.910.768,55443	8.228.163,1585	8.228.163,1585	37.326.425,8903	15.371.931,28	512.666.479,71
2042	448.106,3177	5.460.240,354	5.460.240,354	84.077,2385	15.810,5824	10.545.463,4212	36.817.040,41483	7.683.076,1689	7.683.076,1689	37.336.603,2719	15.371.931,28	554.015.054,38
2043	418.176,8248	5.228.046,5444	5.228.046,5444	89.874,6177	15.933,2085	10.545.463,4212	36.719.104,41483	7.163.076,1689	7.163.076,1689	37.346.780,547	14.992.703,57	596.560.490,22
2044	388.148,4916	4.994.360,0425	4.994.360,0425	95.940,3844	16.035,6137	10.545.463,4212	36.620.159,47722	6.643.076,1689	6.643.076,1689	37.356.961,8115	14.992.703,57	638.610.490,22

Ano	Benefícios Concedidos - Contribuições - Comprom.	Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	Benefícios a Conceder - Contribuições Pensionistas	Plano de Amortização da Dívida Atualizada estabelecido em lei	Parcelamentos de Débitos Previdenciários	Total das Receitas com Contribuições e Compromisso Previdenciário	Benefícios Concedidos - Encargos	Benefícios a Conceder - Encargos	Total das Despesas com Benefícios do Plano	Insuficiência ou Excedente Financeiro	Recursos Carreados
2045	361.285,40	4.484.254,5882	4.484.254,5882	83.739,5294	14.190,4613	45.014.369,5931	0,00	56.427.194,58337	6.520.025,8915	35.343.874,9487	43.273.446,8972	14.033.248,14	940.290.623,25
2046	333.576,7734	4.185.789,7958	4.185.789,7958	94.332,8922	16.124,8184	45.465.059,6438	0,00	55.392.578,72688	6.115.647,8044	36.167.457,6799	43.567.704,8513	13.585.274,05	685.759.328,01
2047	306.218,7128	3.805.112,5056	3.805.112,5056	106.154,2882	16.128,3647	45.969.799,2594	0,00	56.032.479,87666	5.832.745,5136	37.590.299,8021	43.192.301,1177	13.840.298,46	712.551.305,52
2048	279.997,6488	3.407.910,5292	3.407.910,5292	105.936,2111	16.195,1507	46.378.906,3429	0,00	55.761.125,26336	5.140.557,8144	38.515.381,5839	43.559.379,1983	12.101.148,67	760.842.591,52
2049	253.287,6647	3.075.893,5137	3.075.893,5137	101.146,4876	16.349,7523	46.842.693,4663	0,00	55.536.964,34491	4.674.192,1277	39.311.316,4397	43.383.508,7774	11.551.475,57	836.904.422,31
2050	228.888,2344	2.647.618,6607	2.647.618,6607	111.947,3083	15.992,9511	47.311.122,3804	0,00	55.198.648,15464	4.216.345,8325	40.448.335,4661	44.871.933,3911	10.826.996,46	882.324.986,25
2051	205.107,1771	2.395.434,5708	2.395.434,5708	108.254,1509	15.923,436	47.784.323,394	0,00	55.145.269,71203	3.791.582,3524	40.582.433,2795	44.358.045,3296	10.782.164,22	936.517.605,88
2052	182.168,1032	2.118.986,8613	2.118.986,8613	115.704,9817	15.840,5032	48.262.075,0199	0,00	55.002.515,34126	3.365.580,1076	40.883.474,8864	44.190.875,1962	10.881.860,15	993.442.865,11
2053	160.797,1176	1.834.569,215	1.834.569,215	118.926,1158	15.739,8635	0,00	0,00	4.230.177,346	3.601.376,2113	41.031.426,3997	41.031.362,551	-37.773.135,21	1.058.115.289,27
2054	140.731,2467	1.550.161,5937	1.550.161,5937	121.113,3379	15.617,3358	0,00	0,00	5.678.774,14823	2.642.890,1469	41.135.211,3479	43.766.103,0046	-38.087.377,96	1.010.875.667,90
2055	122.171,0503	1.315.585,7134	1.315.585,7134	124.368,8075	15.476,5545	0,00	0,00	5.161.518,98874	2.387.073,3693	40.977.619,3517	43.284.626,9615	-38.121.117,97	1.028.032.518,26
2056	105.182,403	1.138.323,234	1.138.323,234	119.562,7485	15.308,3622	0,00	0,00	4.737.916,9874	2.000.894,0485	40.418.172,8706	42.499.065,8172	-37.701.149,92	1.036.091.756,83
2057	89.815,3248	858.067,6299	858.067,6299	122.329,4489	15.107,8679	0,00	0,00	4.183.117,5756	1.722.860,2016	40.425.315,5448	42.143.262,1862	-37.986.144,61	1.040.261.223,37
2058	76.015,3627	585.546,5601	585.546,5601	117.051,6728	14.615,0264	0,00	0,00	3.616.084,81933	1.472.944,3947	40.591.675,8879	42.773.221,2475	-38.181.136,61	1.059.804.248,18
2059	63.717,0022	466.403,7929	466.403,7929	106.846,3945	14.311,3850	0,00	0,00	3.305.237,11983	1.348.743,277	39.314.294,8832	40.903.042,1652	-37.257.805,04	1.062.804.880,27
2060	52.831,5363	348.950,0307	348.950,0307	101.993,2388	13.974,1357	0,00	0,00	2.989.030,05469	1.040.061,5406	38.381.300,9648	39.331.542,5044	-36.332.512,45	1.076.958.841,00
2061	43.268,3861	258.920,0862	258.920,0862	99.925,0062	13.574,1357	0,00	0,00	2.715.483,08532	874.370,257	37.064.125,3272	37.538.815,9182	-31.223.402,49	1.091.736.628,82
2062	34.942,9128	171.604,8525	171.604,8525	96.365,6978	13.611,3165	0,00	0,00	2.478.967,82965	721.229,4944	35.852.313,4274	36.573.746,3188	-34.079.1835,08	1.109.041.679,32
2063	27.769,1826	135.921,9694	135.921,9694	91.988,5314	11.228,5974	0,00	0,00	2.308.088,45869	588.116,9456	34.306.282,4075	34.491.495,8531	-31.586.402,39	1.128.770.375,27
2064	21.641,0023	71.716,4035	71.716,4035	85.637,5679	12.823,1186	0,00	0,00	2.093.167,55092	479.115,6283	32.418.550,4445	33.392.868,0728	-31.299.516,82	1.150.807.490,39
2065	15.333,6977	31.564,9839	31.564,9839	80.275,2738	12.381,8777	0,00	0,00	1.824.932,00397	377.401,9134	31.176.557,8743	31.749.974,7827	-28.223.626,78	1.175.464.780,41
2066	11.401,081	8.043,7311	8.043,7311	74.928,4242	11.405,8436	0,00	0,00	1.768.944,20081	316.546,7219	29.792.322,1374	31.088.516,0933	-28.310.974,81	1.212.895.643,14
2067	8.866,9735	0,00	0,00	69.634,8117	11.401,081	0,00	0,00	1.649.561,20266	237.156,6056	28.106.244,249	28.316.330,8769	-26.686.989,18	1.233.372.036,02
2068	6.202,9372	0,00	0,00	64.398,4494	10.875,8025	0,00	0,00	1.545.471,81174	176.165,2938	26.353.379,4708	26.578.168,5444	-25.624.894,69	1.257.073.880,98
2069	4.155,5683	0,00	0,00	59.266,3623	10.278,7423	0,00	0,00	1.443.177,45609	137.393,7837	24.704.276,6008	24.818.170,3899	-23.285.586,13	1.384.121.036,22



Ano	Benefícios Concedidos - Contribuições + Consórcio	Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	Benefícios a Conceder - Contribuições das Pensionistas	Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	Parcelamentos de Dívidas Previdenciárias	Total das Receitas com Contribuições e Compensação Previdenciária	Benefícios Concedidos - Encargos	Benefícios a Conceder - Encargos	Total dos Despesas com Benefícios do Plano	Ineficiência no Excedente Financeiro	Recursos Garantidores
2070	2.657,1817	0,00	0,00	54.201,7283	9.676,9331	0,00	0,00	1.394.028,87206	102.582,1266	21.043.303,9145	21.145.885,9771	-21.801,877,10	1.346.629.359,77
2071	1.410,2791	0,00	0,00	40.401,0211	0.055,2161	0,00	0,00	1.246.893,99936	76.513,4402	21.413.330,6557	21.491.841,4939	-20.244,917,49	1.308.760.300,01
2072	520,0833	0,00	0,00	44.147,4737	8.440,2815	0,00	0,00	1.152.285,55137	60.076,8015	19.817,652,4399	19.878,623,3349	-16.726,337,76	1.436.617.327,75
2073	495,7259	0,00	0,00	40.380,0056	7.002,0563	0,00	0,00	1.061.275,11157	48.443,6061	18.260,046,112	18.308,491,0281	-17.140,216,43	1.488.350.874,32
2074	255,786	0,00	0,00	36.079,9717	7.148,3256	0,00	0,00	971.029,54242	39.552,1946	16.244,259,4965	16.284,35,6413	-15.113,322,10	1.544.102.381,80
2075	131,9975	0,00	0,00	31.592,7417	6.473,9091	0,00	0,00	884.742,05667	33.332,6451	15.276,087,6175	15.309,220,2801	-14.424,476,42	1.604.020.880,74
2076	72,7109	0,00	0,00	28.151,5391	5.603,9756	0,00	0,00	801.848,53001	26.236,7266	13.862,442,1394	13.890,219,0793	-13.389,570,03	1.668.251.305,81
2077	44,3302	0,00	0,00	24.562,861	5.146,9902	0,00	0,00	722.667,06601	24.360,0915	12.569,368,1583	12.553,746,8513	-11.811,083,76	1.736.943.219,02
2078	28,9513	0,00	0,00	21.281,2695	4.518,3431	0,00	0,00	643.511,13773	23.071,1505	11.233,167,6737	11.244,238,7922	-10.556,725,64	1.810.246.932,96
2079	19,0173	0,00	0,00	18.269,8265	3.024,2341	0,00	0,00	576.512,94836	18.103,9865	10.005,444,6274	10.023,603,6126	-8.497,055,63	1.888.318.709,43
2080	11,428	0,00	0,00	15.508,8644	3.366,2576	0,00	0,00	505.914,6738	15.576,1553	8.861,038,654	8.876,517,9207	-8.368,702,13	1.971.317.673,80
2081	6,8604	0,00	0,00	13.100,5934	2.852,5513	0,00	0,00	441.611,05853	13.271,0019	7.278,408,2773	7.285,736,9593	-7.357,824,59	2.058.486.192,81
2082	3,3114	0,00	0,00	10.002,8429	2.380,2835	0,00	0,00	390.363,27515	11.243,51	6.002,173,6461	6.013,342,1591	-4.423,033,36	2.151.760.237,65
2083	1,2316	0,00	0,00	5.008,8863	1.994,2512	0,00	0,00	337.672,5644	9.401,5639	5.492,484,3255	5.503,402,0394	-5.564,253,51	2.251.548.708,18
2084	0,2816	0,00	0,00	7.365,7503	1.576,1844	0,00	0,00	289.679,44948	7.960,3132	5.067,272,0724	5.070,292,1646	-4.780,631,34	2.355.962.065,41
2085	0,2227	0,00	0,00	5.631,7971	1.245,9433	0,00	0,00	246.284,86661	6.551,4173	4.308,940,6719	4.310,802,0761	-4.070,317,23	2.466.193.087,16
2086	0,02	0,00	0,00	4.711,0831	962,258	0,00	0,00	207.424,83627	5.571,5856	3.035,135,4431	3.040,717,0017	-2.433,292,17	2.562.454.550,19
2087	0,00	0,00	0,00	3.642,0263	723,0313	0,00	0,00	172.879,8585	4.538,9920	3.034,706,2173	3.037,266,2581	-2.664,416,41	2.704.954.026,17
2088	0,00	0,00	0,00	2.776,2780	535,4361	0,00	0,00	142.517,9352	3.686,2580	2.302,216,2171	2.305,901,476	-2.363,384,56	2.833.538.946,82
2089	0,00	0,00	0,00	2.045,2135	365,1376	0,00	0,00	93.286,23155	2.323,4294	1.644,079,8109	1.646,342,3403	-1.927,197,11	2.968.645.006,11
2090	0,00	0,00	0,00	1.403,3183	238,1594	0,00	0,00	46.104,15308	1.794,241	1.055,743,3139	1.307,537,5949	-1.233,403,40	3.112.342.333,12
2091	0,00	0,00	0,00	1.031,2313	142,2017	0,00	0,00	37.568,8163	1.314,180	1.022,710,2772	1.022,404,8853	-963,476,35	3.262.307.742,60
2092	0,00	0,00	0,00	708,8516	76,8952	0,00	0,00	37.568,8163	1.314,180	1.022,710,2772	1.022,404,8853	-963,476,35	3.419.843.532,58
2093	0,00	0,00	0,00	467,0006	33,1878	0,00	0,00	43.866,02789	953,5751	756,753,1727	761,747,1213	-743,081,04	3.565.288.723,49
2094	0,00	0,00	0,00	298,8074	11,6570	0,00	0,00	33.865,53073	85,6102	907,160,456	907,903,3698	-564,010,64	3.738.921.365,88

[illegible]



Ano	Benefícios Concedidos - Contribuições + Compres	Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Seguros Ativos	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	Piano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	Parcelamentos de Débitos Previdenciários	Total das Receitas com Contribuições e Composição Previdenciária	Benefícios Concedidos - Encargos	Benefícios a Conceder - Encargos	Total das Despesas com Benefícios do Plano	Insuficiência ou Excedente Financeiro	Recursos Garantidores
2120	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.905.510,799,82
2121	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.532.724.960,71
2122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.306.415.209,94
2123	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.880.069.471,59
2124	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.603.240.848,31
2125	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.361.558.381,85
2126	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.156.730.089,54
2127	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.998.647.171,89
2128	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.564.087.764,44
2129	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.768.721.307,79
2130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.263.132.945,45
2131	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.751.228.755,57
2132	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.888.337.946,79
2133	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.916.833.173,10
2134	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.079.180.779,32
2135	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.288.078.965,18
2136	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.576.113.177,90
2137	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.936.312.273,10
2138	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.321.645.849,57
2139	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.795.276.998,90
2140	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.340.527.461,13
2141	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.968.877.195,75
2142	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.659.973.722,40
2143	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.441.850.342,72
2144	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.358.914.759,09

Ano	Benefícios Concedidos - Contribuições + Compra	Benefícios a Conceder - Contribuições do Enta	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	Pagamentos de Débitos Previdenciários	Total das Recitas com Contribuições e Compensação Previdenciária	Benefícios Concedidos - Encargos	Benefícios a Conceder - Encargos	Total das Despesas com Benefícios do Plano	Insuficiência ou Excedente Financeiro	Recursos Garantidos
2145	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.268.376.515,33
2146	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.313.248.879,34
2147	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.477.358.775,51
2148	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.716.158.412,08
2149	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.104.735.710,82
2150	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.588.425.856,37
2151	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.192.823.363,47
2152	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.921.794.576,94
2153	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.787.498.295,47
2154	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.790.363.057,85
2155	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.935.174.702,46
2156	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.241.013.593,00
2157	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.703.332.095,52
2158	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.313.914.016,52
2159	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.140.942.250,69
2160	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.132.992.052,47
2161	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.319.055.466,22
2162	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.768.581.561,87
2163	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.311.357.653,76
2164	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.137.331.579,76
2165	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.199.035.014,53
2166	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.506.108.158,18
2167	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.671.395.614,67
2168	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.926.568.718,39
2169	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.325.619.669,32



Ano	Benefícios Concedidos - Contribuições + Compres	Benefícios a Conceder - Contribuições do Fim	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	Parcelamentos de Débitos Previdenciários	Total das Receitas com Contribuições e Compensação Previdenciária	Benefícios a Conceder - Encargos	Total das Despesas com Benefícios do Plano	Insuficiência ou Excedente Financeiro	Recursos Carreados
2170	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.442.064.680,36
2171	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.178.346.023,83
2172	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.235.621.986,39
2173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.623.793.506,53
<b>Totais da Contabilidade</b>	17.500.679,56	188.354.363,75	188.354.363,75	4.472.493,66	669.557,05	1.139.023.558,74	0,00	5.628.945.631,58	1.625.613.128,61	1.955.247.661,74	-326.287.851,12	
<b>Valor Atual</b>	10.424.311,14	209.838.987,44	109.838.987,44	1.403.800,39	207.295,96	551.888.060,05	0,00	811.333.430,74	694.940.798,57	988.949.165,27	<b>122.733.265,47</b>	

# ANEXO 6

Projeções Atuariais para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Recursos Garantidores
2024	R\$ 27.769.646,67	-R\$ 26.626.446,84	R\$ 1.143.199,83	R\$ 1.737.834,24
2025	R\$ 30.971.392,61	-R\$ 28.523.469,91	R\$ 2.447.922,70	R\$ 4.185.756,94
2026	R\$ 30.590.941,61	-R\$ 30.133.758,02	R\$ 557.183,59	R\$ 4.742.940,53
2027	R\$ 58.686.006,90	-R\$ 31.351.945,51	R\$ 27.334.061,39	R\$ 32.077.001,92
2028	R\$ 60.131.318,90	-R\$ 32.103.172,53	R\$ 28.028.146,37	R\$ 60.105.148,29
2029	R\$ 61.153.038,52	-R\$ 33.966.191,55	R\$ 27.186.846,97	R\$ 87.291.995,25
2030	R\$ 62.436.181,55	-R\$ 34.921.264,40	R\$ 27.514.917,15	R\$ 114.806.912,40
2031	R\$ 63.790.187,47	-R\$ 35.747.015,87	R\$ 28.043.171,60	R\$ 142.850.084,01
2032	R\$ 65.143.439,69	-R\$ 36.440.534,30	R\$ 28.702.905,39	R\$ 171.552.989,40
2033	R\$ 66.481.302,02	-R\$ 37.158.801,96	R\$ 29.322.500,05	R\$ 200.875.489,45
2034	R\$ 67.882.609,76	-R\$ 37.814.222,86	R\$ 30.068.386,90	R\$ 230.943.876,35
2035	R\$ 69.349.419,35	-R\$ 38.237.522,28	R\$ 31.111.897,07	R\$ 262.055.773,42
2036	R\$ 70.917.424,81	-R\$ 38.504.314,48	R\$ 32.413.110,33	R\$ 294.468.883,75
2037	R\$ 72.258.630,35	-R\$ 39.400.903,95	R\$ 32.857.726,40	R\$ 327.326.610,15
2038	R\$ 73.944.444,15	-R\$ 39.491.183,32	R\$ 34.453.260,83	R\$ 361.779.870,98
2039	R\$ 75.549.413,40	-R\$ 39.891.253,69	R\$ 35.658.159,72	R\$ 397.438.030,69
2040	R\$ 77.259.396,14	-R\$ 40.158.756,59	R\$ 37.100.639,54	R\$ 434.538.670,24
2041	R\$ 78.931.970,64	-R\$ 40.632.276,99	R\$ 38.299.693,65	R\$ 472.838.363,89
2042	R\$ 80.706.949,09	-R\$ 40.978.833,27	R\$ 39.728.115,82	R\$ 512.566.479,71
2043	R\$ 82.594.472,42	-R\$ 41.141.297,77	R\$ 41.453.174,65	R\$ 554.019.654,36
2044	R\$ 84.328.697,07	-R\$ 41.786.852,91	R\$ 42.541.844,16	R\$ 596.561.498,52
2045	R\$ 86.103.071,67	-R\$ 42.373.946,85	R\$ 43.729.124,83	R\$ 640.290.623,35
2046	R\$ 88.075.807,34	-R\$ 42.607.304,68	R\$ 45.468.502,66	R\$ 685.759.126,01
2047	R\$ 89.984.411,03	-R\$ 43.192.201,52	R\$ 46.792.209,52	R\$ 732.551.335,52
2048	R\$ 91.951.239,00	-R\$ 43.659.979,60	R\$ 48.291.259,40	R\$ 780.842.594,92
2049	R\$ 94.047.336,17	-R\$ 43.985.508,78	R\$ 50.061.827,39	R\$ 830.904.422,31
2050	R\$ 96.092.215,13	-R\$ 44.671.651,29	R\$ 51.420.563,84	R\$ 882.324.986,15
2051	R\$ 98.550.460,26	-R\$ 44.358.045,53	R\$ 54.192.414,73	R\$ 936.517.400,88
2052	R\$ 101.116.119,43	-R\$ 44.190.655,20	R\$ 56.925.464,23	R\$ 993.442.865,11
2053	R\$ 52.675.726,71	-R\$ 44.003.302,55	R\$ 8.672.424,15	R\$ 1.002.115.289,27
2054	R\$ 52.530.480,64	-R\$ 43.766.102,00	R\$ 8.764.378,64	R\$ 1.010.879.667,90
2055	R\$ 52.437.487,32	-R\$ 43.284.636,96	R\$ 9.152.850,35	R\$ 1.020.032.518,26
2056	R\$ 52.476.305,50	-R\$ 42.499.066,93	R\$ 9.977.238,57	R\$ 1.030.009.756,83
2057	R\$ 52.396.728,73	-R\$ 42.143.262,19	R\$ 10.253.466,54	R\$ 1.040.263.223,37
2058	R\$ 52.318.246,05	-R\$ 41.777.221,25	R\$ 10.541.024,80	R\$ 1.050.804.248,18
2059	R\$ 52.563.594,26	-R\$ 40.563.042,17	R\$ 12.000.552,09	R\$ 1.062.304.800,27
2060	R\$ 52.885.583,24	-R\$ 39.331.542,51	R\$ 13.554.040,74	R\$ 1.076.358.841,00
2061	R\$ 53.334.665,40	-R\$ 37.958.885,58	R\$ 15.375.779,82	R\$ 1.091.734.620,82
2062	R\$ 53.880.201,42	-R\$ 36.573.742,92	R\$ 17.306.458,50	R\$ 1.109.041.079,32
2063	R\$ 54.623.795,81	-R\$ 34.894.499,85	R\$ 19.729.295,95	R\$ 1.128.770.375,27
2064	R\$ 55.430.251,19	-R\$ 33.392.686,07	R\$ 22.037.565,12	R\$ 1.150.807.940,39
2065	R\$ 56.404.818,81	-R\$ 31.747.978,79	R\$ 24.656.840,02	R\$ 1.175.464.780,41
2066	R\$ 57.520.181,82	-R\$ 30.088.919,10	R\$ 27.431.262,73	R\$ 1.202.896.043,14



Exercício	Raceltas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Recursos Garantidores
2067	R\$ 58.813.323,75	-R\$ 28.336.530,88	R\$ 30.476.792,87	R\$ 1.233.372.836,01
2068	R\$ 60.271.193,52	-R\$ 26.570.168,54	R\$ 33.701.024,98	R\$ 1.267.073.860,98
2069	R\$ 61.886.335,62	-R\$ 24.839.170,38	R\$ 37.047.165,24	R\$ 1.304.121.026,22
2070	R\$ 63.664.719,52	-R\$ 23.145.885,97	R\$ 40.518.833,55	R\$ 1.344.639.859,77
2071	R\$ 65.612.486,74	-R\$ 21.491.841,49	R\$ 44.120.645,24	R\$ 1.388.760.505,01
2072	R\$ 67.735.946,08	-R\$ 19.878.623,33	R\$ 47.857.322,74	R\$ 1.436.617.827,75
2073	R\$ 70.041.638,20	-R\$ 18.308.491,94	R\$ 51.733.146,26	R\$ 1.488.350.974,02
2074	R\$ 72.536.359,43	-R\$ 16.784.351,64	R\$ 55.752.007,78	R\$ 1.544.102.981,80
2075	R\$ 75.227.119,22	-R\$ 15.309.220,28	R\$ 59.917.898,94	R\$ 1.604.020.880,74
2076	R\$ 78.121.144,23	-R\$ 13.890.719,05	R\$ 64.230.425,17	R\$ 1.668.251.305,91
2077	R\$ 81.225.661,96	-R\$ 12.533.748,85	R\$ 68.691.913,11	R\$ 1.736.943.219,02
2078	R\$ 84.547.952,72	-R\$ 11.244.238,78	R\$ 73.303.713,93	R\$ 1.810.246.932,96
2079	R\$ 88.095.385,08	-R\$ 10.023.608,61	R\$ 78.071.776,47	R\$ 1.888.318.709,43
2080	R\$ 91.875.582,18	-R\$ 8.876.617,80	R\$ 82.998.964,38	R\$ 1.971.317.673,80
2081	R\$ 95.896.255,86	-R\$ 7.805.736,86	R\$ 88.090.519,00	R\$ 2.059.408.192,81
2082	R\$ 100.165.442,00	-R\$ 6.813.397,16	R\$ 93.352.044,84	R\$ 2.152.760.237,65
2083	R\$ 104.691.397,42	-R\$ 5.901.925,89	R\$ 98.789.471,53	R\$ 2.251.549.709,18
2084	R\$ 109.482.648,61	-R\$ 5.070.292,38	R\$ 104.412.356,23	R\$ 2.355.962.065,41
2085	R\$ 114.548.223,83	-R\$ 4.316.602,08	R\$ 110.231.621,75	R\$ 2.466.193.687,16
2086	R\$ 119.897.580,03	-R\$ 3.640.717,00	R\$ 116.256.863,03	R\$ 2.582.450.550,19
2087	R\$ 125.540.762,75	-R\$ 3.037.286,27	R\$ 122.503.475,98	R\$ 2.704.954.026,17
2088	R\$ 131.488.423,12	-R\$ 2.505.902,48	R\$ 128.982.520,64	R\$ 2.833.936.546,82
2089	R\$ 137.751.740,90	-R\$ 2.043.283,61	R\$ 135.708.457,29	R\$ 2.969.645.004,11
2090	R\$ 144.342.660,26	-R\$ 1.646.332,24	R\$ 142.696.328,02	R\$ 3.112.341.332,12
2091	R\$ 151.273.948,03	-R\$ 1.307.537,55	R\$ 149.966.410,48	R\$ 3.262.307.742,60
2092	R\$ 158.559.194,45	-R\$ 1.023.404,47	R\$ 157.535.789,98	R\$ 3.419.843.532,58
2093	R\$ 166.212.948,03	-R\$ 787.747,12	R\$ 165.425.200,91	R\$ 3.585.268.733,49
2094	R\$ 174.250.534,76	-R\$ 597.902,37	R\$ 173.652.632,39	R\$ 3.758.921.365,88
2095	R\$ 182.688.432,38	-R\$ 445.108,71	R\$ 182.243.323,67	R\$ 3.941.164.689,55
2096	R\$ 191.544.218,78	-R\$ 324.016,17	R\$ 191.220.202,60	R\$ 4.132.384.892,15
2097	R\$ 200.836.528,48	-R\$ 230.792,27	R\$ 200.605.736,21	R\$ 4.332.990.628,36
2098	R\$ 210.585.199,95	-R\$ 160.356,57	R\$ 210.424.843,38	R\$ 4.543.415.471,74

## ANEXO 7

### Resultado da Duração do Passivo.

Variáveis		Valores
Taxa de juro nominal da avaliação atuarial do exercício anterior:		4,71%
Benefícios líquidos a valor presente ( a ):	R\$	720.809.075,98
Benefícios líquidos ponderados pelo instante ( b ):	R\$	12.472.917.701,24
Duração do Passivo:		17,30



# ANEXO 8

## Ganhos e Perdas Atuariais

	DESCRIÇÃO	ANO DE 2023	ANO DE 2024	GANHOS / PERDAS
<b>Base de Cálculo da Contribuição Normal</b>				
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados		R\$ 7.172.893,42	R\$ 784.564.194,72	-R\$ 777.391.312,10
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados		R\$ 136.967,68	R\$ 94.916,04	R\$ 42.051,64
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados - Aposentadorias Programadas		R\$ 0,00	R\$ 19.586,93	-R\$ 19.586,93
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 0,00	R\$ 75.349,11	-R\$ 75.349,11
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados - Outras Aposentadorias Especiais		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados - Aposentadorias por Invalidez		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Contribuições das Pensionistas		R\$ 15.841,74	R\$ 0,00	R\$ 15.841,74
Benefícios Concedidos - Contribuições da Previdência a Receber		R\$ 0,00	R\$ 10.329.375,06	-R\$ 10.329.375,06
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente		R\$ 137.369.827,08	R\$ 109.838.987,54	R\$ 27.530.839,54
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente - Aposentadorias Programadas		R\$ 0,00	R\$ 61.030.337,33	-R\$ 61.030.337,33
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 0,00	R\$ 48.808.650,21	-R\$ 48.808.650,21
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente - Outras Aposentadorias Especiais		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente - Aposentadorias por Invalidez		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente - Pensões por Morte de Segurados em Atividade		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente - Pensões por Morte de Aposentados		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente - Outros Benefícios e Auxílios		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos		R\$ 98.776.455,01	R\$ 109.838.987,54	-R\$ 11.062.532,53
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos - Aposentadorias Programadas		R\$ 0,00	R\$ 61.030.337,33	-R\$ 61.030.337,33
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 0,00	R\$ 48.808.650,21	-R\$ 48.808.650,21
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos - Outras Aposentadorias Especiais		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos - Aposentadorias por Invalidez		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos - Pensões por Morte de Segurados em Atividade		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos - Pensões por Morte de Aposentados		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos - Outros Benefícios e Auxílios		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados		R\$ 1.567.146,02	R\$ 1.493.820,59	R\$ 73.325,43
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados - Aposentadorias Programadas		R\$ 0,00	R\$ 704.209,59	-R\$ 704.209,59
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 0,00	R\$ 704.177,85	-R\$ 704.177,85
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados - Outras Aposentadorias Especiais		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados - Aposentadorias por Invalidez		R\$ 0,00	R\$ 83.433,11	-R\$ 83.433,11
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas		R\$ 158.738,26	R\$ 207.395,90	-R\$ 50.657,70





## ANEXO 9

### 3.3.3. Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio.

Resultado da Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio.

ANO	INÍCIO	MESES COM PRECATORIO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PRECATORIO PASSIVO	PRECATORIO ATIVO	PREC
-----	--------	----------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	--------------------	------------------	------





Resultado da Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio.

CRESCIMENTO MÉDIO DA RCL EDIP		
	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: -1)		R\$ 4.537.053,73
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: -1)		
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	R\$ 178.935.082,72	
Dívida Consolidada Líquida - DCL		R\$ 132.257.510,01
Resultado Atuarial	10,51%	
Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9,55%	
Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL		

Evolução da RCL, DLP e Inflação dos últimos dez anos.

ANO	RCL	DLP	Inflação
2013	R\$ 114.451.746,15	R\$ 61.702.137,05	5,91%
2014	R\$ 126.453.458,31	R\$ 73.232.016,02	6,41%
2015	R\$ 132.937.119,29	R\$ 81.365.456,71	10,67%
2016	R\$ 150.023.005,19	R\$ 67.321.773,19	6,29%
2017	R\$ 144.359.015,81	R\$ 93.704.378,21	2,95%
2018	R\$ 163.370.920,11	R\$ 85.304.714,07	3,75%
2019	R\$ 175.861.699,55	R\$ 90.914.799,78	4,31%
2020	R\$ 189.261.648,89	R\$ 100.286.654,92	4,52%
2021	R\$ 219.037.530,81	R\$ 105.094.286,21	10,06%
2022	R\$ 313.912.878,39	R\$ 134.474.340,46	5,79%
2023	R\$ 310.881.077,66	R\$ 153.676.216,18	4,62%

# ANEXO 10

Tábuas.

Idade	Mortalidade de Válidos $q_x$ - IBGE - 2022	Entrada em Invalidiz $a_x$ - Alvaro Vindas	Mortalidade de Inválidos $q_x$ - IBGE - 2022	Sobrevivência de Inválidos $p_x$ - IBGE - 2022	Probabilidade bidecremental		
					$q$ - bidecremental - morte frente invalidez	$q$ - bidecremental - invalidez frente morte	$p$ - bidecremental - vivo e válido
0	0,01283970	0,00000000	0,01283970	0,98716030	0,01283970	0,00000000	0,98716030
1	0,00089594	0,00000000	0,00089594	0,99910406	0,00089594	0,00000000	0,99910406
2	0,00067587	0,00000000	0,00067587	0,99932413	0,00067587	0,00000000	0,99932413
3	0,00051379	0,00000000	0,00051379	0,99948621	0,00051379	0,00000000	0,99948621
4	0,00039694	0,00000000	0,00039694	0,99960306	0,00039694	0,00000000	0,99960306
5	0,00031472	0,00000000	0,00031472	0,99968528	0,00031472	0,00000000	0,99968528
6	0,00025902	0,00000000	0,00025902	0,99974098	0,00025902	0,00000000	0,99974098
7	0,00022363	0,00000000	0,00022363	0,99977637	0,00022363	0,00000000	0,99977637
8	0,00020427	0,00000000	0,00020427	0,99979573	0,00020427	0,00000000	0,99979573
9	0,00019878	0,00000000	0,00019878	0,99980122	0,00019878	0,00000000	0,99980122
10	0,00020695	0,00000000	0,00020695	0,99979305	0,00020695	0,00000000	0,99979305
11	0,00023087	0,00000000	0,00023087	0,99976913	0,00023087	0,00000000	0,99976913
12	0,00027493	0,00000000	0,00027493	0,99972507	0,00027493	0,00000000	0,99972507
13	0,00034661	0,00000000	0,00034661	0,99965339	0,00034661	0,00000000	0,99965339
14	0,00045461	0,00057700	0,00045461	0,99954539	0,00045461	0,00057687	0,99968528
15	0,00060729	0,00057500	0,00060729	0,99939271	0,00060729	0,00057483	0,99881788
16	0,00080397	0,00057300	0,00080397	0,99919603	0,00080397	0,00057277	0,99862326
17	0,00102861	0,00057200	0,00102861	0,99897139	0,00102861	0,00057171	0,99839969
18	0,00125231	0,00057000	0,00125231	0,99874769	0,00125231	0,00056964	0,99817805
19	0,00143831	0,00056900	0,00143831	0,99856169	0,00143831	0,00056859	0,99799310
20	0,00156961	0,00056900	0,00156961	0,99843039	0,00156961	0,00056855	0,99786183



Idade	Mortalidade de Válidos	Entrada em Invalidez	Mortalidade de Invalídios	Sobrevivência de Invalídios	Probabilidade Bidecremental		
	$q_x$ - IBGE - 2022	$q_x$ - Alvaro Vindas	$q_x$ - IBGE - 2022	$p_x$ - IBGE - 2022	$q_x$ - bidecremental - morte frente invalidez	$q_x$ - bidecremental - invalidez frente morte	$p_x$ - bidecremental - vivo e válido
21	0,00164605	0,00056900	0,00164605	0,99835395	0,00164605	0,00056853	0,99778541
22	0,00168309	0,00056900	0,00168309	0,99831691	0,00168309	0,00056852	0,99774838
23	0,00170087	0,00057000	0,00170087	0,99829913	0,00170087	0,00056952	0,99772961
24	0,00171136	0,00057200	0,00171136	0,99828864	0,00171136	0,00057151	0,99771713
25	0,00172288	0,00057500	0,00172288	0,99827712	0,00172288	0,00057450	0,99770262
26	0,00173672	0,00057900	0,00173672	0,99826328	0,00173672	0,00057850	0,99768478
27	0,00175250	0,00058300	0,00175250	0,99824750	0,00175250	0,00058249	0,99766502
28	0,00177007	0,00058900	0,00177007	0,99822993	0,00177007	0,00058848	0,99764145
29	0,00178969	0,00059600	0,00178969	0,99821031	0,00178969	0,00059547	0,99761485
30	0,00181288	0,00060500	0,00181288	0,99818712	0,00181288	0,00060445	0,99758266
31	0,00184164	0,00061500	0,00184164	0,99815836	0,00184164	0,00061443	0,99754392
32	0,00187782	0,00062800	0,00187782	0,99812218	0,00187782	0,00062741	0,99749477
33	0,00192318	0,00064300	0,00192318	0,99807682	0,00192318	0,00064238	0,99743444
34	0,00197854	0,00066000	0,00197854	0,99802146	0,00197854	0,00065935	0,99736211
35	0,00204443	0,00068100	0,00204443	0,99795557	0,00204443	0,00068030	0,99727527
36	0,00212105	0,00070400	0,00212105	0,99787895	0,00212105	0,00070325	0,99717569
37	0,00220869	0,00073200	0,00220869	0,99779131	0,00220869	0,00073119	0,99706012
38	0,00230866	0,00076400	0,00230866	0,99769134	0,00230866	0,00076312	0,99692822
39	0,00242307	0,00080100	0,00242307	0,99757693	0,00242307	0,00080003	0,99677690
40	0,00255527	0,00084400	0,00255527	0,99744473	0,00255527	0,00084292	0,99660181
41	0,00270941	0,00089300	0,00270941	0,99729059	0,00270941	0,00089179	0,99639880
42	0,00288854	0,00094900	0,00288854	0,99711146	0,00288854	0,00094763	0,99616383
43	0,00309491	0,00101400	0,00309491	0,99690509	0,00309491	0,00101243	0,99589265
44	-0,005566871	0,00108800	-0,005566871	1,005566871	-0,005566871	0,00109108	1,00457762

Idade	Mortalidade de Vítimas $q_x$ - IBGE - 2022	Entrada em Invalidez $q_x$ - Alvaro Vindas	Mortalidade de Invalídios $q_x$ - IBGE - 2022	Sobrevivência de Invalídios $p_x$ - IBGE - 2022	Probabilidade bidecremental		
					$q_x$ - bidecremental - morte frente invalidez	$q_x$ - bidecremental - invalidez frente morte	$p_x$ - bidecremental - vivo e válido
45	0,00333462	0,00117400	0,00333462	0,99666538	0,00333462	0,00117204	0,99549334
46	0,00359242	0,00127100	0,00359242	0,99640758	0,00359242	0,00126872	0,99513887
47	0,00388519	0,00138300	0,00388519	0,99611481	0,00388519	0,00138031	0,99473450
48	0,00419206	0,00151100	0,00419206	0,99580794	0,00419206	0,00150783	0,99430011
49	0,00450265	0,00165700	0,00450265	0,99549735	0,00450265	0,00165327	0,99384408
50	0,00486088	0,00182300	0,00486088	0,99513912	0,00486088	0,00181857	0,99332055
51	0,00523509	0,00201400	0,00523509	0,99476491	0,00523509	0,00200873	0,99275619
52	0,00562596	0,00223100	0,00562596	0,99437404	0,00562596	0,00222472	0,99214932
53	0,00604531	0,00247900	0,00604531	0,99395469	0,00604531	0,00247151	0,99148319
54	0,00650537	0,00276200	0,00650537	0,99349463	0,00650537	0,00275302	0,99074161
55	0,00699646	0,00308500	0,00699646	0,99300354	0,00699646	0,00307421	0,98992934
56	0,00751999	0,00345200	0,00751999	0,99248001	0,00751999	0,00343902	0,98904099
57	0,00807754	0,00387200	0,00807754	0,99192246	0,00807754	0,00385636	0,98806609
58	0,00868239	0,00435000	0,00868239	0,99131761	0,00868239	0,00433112	0,98698650
59	0,00931379	0,00489500	0,00931379	0,99068621	0,00931379	0,00487220	0,98581401
60	0,01000864	0,00551600	0,01000864	0,98999136	0,01000864	0,00548840	0,98450296
61	0,01077045	0,00622300	0,01077045	0,98922955	0,01077045	0,00618949	0,98304007
62	0,01161515	0,00702900	0,01161515	0,98838485	0,01161515	0,00698818	0,98139667
63	0,01253589	0,00794700	0,01253589	0,98746411	0,01253589	0,00789719	0,97956692
64	0,01358699	0,00899300	0,01358699	0,98641301	0,01358699	0,00893191	0,97748110
65	0,01470315	0,01018300	0,01470315	0,98529685	0,01470315	0,01010814	0,97518871
66	0,01591572	0,01154200	0,01591572	0,98408428	0,01591572	0,01145015	0,97263413
67	0,01729732	0,01308700	0,01729732	0,98270268	0,01729732	0,01297381	0,96972886
68	0,01887577	0,01484700	0,01887577	0,98112423	0,01887577	0,01470688	0,96641735



Idade	Mortalidade de Validos	Entrada em Invalidez	Mortalidade de Invalidos	Sobrevivência de Invalidos	Probabilidade bidecremental		
	q <sub>x</sub> - IBGE - 2022	q <sub>x</sub> - Avaro Vindas	q <sub>x</sub> - IBGE - 2022	p <sub>x</sub> - IBGE - 2022	q <sub>x</sub> - bidecremental - morte frente invalidez	q <sub>x</sub> - bidecremental - invalidez frente morte	p <sub>x</sub> - bidecremental - vivo e válido
69	0,02063017	0,01685200	0,02063017	0,97936983	0,02063017	0,01667817	0,96269166
70	0,02252587	0,01913500	0,02252587	0,97747413	0,02252587	0,01891948	0,95855464
71	0,02456747	0,02173400	0,02456747	0,97543253	0,02456747	0,02146703	0,95396550
72	0,02680383	0,02469500	0,02680383	0,97319617	0,02680383	0,02436404	0,94883213
73	0,02926253	0,02806600	0,02926253	0,97073747	0,02926253	0,02765536	0,94308211
74	0,03196203	0,03190400	0,03196203	0,96803797	0,03196203	0,03139414	0,93664383
75	0,03486369	0,03627500	0,03486369	0,96513631	0,03486369	0,03564266	0,92949365
76	0,03797183	0,04125200	0,03797183	0,96202817	0,03797183	0,04046879	0,92155937
77	0,04137562	0,04691900	0,04137562	0,95862438	0,04137562	0,04594835	0,91267603
78	0,04511383	0,05340500	0,04511383	0,95488617	0,04511383	0,05220035	0,90268582
79	0,04923509	0,06071800	0,04923509	0,95076491	0,04923509	0,05922327	0,89154163
80	0,05328239	0,06908400	0,05328239	0,94671761	0,05328239	0,06724352	0,87947409
81	0,05751835	0,07860800	0,05751835	0,94248165	0,05751835	0,07634730	0,86613435
82	0,06197547	0,08945300	0,06197547	0,93802453	0,06197547	0,08668105	0,85134348
83	0,06668961	0,10180000	0,06668961	0,93331039	0,06668961	0,09840550	0,83490489
84	0,07167613	0,11585900	0,07167613	0,92832387	0,07167613	0,11170684	0,81661703
85	0,07697196	0,13186500	0,07697196	0,92302804	0,07697196	0,12679005	0,79623799
86	0,08267355	0,15009000	0,08267355	0,91732645	0,08267355	0,14388576	0,77344069
87	0,08881106	0,17084000	0,08881106	0,91118894	0,08881106	0,16325376	0,74793518
88	0,09544238	0,19446500	0,09544238	0,90455762	0,09544238	0,18518490	0,71937272
89	0,10262928	0,22136300	0,10262928	0,89737072	0,10262928	0,21000384	0,68736688
90	0,11056147	0,25198800	0,11056147	0,88943853	0,11056147	0,23805792	0,65138061
91	0,11926606	0,00000000	0,11926606	0,88073394	0,11926606	0,00000000	0,88073394
92	0,12699396	0,00000000	0,12699396	0,87100604	0,12699396	0,00000000	0,87100604

Idade	Mortalidade de Vítimas	Entrada em invalidez	Mortalidade de Invalídicos	Sobrevivência de Invalídicos	Probabilidade bidecremental		
	$q_x$ - IBGE - 2022	$q_x$ - Alvaro Vindas	$q_x$ - IBGE - 2022	$p_x$ - IBGE - 2022	$q_x$ - bidecremental - morte frente invalidez	$q_x$ - bidecremental - invalidez frente morte	$p_x$ - bidecremental - vivo e válido
93	0,13985624	0,00000000	0,13985624	0,86014376	0,13985624	0,00000000	0,86014376
94	0,15215042	0,00000000	0,15215042	0,84784958	0,15215042	0,00000000	0,84784958
95	0,16619934	0,00000000	0,16619934	0,83380066	0,16619934	0,00000000	0,83380066
96	0,18251299	0,00000000	0,18251299	0,81748701	0,18251299	0,00000000	0,81748701
97	0,20157068	0,00000000	0,20157068	0,79842932	0,20157068	0,00000000	0,79842932
98	0,22419984	0,00000000	0,22419984	0,77580016	0,22419984	0,00000000	0,77580016
99	0,25155967	0,00000000	0,25155967	0,74844033	0,25155967	0,00000000	0,74844033
100	0,28529175	0,00000000	0,28529175	0,71470825	0,28529175	0,00000000	0,71470825
101	0,32768999	0,00000000	0,32768999	0,67231001	0,32768999	0,00000000	0,67231001
102	0,38220481	0,00000000	0,38220481	0,61779519	0,38220481	0,00000000	0,61779519
103	0,45380435	0,00000000	0,45380435	0,54619565	0,45380435	0,00000000	0,54619565
104	0,54892206	0,00000000	0,54892206	0,45107794	0,54892206	0,00000000	0,45107794
105	0,67647059	0,00000000	0,67647059	0,32352941	0,67647059	0,00000000	0,32352941
106	0,82954545	0,00000000	0,82954545	0,17045455	0,82954545	0,00000000	0,17045455
107	0,93333333	0,00000000	0,93333333	0,06666667	0,93333333	0,00000000	0,06666667
108	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	0,00000000
109	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	0,00000000
110	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	0,00000000
111	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	1,00000000	0,00000000	0,00000000

$q_x$  : probabilidade de **sucumbir** (à morte ou à invalidez ou ambas) na idade "x"; e

$p_x$  : probabilidade de **não sucumbir** (à morte ou à invalidez ou ambas) na idade "x".





valores em R\$ Milhares

Parâmetros	2026	2027	2028
PBR nominal	17,41%	17,28%	17,30%
Baseia Corrente Líquida - RCL	430.173	464.913	506.755

Parâmetros	2024	2025	2026	2027	2028
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL - IP-C A3	4,82%	4,83%	5,25%	5,65%	5,65%
VARIAÇÃO DO PIB	2,80%	3,90%	2,60%	2,60%	2,80%

Fonte: LCU Control no Estado de Goiás 2024a, 2017 do IBGE



**Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
TER DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)  
2026

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
<b>Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)</b>	432.726	25,44	0,83	433.358	25,48	1,07	632	0
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	432.126	25,41	0,83	433.305	25,47	1,07	1.079	0
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	432.726	25,44	0,83	434.736	25,56	1,08	2.010	0
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	432.606	25,43	0,83	434.736	25,56	1,08	2.130	1
Resultado Primário (SEM RPPS) - Ativa da Linha (III) = (I) - (II)	438	+0,03	0,00	-1.378	-0,09	0,00	1.091	227
Receita Total (COM FONTES RPPS)	453.941	26,81	0,88	456.678	26,85	1,13	2.737	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	453.341	26,77	0,88	456.574	26,84	1,13	2.233	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	453.941	26,81	0,88	456.678	26,85	1,13	737	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	453.821	26,80	0,88	456.678	26,85	1,13	857	0
Dívida Pública Consolidada (DC)	93.833	5,73	0,18	104.471	6,14	0,26	10.638	11
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	122.181	7,78	0,24	132.810	7,81	0,33	10.629	9
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Ativo da Linha	-11.200	-0,66	-0,02	-56,7	-0,03	0,00	10.639	95

NOTA: Colar em ASPEC sistema, Selo Contabil, emissão 30/03/2025 às 16:38 hrs

NOTA: A elaboração deste demonstrativo deve seguir a metodologia calculo da peça no item 03.06 (04) Anexo 6 do Pare II do MPF. Portanto, o cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - ativo da linha, não deve ser considerado as receitas e despesas com as fontes de RPPS. Estes são apresentados de forma separada, sem impacto sobre o cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - ativo da linha, para fins de transparência. Também não devem ser considerados as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres. Transmissões de RPPS ao cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - ativos

Parâmetro	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB nominal	17.009,80	17.006,96
Receita Corrente Líquida - RCL	5.9260,60	60.1421,90

**Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIDERA-MOBI**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2026**

ANEX - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

Valores em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2018
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	129.455	433.358	1,33	586.355	1,35	563.771	0,96	608.372	1,08	663.671
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	329.453	433.205	1,31	586.355	1,35	563.447	1,03	614.900	1,04	710.571
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	4.267	434.776	101,88	586.355	1,35	563.371	0,96	574.471	1,02	663.671
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	4.267	434.776	101,88	586.355	1,35	563.330	1,03	617.023	1,02	717.870
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	325.186	-1.571	1,19	0	1,45	-2.683	1,14	-2.750	1,03	-2.452
Receita Total (COM FONTES RPPS)	339.060	456.678	1,38	586.355	1,38	617.400	1,07	633.800	1,05	718.092
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	339.060	456.678	1,38	586.355	1,38	617.400	1,07	633.800	1,08	738.375
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	373.021	456.678	1,22	586.355	1,25	610.000	1,04	658.600	1,08	718.092
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	373.021	456.678	1,22	586.355	1,25	617.400	1,07	677.592	1,08	738.375
Dívida Pública Consolidada (DC)	87.891	104.471	1,19	96.765	0,92	104.331	1,09	100.062	0,96	96.060
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	152.278	152.819	1,00	121.721	0,80	132.579	1,09	121.533	0,92	111.404
Resultado Mensal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-87.064	-562	1,19	-4.870	-0,67	-4.169	0,96	-3.776	0,91	-1.842

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2018
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	310.234	412.427	1,31	555.226	1,34	531.918	0,96	574.474	1,08	626.313
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	314.234	412.231	1,31	555.226	1,34	569.252	1,03	580.158	1,02	670.244
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	4.070	413.176	101,60	555.226	1,34	531.918	0,96	542.013	1,02	646.413
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	4.070	413.176	101,60	555.226	1,34	571.117	1,03	582.161	1,02	672.555
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	310.264	-1.496	0,00	-	1,45	-1.065	0,04	-2.123	1,08	-2.314
Receita Total (COM FONTES RPPS)	314.111	434.430	1,38	555.226	1,37	591.922	1,07	621.578	1,05	718.092
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	314.111	434.430	1,38	555.226	1,37	591.922	1,07	621.578	1,08	738.375
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	355.187	434.620	1,22	555.226	1,27	575.525	1,04	621.578	1,08	718.092
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	355.187	434.620	1,22	555.226	1,27	591.922	1,07	621.578	1,08	738.375
Dívida Pública Consolidada (DC)	83.836	96.425	1,19	90.355	0,94	98.142	1,09	99.409	0,99	96.060
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	126.147	126.104	1,00	114.873	0,91	125.089	1,07	134.663	0,92	111.404
Resultado Mensal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-83.041	-435	0,01	-4.395	-0,99	-3.434	0,86	-3.563	0,91	-3.842

Fonte: Contas em ARPC, Setor Contábil, exercício 26.03.2025 às 16:03 hrs

Os dados são apresentados em valores nominais, sem ajustes por inflação. Os dados são apresentados em valores nominais, sem ajustes por inflação. Os dados são apresentados em valores nominais, sem ajustes por inflação.



Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUAXERAMOBIM  
LEI DE DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2024

ANEX - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)		valores em R\$ milhares			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022
Patrimônio Líquido	130.725	87	93.650	29	131.132
Reservas					
Reserva Acumulada	130.725	82	93.650	29	131.132
TOTAL					

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022
Patrimônio	42.663	113	40.521	116	35.562
Reservas					
Lucros ou Prejuízos Acumulados					
TOTAL	42.663	113	40.521	116	35.562

Fonte: Contas em ASPREC e sistema Siga Contábil, emissão 26/02/2025 às 16:38 hrs

Tabela 4 - DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2026

AMF - Demonstrativo 5.11 RE - 20.47. 627. inciso III		valores em R\$ milhões		
RECEITAS REALIZADAS		2024	2023	2022
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS III				
Alienação de Bens Móveis		-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-
Resíduos de Aplicação Financeira		-	-	-
DESPESAS EXERCITADAS		2024	2023	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS III				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos		-	-	-
Imunidades Financeiras		-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social		-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		-	-	-
SALDO FINANCEIRO		2024	2023	2022
		1a) = (4a - 11d) + 111b)	4a) = (4b - 11e) + 111a)	3) = (3c - 11f)

VALOR (R\$)

FONTE: Coleta em ASPEC internos. Sem Consolidação 30/03/2025 às 16:38 hrs

SEM MOVIMENTO NO PERÍODO.



# ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVENÇA/SC  
LEI DE ORÇAMENTOS FISCAL, ANEXO DE RECURSOS FISCAL  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2006

ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO 6 (RPPS - anexo 6 - Anexo 2)

	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	20.347	12.125	23.519	
Receita de Contribuições dos Segurados				
Ativo				
Inativo				
Pensãoista				
Receita de Contribuições Patronais				
Ativo				
Inativo				
Pensãoista				
<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Financeira entre os Regimes				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (III)				
Demais Receitas Correntes				
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I) + (II)</b>	20.347	12.125	23.519	
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>				
Despesas				
Aposentadorias				
Pensões por Morte				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Financeira entre os Regimes				
Demais Despesas Previdenciárias				
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	15.456	17.804	18.484	
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV) - (V)</b>	4.891	4.321	5.035	

valores em R\$ Milhões

RECURSOS RPFS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		2022	2023	2024
VALOR				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPFS		2022	2023	2024
VALOR				
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPFS		2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPFS				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
BENS E DIREITOS DO RPFS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)		2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Investimentos e Aplicações			18.150	531
Outros Bens e Direitos				5.080
FUNDO EM REPARAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPFS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)				
RECEITAS CORRENTES (VII)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Reservas Imobiliárias				
Reservas de Valores Mobiliários				
Outros Reservas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Financeira entre os regimes				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) - (VII + VIII)		2022	2023	2024
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPFS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)				
Benefícios				
Aposentadorias				
Pensões por Morte				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Financeira entre os Regimes				



TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)		TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XIII)		TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XIV)		TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV)	
2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>							
Cauze e Equivalentes de Caixa							
Investimentos e Aplicações							
Outros Bens e Direitos							
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO</b>							
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)</b>							
Contribuições dos Servidores							
Demais Receitas Previdenciárias							
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)</b>							
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)</b>							
Aposentadorias							
Pensões							
Outras Despesas Previdenciárias							
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XIX)</b>							
<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX - XVIII)</b>							
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>							
<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>							

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)





**Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

PREFETURA MUNICIPAL DE QUINELANDIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE MEIAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2016

AMF - Demonstrativo (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)			Valores em R\$ milhões			
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
	RENÚNCIA DE RECEITAS					
TOTAL						

FONTE: Coleta em ASPEC sistemas, Setor Contábil, emissão 26/03/2015 às 16:28 hrs



**Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXEZANOBIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	Valores em R\$ Milhares
EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	inexiste previsão aumento
(+) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I-II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expensão de DOCC (V) = (III-IV)	

FONTE: Contab em ASPEC sistemas, Setor Contabil, em 26/03/2025 às 16:38 hrs

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2026

Valores em R\$ Milhares

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	9760	Anulação da Reserva de Contingência e contingenciamento de dotações	9760
Dívidas em Processo de Reconhecimento	610	Anulação de dotações	610
Avais e Garantias Concedidas	13420	Provisão para Empréstimos junto a Banco Federal para investimentos a juros baixos mediante autorização Legislativa	13420
Assunção de Passivos	11590	Reconhecimento de passivos de responsabilidade do erário, anulação da Reserva de Contingência	11590
Assistências Diversas	9760	Reconhecimento do estado de calamidade por Força Maior ou Caso Fortuito, contingenciamento de dotações e redução do custo administrativo	9760
Outros Passivos Contingentes	13420	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	13420
<b>SUBTOTAL</b>	<b>58560</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>58560</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	3050	Redução do custo administrativo e redução das dotações	3050
Restituição de Tributos a Maior	1403	Devolução dos valores depositados superiores ao valor devido e redução de custos	1403
Discrepância de Projeções:	1708	Correção publicando novos montantes de acordo com os novos estudos, redução dos custos e contingenciamento de dotações	1708
Outros Riscos Fiscais	1098	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	1098
<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.259</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.259</b>
<b>TOTAL</b>	<b>65.819</b>	<b>TOTAL</b>	<b>65.819</b>

PONTE: Coleta em ASPEC sistemas, Setor Contábil, emissão 26/03/2025 às 16:38 hrs



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO PGM Nº 037/2025**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei nº 3.339/2025, de 26 de junho de 2025.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 26 de junho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei nº 3.339/2025, de 26 de junho de 2025, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação PGM nº 037/2025. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 26 de junho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*

**ATA DA DECIMA SETIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA VIGESIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE CINCO.** Presidida pelo vereador Sr. IGOR COSTA MARTINS e Secretariada pelo vereador PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS, tendo em vista a ausência do presidente e primeiro secretário, no dia onze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos compareceram NO PLENÁRIO FENELON AUGUSTO CÂMARA, os seguintes vereadores que compõem o Poder Legislativo: ANTONIO ALVES VIEIRA FILHO, ANTONIO FRANÇOIS SALDANHA DA SILVA, ANTONIO SEBASTIÃO DO COUTO, CELIO MATIAS LOBO NETO, , EVANDO COSMO LIMA, FRANCISCA MARIANA NOGUEIRA DE LIMA, FRANCISCO GLEIDSON DE ARAUJO DA SILVA, IGOR COSTA MARTINS, FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA, LUCIANO DA ROCHA FELIPE LUIS CARLOS PAULINO, LUIZA CRISTINA PIMENTA LIMA, PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS, ROBERLAN MESQUITA SALDANHA e TEREZINHA PIMENTEL PARENTE. Ausente os vereadores , EDILBERTO FERREIRA DA SILVA e EDGLEYDSON ARRUDA DA SILVA que justificaram suas ausências. Assim, havendo número legal de 15 presenças, presidente iniciou a sessão, abrindo o PEQUENO EXPEDIENTE solicitando a leitura das correspondências que deram entrada na Secretaria da Casa e da ATA da última Sessão Ordinária de 04.06.25 que foi APROVADA SEM RESSALVAS. Ainda no pequeno expediente presidente disponibilizou tempo para envio de requerimentos de pesar, agradecimentos ou congratulações, sendo que foram propostos os seguintes:

**REGISTROS DE VOTOS PESAR, AGRADECIMENTOS E CONGRATULAÇÕES – VOTOS DE Pesar – DEDE ALMEIDA** aos familiares da ex vereadora, Sra. Zilmar Pereira. **LUCIANO** aos familiares do Sr. Jose Heider Santos, em Jatobá e da Sra. Zilda Eloí, na rodoviária. Votos de Pesar são regimentalmente subscritos por todos e seguem sempre EM NOME DA CASA. **VOTOS DE CONGRATULAÇÕES e AGRADECIMENTOS – DEDE ALMEIDA** aos aniversariantes: Ana Paula Chaves Almeida, Fabio Luis, Mazé Gore, Jardel Coelho, Jussara Machado, Socorro Pinheiro, Clarice Fernandes, Diana Herculano, Conceição Almeida. Ao comerciante Luis Henrique Nobre pela inauguração de mais uma loja. “Seja Nobre” **CELIO NETO** ao jovem empresário Rafael Fernandes, pela inauguração de mais uma revendedora de automóveis Relite. Subscrito por Igor. **Outro** ao Secretario de Esportes e toda equipe organizadora da Corrida de Santo Antonio, pelo sucesso do evento.



**EVANDO** ao aniversariante, seu irmão Joaquim Cosmo. **PEDRO PAULO** ao Dr Kerlon Diogenes/SOP para agradecer pela obra de recuperação realizada na CE266, da localidade de Poço Grande a Banabuiu e o trecho da estrada Poço da Serra a Vila de Uruque. **LUIS CARLOS** aos aniversariantes, Mailson (Alumividros) subscrito por Celio Neto e Igor, , mototaxista Antonio Gleyson Patrício de Lima, (bolos da Neuma) e Vitoria Rodrigues, na Central Tintas. Ao Deputado Bruno Pedrosa em agradecimento pelas iniciativas junto à Assembléia Legislativa: solicitação da retomada da obra do parque de exposições, a construção de aeroporto no nosso município e criação de Anel Viário com objetivo de melhorar a mobilidade urbana devido a implantação do porto seco. **IGOR** ao Governador do Estado pelo anúncio, da data para implantação da pedra fundamental das obras do Porto Seco. Fez agradecimentos às autoridades que contribuíram com a realização da Sessão Solene. Aniversariantes: Tarcísio Filho, seu primo irmão, enfermeiro Alvaro Neto. **ANTONIO FILHO** à aniversariante, Laurranda odontóloga da ADS 14 de Fogareiro. Marina Paiva, diretora da Escola General Wivar, em São Joaquim, Passagem. **FRANÇOIS** ao aniversariante Pita Nogimo. **CRISTINA** agradecimento ao Deputado Federal Jose Nobre Guimarães pela visita comprometida ao Hospital Infantil, onde se comprometeu com envio de recursos através de Emendas Parlamentares para a instituição, inclusive já depositado, que será muito bem revertido em prol dos usuários. Aos aniversariantes: Carol Coutinho, Manoela Pimenta e Chico Almir. **FORAM APRESENTADOS AINDA OS SEGUINTE REQUERIMENTOS VERBAIS:**. **GLEIDSON** envio de ofício para Secretaria de Saúde, solicitando o retorno do funcionamento da ADS/Centro até as 22hs, ponderando que quanto mais espaço emergencial existam, vai desafogar a UPA que encontra-se com lotação máxima, em período de síndromes respiratórias graves. **CELIO NETO** envio de ofício para o Chefe do Executivo/Secretaria de Infraestrutura solicitando a contratação de um zelador para a brinquedoteca na rodoviária, e Jardim Norte I. **CRISTINA** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a recuperação das estradas das localidades de Varzea do Meio, Malhadinha, Castelo e Caraúno. **Outro** para a Secretaria de Cidadania, solicitando maior compromisso com a marcação de data para agendamento de emissão de carteiras de Identidade, uma vez que não compareceram na localidade de São Miguel, previamente agendado. **DEDE ALMEIDA** envio de ofício para a Secretaria de Educação solicitando a realização de estudo técnico, e após conclusão, a reforma da Escola Agrícola, e ainda reparo nos aparelhos de ar condicionado da instituição. **Outro** para o SAAE solicitando intervenção urgente da fossa da Escola



Agrícola. **LUCIANO** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a recuperação das estradas de São Miguel e Manituba e a recuperação da praça da localidade de Várzea de Cima. **MARIANA** envio de ofício para a AMTQ solicitando a instalação de sinalização horizontal e vertical, em dois quebra-molas na Sede do Distrito de Encantado, na CE 166, um, em frente ao posto de saúde e o outro, em frente a escola. **Outro** pra a Secretaria de Infraestrutura solicitando a agilização da terraplanagem das estradas carroçais do Distrito de Encantado. O **terceiro** para a Secretaria de Esporte/Infraestrutura/ Chefe do Executivo solicitando a recuperação total, estrutura física, elétrica e hidráulica do ginásio do Distrito de Encantado. **ROBERLAN** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a recuperação do calçamento das Placas em Uruquê. **EVANDO** envio de ofício para ao Secretário de Pesca e Agricultura do Estado solicitando o peixamento dos açudes do município. **Outro** para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a recuperação das estradas de São Miguel, Santa Isabel e Riacho do Algodão. **PEDRO PAULO** envio de ofício para os Deputados Federal Domingos Neto, Mauro Filho, Deputados Estadual Osmar Baquit, Salmito Filho, Chefe do Executivo, solicitando benefícios para o Distrito de Uruquê, através de recursos de emendas parlamentares, como a recuperação de estradas e instalação de duas Areninhas para o Distrito. No mesmo sentido, para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a limpeza urbana, substituição de luminárias, recuperação dos ginásios. E ainda o problema crônico, do cemitério (limpeza, pintura, iluminação), solicitando também a contratação de um zelador para cemitério e praça- Distrito de Uruquê. **IGOR** envio de ofício para Secretaria de Infraestrutura solicitando a manutenção da ciclovia da Av. Geraldo Bizarria, com sinalização, recuperação buracos, poda de árvores, e ainda, manutenção e limpeza da via paisagística. **Outro** para a Secretaria de Saúde solicitando a manutenção e limpeza do ponto de atendimento médico de Varzea Grande. **FRANÇOIS** envio de ofício para o Superintendente INSS no Estado solicitando o envio de informações acerca do absurdo da marcação de perícias médicas a serem realizadas em Estados vizinhos da Paraíba e Rio Grande do Norte, em detrimento da saúde já prejudicada dos usuários, sem falar das despesas financeiras com deslocamento e alimentação. E ainda, solicita informações sobre o calendário de devolução dos recursos irregularmente descontados das aposentadorias. Presidente colocou todos os requerimentos verbais em votação e foram aprovados por unanimidade. **Durante Considerações, GLEIDSON** sugeriu ao presidente que as sessões solenes sejam divididas em junho, por ocasião dos festejos do padroeiro para entrega de comendas e em agosto, na festa do município, os



títulos de cidadania, para oportunizar melhor aproveitamento do tempo, haja vista o grande número de homenageados. Ressaltou a disponibilidade do Superintendente da SOP/local, que sempre responde às solicitações dos vereadores, com as devidas justificativas., lamentando, em contraponto, a ausência de respostas dos requerimentos enviados aos Secretários. Falou sobre os frutos ora colhidos da sua ida a marcha de vereadores em Brasília, citando os recursos para Hospital Infantil e para a ADEQ e FAAQ, presididas pelas mães atípicas (causa autista). **CELIO NETO** mais uma vez usou seu tempo, para falar sobre a violência doméstica, se solidarizando á jovem Renata, que teve seu vídeo ontem viralizado, pedindo ajuda para compartilhamento, acerca de sua indignação sobre a soltura do agressor, após sentença condenatória. Repudiando a decisão do Judiciário. **LUIS CARLOS** usou a tribuna para pautar assim como o colega que o antecedeu, o caso Renata, externando sua indignação com a concessão de liberdade do condenado. Afirmou que usa esse espaço para dar voz á Renata, reverberar a necessidade de revitimização, veiculando o vídeo postado. **MARIANA** ainda sobre o caso Renata, afirmou seu contentamento em ver homens, seus colegas, encampando a violência contra a mulher. **FRANÇOIS** usou a tribuna para falar sobre a dificuldade de acesso á emissão do Registro de Identificação, com agendamentos em datas muito distantes, em todo Estado. Afirmou que continua acompanhando o desenrolar da devolução dos valores irregularmente descontados das aposentadorias por parte do INSS. Presidente solicitou a leitura dos requerimentos escritos que deram entrada na secretaria da Casa, para discussão e votação.

#### **1-REQUERIMENTO POPULAR (ART.100 - §5º R.I)**

##### **REQUERIMENTO POPULAR Nº036/2025**

AUTOR: RAFAEL SILVA – SÃO MIGUEL

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SÚMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E DO ROÇO DA VEGETAÇÃO EXISTENTE NA PAREDE DO AÇUDE DE SÃO MIGUEL.

##### **REQUERIMENTO POPULAR Nº037/2025**

AUTOR: FRANCISCO LOURENÇO DE OLIVEIRA

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE SAÚDE

SÚMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO PARA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM CANAL DE ATENDIMENTO VIA WHATSAPP PARA O SERVIÇO DE SOS, COM OBJETIVO DE FACILITAR E AMPLIAR A COMUNICAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO E O SERVIÇO DE URGÊNCIA, TENDO EM VISTA QUE, EM DIVERSAS OCASIÕES, AS CHAMADAS TELEFÔNICAS NÃO SÃO ATENDIDAS, O QUE COMPROMETE O ACESSO DA COMUNIDADE AO SERVIÇO EM MOMENTOS CRÍTICOS.

## **2-REQUERIMENTOS PARLAMENTARES**

Até o fechamento da pauta nenhum novo requerimento parlamentar foi encaminhado a secretaria dessa Casa.

Após discussão e votação, os requerimentos foram **APROVADOS POR UNANIMIDADE** dos 14 votantes e os **POPULARES** por força regimental, seguem sempre **EM NOME DA CASA**.

## **TERCEIRA PARTE: ENTRADA DE PROPOSIÇÕES**

### **ORDEM DO DIA - ÍTEM ÚNICO**

#### **PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº007/2025 – SEGUNDA VOTAÇÃO – LDO**

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

SUMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em nova frequência, foram ratificadas 15 presenças.

Após discussão e votação, a matéria foi **APROVADA** pela **UNANIMIDADE** dos 14 votantes, e seguirá para sanção do Executivo



**TRIBUNA LIVRE – ART. 135 DO R.I.**

Inscritos para a Tribuna, usaram o espaço, inicialmente, **A SRA. KÉRCIA CRISTINA DA SILVA FRANCO, COORDENADORA DO CREAS**, para discutir o tema da campanha 12 de junho, "Toda criança que trabalha perde a infância e o futuro", e sobre as ações construídas pela comissão de erradicação do trabalho infantil. Logo após, **O SR. JOSÉ GOMES DO NASCIMENTO FILHO (ZÉ DO POVO)**, para falar sobre a estrada que liga Quixeramobim a cidade de Boa Viagem e agradecer ao presidente Lula pela reforma da escola das localidades de Cupim / Nova Olinda. Nada mais havendo para tratar, presidente encerrou a sessão e, eu, Pedro Paulo Araújo Chagas, lavrei a presente ata que foi redigida e depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada pela Mesa. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Quixeramobim-Ce, em 11 de junho de 2025

1º Secretário

Pedro Paulo Araújo Chagas

Presidente

Igor Costa Martins

**ATA DA DECIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA VIGESIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE CINCO.** Presidida pelo vereador Sr. IGOR COSTA MARTINS e Secretariada pelo vereador PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS, no dia sete do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos compareceram NO PLENÁRIO FENELON AUGUSTO CÂMARA, os seguintes vereadores que compõem o Poder Legislativo: ANTONIO ALVES VIEIRA FILHO, ANTONIO FRANÇOIS SALDANHA DA SILVA, ANTONIO SEBASTIÃO DO COUTO, CELIO MATIAS LOBO NETO, EDGLEYDSON ARRUDA DA SILVA, EDILBERTO FERREIRA DA SILVA, EVANDO COSMO LIMA, FRANCISCA MARIANA NOGUEIRA DE LIMA, FRANCISCO GLEIDSON DE ARAUJO DA SILVA, FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA, IGOR COSTA MARTINS, LUCIANO DA ROCHA FELIPE, LUIS CARLOS PAULINO LUIZA CRISTINA PIMENTA LIMA, PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS, ROBERLAN MESQUITA SALDANHA e TEREZINHA PIMENTEL PARENTE.. Assim, havendo número legal de 17 presenças, presidente iniciou a sessão, abrindo o PEQUENO EXPEDIENTE solicitando a leitura das correspondências que deram entrada na Secretária da Casa e da ATA da última Sessão Ordinária de 30.04.25 que foi APROVADA SEM RESSALVAS. Ainda no pequeno expediente presidente disponibilizou tempo para envio de requerimentos de pesar, agradecimentos ou congratulações, sendo que foram propostos os seguintes: **REGISTROS DE VOTOS PESAR, AGRADECIMENTOS E CONGRATULAÇÕES – VOTOS DE PESAR – CRISTINA** aos familiares da Sra. Maria Neodemia Costa, e aos familiares da Sra. Maria Coelho Bezerra, (Avita) no Carauno. **FRANÇOIS** aos familiares do seu tio e ex presidente dessa Casa, o Sr. João Saldanha. **DEDE ALMEIDA** aos familiares do Sr. Domingos Correia Vieira, em Canhotinho. **EDILBERTO** aos familiares da Sra. Maria Iris Rodrigues de Matos e ainda dos familiares de Adauto de Sousa, na Vila Eloi. **IGOR** aos familiares e colegas vereadores, do Sr. Fernando Antônio Freitas Ferreira, também conhecido como Toinho de Salomão, presidente da Câmara Municipal de Jaguaratama, extensivo a todos os famílias das demais vítimas da tragédia que enlutou a cidade. **LUCIANO** aos familiares do Sr. Manuel Barbosa. Votos de Pesar são regimentalmente subscritos por todos e seguem sempre EM NOME DA CASA. **VOTOS DE CONGRATULAÇÕES e**



**AGRADECIMENTO – IGOR** aos aniversariantes: Mirelle Marreiro, Dr. Luis Eduardo Severo, Felipe Alves (em Varzea Grande), Patrícia Saldanha. **LUCIANO** á aniversariante, Secretaria de Assistência Social, Antonia Salete Rocha Lima. **GLEIDSON** á aniversariante: professora Liduina Simão; e Eliziane Colares, professora da Escola Guilherme Correia Lima. Outro, á Reitoria do IFCE, Dr. José Wally Mendonça Menezes e Diretor geral do campus de Quixadá, Dr. Alexandre Cesar Praxedes Rodrigues, agradecendo o convite para a apresentação de projetos inovadores do campus. **LUIS CARLOS** ao aniversariante Alderi Holanda Dias. **DEDE ALMEIDA** aos aniversariantes: Salviano Izídio de Almeida, Ana Flavia Fernandes; Alva Carneiro; professora Ana Maria Pereira (COHAB), Andreia de Brito Trajano. **CELIO NETO** aos aniversariantes: Arley Patrício, Karla do Carmo, Mariane Fernandes, Papilon, Andreia Kilvia; Rozelia Silva. **EDILBERTO** aos aniversariantes **CRISTINA** aos aniversariantes: colaboradores do Hospital Infantil, Pedro, Risomeire Saldanha, Lucia Leitão e, Dra Patrícia; Maiara, servidora da secretaria de educação, D. Mariinha. **TEREZINHA** á sua neta, aniversariante, Isabel Parente. **FORAM APRESENTADOS AINDA OS SEGUINTE REQUERIMENTOS VERBAIS.** **TEREZINHA** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a limpeza pública bairros Jaime Lopes e São Joaquim; e ainda a instalação de iluminação pública na saída do bairro da Maravilha até o cemitério. **MARIANA** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a revitalização do Ginásio da Maravilha, citando a religação de energia, recuperação da iluminação, pintura, alambrado, redes das traves, lembrando que logo mais em junho, o local estará recebendo o festival de quadrilha junina. **Outro** para a Secretaria de Esportes, solicitando a colocação de placa de identificação do Ginásio da Maravilha, Solon Nogueira, conforme lei aprovada por essa Casa Legislativa. **ANTONIO FILHO** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando o serviço de patrolagem das estradas do Distrito de Passagem. **LUCIANO** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a recuperação das estradas do Distrito de São Miguel e Manituba, além da recuperação iluminação pública da região do vale da Forquilha, Varzea Formosa e Malhadinha; e ainda a recuperação do calçamento do entorno do HRSC. **GLEIDSON** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando: \* a recuperação do trecho “corredor do Recreio” em Belém, que tem areia solta, impossibilitando os motociclistas trafegarem, sobre a possibilidade de colocar piçarra. \* a recuperação trecho da estrada que dá acesso ao açude de Cachoeira do Germano, uma vez que os pipeiros estão com dificuldade de chegar até o reservatório hídrico. \* por fim, solicita



a instalação e recuperação da iluminação pública de Berilandia. **DEDE ALMEIDA** envio de ofício para a Secretaria de Saúde solicitando o conserto do ar condicionado do consultório médico da ADS 11. **IGOR** envio de ofício para a Secretaria de Infraestrutura solicitando a melhoria de alguns trechos das estradas das localidades de Canafistula Velha/Riacho da Cruz, Gangorra, um massapê próximo localidade de Poço Cercado. **Outro** para a Secretaria de Saúde solicitando a recuperação dos ventiladores do posto de saúde Rosalia Mota Almeida, na Pompeia. Presidente colocou todos os requerimentos verbais em votação e foram aprovados por unanimidade. **Durante as Considerações,** **FRANÇOIS** fez um relato da sua agenda no feriado do dia do trabalho, informando que visitou as comunidades de Lacerda e Mearim. **DEDE ALMEIDA** fez uso da palavra para prestigiar a todas as mães. **PEDRO PAULO** falou sobre suas proposituras de títulos de cidadãos aos dois defensores públicos que estão se despedindo do nosso município, justificando as honorarias. **LUIS CARLOS** teceu considerações sobre tema relevante, a educação a nível nacional, ressaltando a indisciplina dentro das salas de aula, ponderando que cabe à família o papel de educar (limites, valores e princípios), que foi transferido para a escola. Falou sobre o “Maio Amarelo, Desacelere, seu bem maior é a vida” campanha de prevenção de sinistros de trânsito. Presidente solicitou a leitura dos requerimentos escritos que deram entrada na secretaria da Casa, para discussão e votação.

## **1-REQUERIMENTO POPULAR (ART.100 - §5º R.I)**

### **REQUERIMENTO POPULAR Nº032/2025**

AUTORES: OS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM-CE

DESTINATARIO: EXECUTIVO MUNICIPAL / SECRETARIA DE SAUDE

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO O REAJUSTE SALARIAL PARA A CATEGORIA DE FISIOTERAPEUTAS, DIANTE DA DEFASAGEM ACUMULADA HÁ MAIS DE 17 ANOS.

## **2-REQUERIMENTOS PARLAMENTARES**

### **REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº079/2025**

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

DESTINATARIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A CAPINAGEM DA RUA ADÉLIA ALBUQUERQUE, ENTRE AS RUAS DEPUTADO EUCLIDES WILCAR E PRESIDENTE CASTELO



BRANCO, NO BAIRRO CEL. JOSÉ AURÉLIO CÂMARA /CAPINAGEM NOS ARREDORES DA CRECHE JOSÉ TEOGENES.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº080/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS QUE DÃO ACESSO ÀS COMUNIDADES DE VACA MORTA, PASSANDO PELAS PROPRIEDADES DOS SENHORES AIRTON CARNEIRO E DR. EMIR, E, AINDA, COMUNIDADES DE FREITAS, TIMBAÚBA E POÇO DA SERRA - COMUNIDADES ESSAS QUE FAZEM PARTE DO DISTRITO DE URUQUÊ.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº081/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: AO SR. EDSON DA SILVA SANTOS

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO SR. **EDSON DA SILVA SANTOS**, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS 19 ANOS DE DEDICAÇÃO ININTERRUPTA ÀS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº082/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: AO SR. FRANCISCO WARLEN PINHEIRO DE SOUSA

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO SR. **FRANCISCO WARLEN PINHEIRO DE SOUSA**, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS 19 ANOS DE DEDICAÇÃO ININTERRUPTA ÀS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº083/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: A SRA. RENATA MARIA DO CARMO FERREIRA

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" A SRA. **RENATA MARIA DO CARMO FERREIRA**, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS 19 ANOS DE DEDICAÇÃO ININTERRUPTA ÀS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº084/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO



DESTINATARIO: AO SR. FERNANDO IVO DE SOUSA RIBEIRO

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "**HONRA AO MÉRITO**" AO SR. **FERNANDO IVO DE SOUSA RIBEIRO**, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS MUITOS ANOS DEDICADOS À COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº085/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: AO SR. FRANCISCO WILLAME DA SILVA FERREIRA

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "**HONRA AO MÉRITO**" AO SR. **FRANCISCO WILLAME DA SILVA FERREIRA**, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS MUITOS ANOS DEDICADOS ÀS ATIVIDADES EDUCATIVAS DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº086/2025**

AUTOR: FRANCISCO GLEIDSON ARAUJO DA SILVA

DESTINATARIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A RECUPERAÇÃO DA ESTRADA QUE LIGA FORQUILHA A CACHOEIRA DO GERMANO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA COMUNIDADE LOCAL E O ACESSO AO AÇUDE QUE AJUDA NO ABASTECIMENTO DE CENTENAS DE FAMÍLIAS EM TODA REGIÃO.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº087/2025**

AUTORA: LUIZA CRISTINA PIMENTA LIMA

DESTINATARIO: AMTQ

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A INSTALAÇÃO DE FAIXAS DE SINALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO NAS PRINCIPAIS RUAS, INCLUINDO TAMBEM OS PONTOS CRITICOS DA CIDADE, COM PRIORIDADE PARA A DEMARCAÇÃO ADEQUADA DAS VAGAS RESERVADAS A CADEIRANTES, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. É FUNDAMENTAL QUE ESSAS VAGAS ESTEJAM CLARAMENTE SINALIZADAS E QUE HAJA FISCALIZAÇÃO EFETIVA PARA COIBIR O USO INDEVIDO POR CONDUTORES NÃO AUTORIZADOS. A MEDIDA VISA GARANTIR O DIREITO DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PROMOVER O RESPEITO À INCLUSÃO NO ESPAÇO URBANO.



Após discussão e votação, os requerimentos foram APROVADOS POR UNANIMIDADE dos 16 votantes subscritos por Pedro Paulo, Celio Neto e Igor, e os POPULARES por força regimental, seguem sempre EM NOME DA CASA.

### **TERCEIRA PARTE: ENTRADA DE PROPOSIÇÕES**

#### **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº022/2025 - (ENTRADA)**

AUTOR: PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BAIRRO ALDA DE OLIVEIRA FERNANDES PINHEIRO, FICA SITUADO NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, NO ESTADO DO CEARÁ, ZONA URBANA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº023/2025 - (ENTRADA)**

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SÚMULA: DENOMINA DE ANTONIO CANDIDO DA SILVA, UMA RUA LOCALIZADA NO BAIRRO SALVIANO CARLOS, MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM-CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº021/2025 - (ENTRADA)**

AUTOR: COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APRECIÇÃO DO PARECER PRÉVIO Nº 912/2025, DO T.C.E., SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM – CE – EXERCÍCIO DE 2020 DE RESPONSABILIDADE DO EX-GESTOR CLEBIO PAVONE FERREIRA DA SILVA, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº022/2025 - (ENTRADA)**

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SÚMULA: CONCEDE A COMENDA PADRE JOSE VAN ESCH, AO ADVOGADO DELANO LEITE CRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº023/2025 - (ENTRADA)**

AUTOR: PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE QUIXERAMOBIM AO DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ O SR. JEFFERSON LEITE DIAS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº024/2025 - (ENTRADA)**

AUTOR: PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS

SÚMULA: CONCEDE O TITULO DE CIDADÃ HONORARIA DE QUIXERAMOBIM A DEFENSORA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ A SRA. YELENA PAES GALINDO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº025/2025 - (ENTRADA)**

AUTOR: JOSE EVANDO COSMO LIMA

SÚMULA: CONCEDE O TITULO DE CIDADÃO HONORARIO, DE QUIXERAMOBIM AO OFICIAL INVESTIGADOR DE POLICIAL CIVIL O SR. WYTALO SÉRGIO SARAIVA COSTA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tendo em vista a determinação regimental de item único na Ordem do Dia, quando da discussão e votação do projeto de lei do Executivo sobre as Diretrizes Orçamentárias, as matérias serão discutidas na sessão ordinária seguinte.

**ORDEM DO DIA - ITEM ÚNICO – ART 179 R.I.**

**PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº007/2025 - LDO – 1ª VOTAÇÃO**

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

SUMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em nova frequência, foram ratificadas 17 presenças,

Após discussão e votação, a matéria foi APROVADA pela UNANIMIDADE dos 16 votantes, e retornará para segunda votação.

**TRIBUNA LIVRE – ART. 135 DO R.I.**

Inscritos para a Tribuna, usaram o espaço: **I SARGENTO CHEFE DA INSTRUÇÃO DO TIRO DE GUERRA 10-020 SR. ELPÍDIO RUFINO DE PAIVA NETO**: PARA A LEITURA DA ORDEM DO DIA ALUSIVA AO DIA DA VITÓRIA, DATA EM QUE SE CELEBRA A RENDIÇÃO INCONDICIONAL DA ALEMANHA NAZISTA AOS ALIADOS, OCORRIDA EM 8 DE MAIO DE 1945, MARCANDO O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA EUROPA. É LEMBRAR ESSA DATA E HOMENAGEAR OS EX-COMBATENTES DE QUIXERAMOBIM, COM DESTAQUE ESPECIAL PARA A EXIBIÇÃO DE UM



VÍDEO DE APROXIMADAMENTE 5 MINUTOS SOBRE UM DOS NOSSOS HERÓIS LOCAIS, QUE COMPLETOU 103 ANOS EM FEVEREIRO DE 2025. E , O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DAS COMUNIDADES SR. VALDEMIR DE SOUSA CHAVES**: PARA FALAR SOBRE A SEMANA DO LÍDER COMUNITÁRIO, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS EM NOSSO MUNICÍPIO E APRESENTANDO A PROGRAMAÇÃO ALUSIVA À DATA. FALARAM AINDA, OS **PRODUTORES DE LEITE** da UNILEITE PARA DEBATER E SOLICITAR COMPROMETIMENTO DOS VEREADORES SOBRE AS DEMANDAS DA CATEGORIA. Nada mais havendo para tratar , presidente encerrou a sessão e, eu, Pedro Paulo Araujo Chagas lavrei a presente ata que foi redigida e depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada pela Mesa. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Quixeramobim-Ce, em 07 de maio de 2025

Secretário

Presidente

## DESPACHO

DETERMINO a inclusão da votação do Projeto da LDO para 07.05.25, para 1ª apreciação e 11.06.25, para 2ª votação.  
Quixeramobim-Ce, 06.05.25

Igor Costa Martins  
Presidente da CMQ



**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER**

**AUTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**

**PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/2025.**

**MÉRITO: LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA EXERCÍCIO para 2026**

**RELATOR: Antonio François Saldanha da Silva**

Instado a analisar o projeto em epígrafe do Poder Executivo que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026, o Relator observou a competência do Gestor Municipal, pesquisando a Lei Orgânica, o Regimento Interno da Câmara, e também a Constituição Federal, no seu artigo 165, § 2º e ainda a Lei Complementar nº 101, de Maio de 2000.

A observação do relator atreve-se ao que se propõe a Lei, por conseguinte, as suas diretrizes e metas, com suas prioridades para o ano de 2025.

- As metas prioridades da Administração Pública Municipal;
- A organização e estrutura dos orçamentos;
- As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos anuais do município suas alterações;
- As disposições sobre as alterações na legislação tributária do município;
- Disposições relativas à pessoal e encargos sociais;
- Anexo de metas fiscais;
- Anexo de riscos fiscais.

Como estabelecido à legislação tudo foi contemplado no Projeto de Lei, sendo que sua leitura e confecção são de fácil compreensão.

Segue a leitura da lei orgânica e do regimento interno;

Lei Orgânica Municipal

Título III

Da Organização Administrativa Municipal

Capítulo V

Da Administração Tributária e Financeira

Dos princípios gerais

Art. 122 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – O Plano Plurianual;
- II – As diretrizes orçamentárias;
- III – Os orçamentos anuais

§ 1º - A elaboração e a execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Plano Plurianual e do Orçamento Anual obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, Constituição do Estado, na legislação aplicável, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

§ 4º - As diretrizes orçamentárias compreenderão as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo despesas de Capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre alterações da legislação tributária e estabelecerá política de fomento.

#### **Regimento Interno**

Título I

Da Câmara Municipal

Capítulo I

Disposições Preliminares

Seção IV

Das Atribuições do Plenário

Art. 37 – O Plenário é o Órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

Art. 38 – São atribuições do Plenário:

I – (...)

II – Votar orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;



Capítulo II

Das Comissões

Seção V

Da Competência Específica de cada Comissão Permanente.

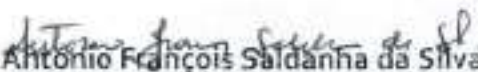
Art. 58 – Compete a Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente, sobre todas as matérias caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

- I – Diretrizes Orçamentárias;
- II – Proposta orçamentária e o plano plurianual.

Esclarece ainda o relator, que após observado o prazo do art. 178 do Regimento Interno, NÃO foram apresentadas Emendas ao Projeto, pelo que será exarado o presente Parecer. Da mesma forma foi devidamente respeitado o rito constante no art. 178 e seguintes do Regimento Interno na tramitação da presente proposição, inclusive no tocante à realização d audiência pública para a discussão do assunto, realizada em 30.04.25.

A exposição ora apresentada serve para o relator, como também, para a nobre Comissão de instrumento real e verdadeiro para expedir **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026

Quixeramobim (CE), 05 de maio de 2025

  
Antonio Francisco Saldanha da Silva

Relator CFO da CMQ

Ofício N.º 0204/2024

Quixeramobim – Ce, 23 de abril de 2025.


**Ilmos. Srs. Secretários de Administração e de Finanças/ Setor de Contabilidade**

**Assunto: Audiência Pública para discussão da LDO/2025**

Com acatamento e respeito de estilo, sirvo-me deste, para comunicar que ficou designado o dia **30/04/24, às 9:00hs**, Audiência Pública, no Plenário do Legislativo, para discussão do Projeto de Lei Executivo n.º 07/25, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração do orçamento para 2026, como exige o parágrafo único, do art. 178 do Regimento Interno.

Solicitamos a presença do Setor de Contabilidade do Executivo para os devidos esclarecimentos e exposição da matéria, e ainda, inserções das emendas apresentadas, como medida de praticidade.

Sem mais para o presente, reiteramos protestos de elevado respeito e consideração, ao passo que, aguardamos confirmação de presença.



Igor Costa Martins  
Presidente CMQ

00  
11 de  
23/04/25



## CERTIDÃO

Certifico que o prazo de 10 (dez) dias determinado pelo art. 178 do Regimento Interno, para apresentação de EMENDAS ao presente Projeto, **expirou sem que tivessem sido apresentada qualquer Emenda.** Permanece pois, o projeto na presente comissão para elaboração de PARECER.

Quixeramobim-Ce, 02 de maio de 2025



Celio Matias Lobo Neto  
PRESIDENTE  
DA COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ofício N.º 0204/2024

Quixeramobim – Ce, 23 de abril de 2025.


Ilmos. Srs. Secretários de Administração e de Finanças/ Setor de Contabilidade

Assunto: Audiência Pública para discussão da LDO/2025

Com acatamento e respeito de estilo, sirvo-me deste, para comunicar que ficou designado o dia 30/04/24, as 9:00hs, Audiência Pública, no Plenário do Legislativo, para discussão do Projeto de Lei Executivo n.º 07/25, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração do orçamento para 2026, como exige o parágrafo único, do art. 178 do Regimento Interno.

Solicitamos a presença do Setor de Contabilidade do Executivo para os devidos esclarecimentos e exposição da matéria, e ainda, inserções das emendas apresentadas, como medida de praticidade.

Sem mais para o presente, reiteramos protestos de elevado respeito e consideração, ao passo que, aguardamos confirmação de presença.



Igor Costa Martins  
Presidente CMQ

SEC DE ADMINISTRAÇÃO

Recebido em: 23/04/2025

Hora: 11:06

Assinatura do Responsável



Ofício N.º 0204/2024

Quixeramobim – Ce, 23 de abril de 2025.


Ilmos. Srs. Secretários de Administração e de Finanças/ Setor de Contabilidade

Assunto: Audiência Pública para discussão da LDO/2025

Com acatamento e respeito de estilo, sirvo-me deste, para comunicar que ficou designado o dia **30/04/24, às 9:00hs**, Audiência Pública, no Plenário do Legislativo, para discussão do Projeto de Lei Executivo n.º 07/25, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração do orçamento para 2026, como exige o parágrafo único, do art. 178 do Regimento Interno.

Solicitamos a presença do Setor de Contabilidade do Executivo para os devidos esclarecimentos e exposição da matéria, e ainda, inserções das emendas apresentadas, como medida de praticidade.

Sem mais para o presente, reiteramos protestos de elevado respeito e consideração, ao passo que, aguardamos confirmação de presença.




Igor Costa Martins  
Presidente CMQ

Recebi.  
22/04/25.

## DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no art. 178 do Regimento Interno, ENCAMINHO para a **Comissão de Finanças e Orçamento**, o Projeto-Lei/Executivo nº 007/2025, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências, devidamente comunicado ao Plenário em 16.04.24 (recebimento/entrada e distribuição de cópias) e deverá seguir o Rito dos art. 178 e seguintes do R.I.

Quixeramobim-Ce, 22 de abril de 2025



---

Igor Costa Martins  
Presidente CMQ



Celio Matias Lobo Neto

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Recebido em 23/04/25



NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA VIGESIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE CINCO.

PEQUENO EXPEDIENTE - ART. 132 DO RI

1. PRELIMINARMENTE - DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA SECRETARIA DA CASA.
2. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA 09-04-2025.
3. REQUERIMENTOS DE VOTOS DE PESAR, AGRADECIMENTO E CONGRATULAÇÕES.
4. OBSERVAÇÕES:
  - COMUNICAMOS O RECEBIMENTO E ENTRADA DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº007/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 - LDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PROPOSIÇÃO SEGUIRÁ O RITO DO ART. 178 DO R.I.
  - COMUNICAMOS A ENTRADA DO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 006/2025, PROPOSTO PELO VEREADOR EDILBERTO FERREIRA DA SILVA, QUE SUGERE AO EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAÇÃO DE UM SETOR/ COORDENADORIA DE PROTEÇÃO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
  - A PROPOSIÇÃO SERÁ ENCAMINHADA AO SR. PREFEITO, NOS TERMOS DO ART. 115 DO REGIMENTO INTERNO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE APRECIACÃO DESTES PLENÁRIO.

GRANDE EXPEDIENTE - ART. 133 DO RI.

PRIMEIRA PARTE:

CONSIDERAÇÕES DOS VEREADORES E REQUERIMENTOS VERBAIS

SEGUNDA PARTE: REQUERIMENTOS.

1-REQUERIMENTO POPULAR (ART.100 - §5º R.I)

REQUERIMENTO POPULAR Nº029/2025

AUTOR: RAFAEL SILVA DE LIMA

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE CIDADANIA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO UMA FORMA DO O ENVIO DO CAMINHÃO DO CIDADÃO PARA VIM FAZER A DOCUMENTAÇÃO DAS PESSOAS QUE PRECISA NO DISTRITO DE SÃO MIGUEL QUIXERAMOBIM OS OPERÁRIO DA FÁBRICA ALUNOS AGRICULTOR COMERCIANTE AS DEMAIS COISA PARA O DISTRITO AS OUTRAS REGIÕES DO LOCAL.

2-REQUERIMENTOS PARLAMENTARES.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº061/2025

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A LIMPEZA DA SEDE DO DISTRITO (VILA), DO CEMITÉRIO E DA IGREJA, AMBOS DO DISTRITO DE LACERDA.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°067/2025

AUTOR: IGOR COSTA MARTINS

DESTINATARIO: FRANCISCO AIRTON BRASIL DE LIMA

SUMULA: QUE SEJA DESTINADO CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO CONTADOR SR. FRANCISCO AIRTON BRASIL DE LIMA, PELO O DIA DO CONTABILISTA.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°068/2025

AUTORA: FRANCISCA MARIANA NOGUEIRA LIMA

DESTINATARIO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

SOMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E PODA DAS ARVORES DA RUA ANTÔNIO OSÓRIO D ALMEIDA, EDMILSON CORREIA DE VASCONCELOS, MUNICIPIO DE QUIXERAMOBIM.

TERCEIRA PARTE: ENTRADA DE PROPOSIÇÕES

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO 007/2025 (ENTRADA) - LDO

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

SOMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N°009/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SOMULA: DENOMINA DE PERPETUA FERREIRA DA SILVA, UMA RUA LOCALIZADA NO BAIRRO SALVIANO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N°011/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SOMULA: DENOMINA DE OSVALDO MARTINS DE ALMEIDA, O GINÁSIO POLIESPORTIVO DA COMUNIDADE DE VÁZEA GRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N°012/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTOR: EDILBERTO FERREIRA DA SILVA

SOMULA: DENOMINA DE ANTONIETA DA SILVA BARROS, UMA RUA LOCALIZADA NO LOTEAMENTO HUMBERTO MARTINS, QUE FICA NO BAIRRO SALVIANO CARLOS DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N°013/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTORA: FRANCISCA MARIANA NOGUEIRA LIMA

SOMULA: DENOMINA DE SIDRÔNIO ARRUDA NETO (MAJOR), O CAMPO DE FUTEBOL DA VILA DE ENCANTADO, MUNICIPIO DE QUIXERAMOBIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO N°019/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTORA: CELIO MATIAS DE LOBO NETO

SOMULA: CONCEDE O TITULO DE CIDADÃO HONORARIO DE QUIXERAMOBIM O DELEGADO WILLAM LOPES, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ORDEM DO DIA - ÍTEM ÚNICO ART 179 DO R.I.

TRIBUNA LIVRE - ART. 135 DO R.I.

**CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**

Rua Cônego Pinto de Mendonça, n.º 60

Centro - CEP 63.800-000

Quixeramobim - Ceará



**ATA DA AUDIENCIA PUBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº007/25, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026** e dá outras providências, realizada no dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, Presidida pelo Vereador IGOR COSTA MARTINS, na presença de todos os vereadores que compõem o Poder Legislativo: ANTONIO ALVES VIEIRA FILHO, ANTONIO FRANÇOIS SALDANHA DA SILVA, ANTONIO SEBASTIÃO DO COUTO, CELIO MATIAS LOBO NETO, EDGLEYDSON ARRUDA DA SILVA, EDILBERTO FERREIRA DA SILVA, EVANDO COSMO LIMA, FRANCISCA MARIANA NOGUEIRA DE LIMA FRANCISCO GLEIDSON DE ARAUJO DA SILVA, FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA IGOR COSTA MARTINS, LUCIANO DA ROCHA FELIPE LUIS CARLOS PAULINO, LUIZA CRISTINA PIMENTA LIMA, PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS, ROBERLAN MESQUITA SALDANHA, e TEREZINHA PIMENTEL PARENTE. ALÉM DA SECRETARIA DE FINANÇAS, DRA, ADNA DE SOUSA PAULINO, REPRESENTANDO O AUTOR DO PROJETO, Sr. DENIS, REPRESENTANDO A CONTABILIDADE DO EXECUTIVO, E SETOR JURÍDICO, Dra VANESSA SILVA SEVERO. Presidente declarou aberta a presente AUDIENCIA PUBLICA onde foram debatidas as Diretrizes Orçamentárias para 2026, o setor de contabilidade do Executivo, autor da proposição, compareceu para dirimir dúvidas dos edis, explicando como funciona o Ciclo Orçamentário PPA/LDO/LOA, com o detalhamento das despesas e receitas. Logo após, foi aberto tempo para questionamentos, iniciando um debate entre os presentes sobre o tema, sendo que nenhuma emenda foi apresentada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a audiência pública. Para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos presentes. Sala das sessões da Câmara Municipal de Quixeramobim em 30 de abril de 2025.

Presidente –

1º Secretário –

Contabilidade –

Secretário de Administração

Secretaria de Finanças

Setor Jurídico CMQ

*Varew*

Vereadores

*Elis Brito Neto*  
*Antonio Gomes Silva*

*João*  
*Mariana Nogueira*

*[Signature]*

*Adriano*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*


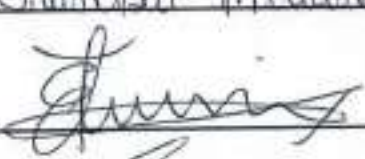

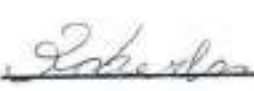

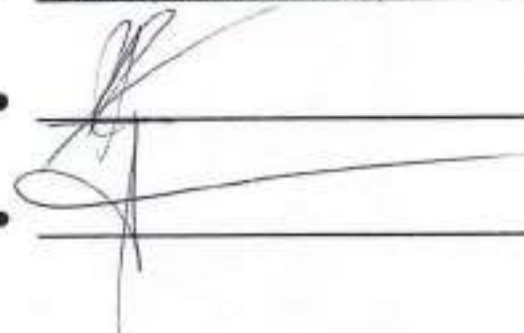
*[Signature]*



FREQUÊNCIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA / LDO 2025, REALIZADA EM  
30/04/2025.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº  
Nº007/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026, LDO, COM A PRESENÇA DO SETOR  
CONTABILIDADE DA PMQ, PARA INSERÇÃO DE EMENDAS.

**NOME :**

- 
- Francisco Mariama Albuquerque de Lima.
- 
- 
- 
- Antonio Alves Lima Filho
- 
- 

FREQUÊNCIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA / LDO 2025, REALIZADA EM  
30/04/2025.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº  
Nº007/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026, LDO, COM A PRESENÇA DO SETOR  
CONTABILIDADE DA PMQ, PARA INSERÇÃO DE EMENDAS.

NOME :

- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 



FREQUÊNCIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA / LDO 2025, REALIZADA EM  
30/04/2025.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº  
Nº007/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026, LDO, COM A PRESENÇA DO SETOR  
CONTABILIDADE DA PMQ, PARA INSERÇÃO DE EMENDAS.

**NOME :**

- John Robson da Silva Pinheiro
- ~~Nata N. Viana~~
- Jackson Matias de Oliveira
- Antonio Silva Macedo
- Mariana Maria Santiago Pereira
- M<sup>tes</sup> Dorivaldo
- Joséfina
- Samuel Carlos Palmeira Vilela
- Ant<sup>da</sup> Jacqueline Lima de Albuquerque

DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE CINCO.

PEQUENO EXPEDIENTE - ART. 132 DO RI

1. PRELIMINARMENTE - DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA SECRETARIA DA CASA.
2. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA 04-06-2025.
3. REQUERIMENTOS DE VOTOS DE PESAR, AGRADECIMENTO E CONGRATULAÇÕES.
4. OBSERVAÇÕES:

GRANDE EXPEDIENTE - ART. 133 DO RI.

PRIMEIRA PARTE:

CONSIDERAÇÕES DOS VEREADORES E REQUERIMENTOS VERBAIS

SEGUNDA PARTE: REQUERIMENTOS.

1-REQUERIMENTO POPULAR (ART.100 - §5º R.I)

REQUERIMENTO POPULAR Nº036/2025

AUTOR: RAFAEL SILVA - SÃO MIGUEL

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SÚMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E DO ROÇO DA VEGETAÇÃO EXISTENTE NA PAREDE DO AÇUDE DE SÃO MIGUEL.

REQUERIMENTO POPULAR Nº037/2025

AUTOR: FRANCISCO LOURENÇO DE OLIVEIRA

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE SAÚDE

SÚMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO PARA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM CANAL DE ATENDIMENTO VIA WHATSAPP PARA O SERVIÇO DE SOS, COM OBJETIVO DE FACILITAR E AMPLIAR A COMUNICAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO E O SERVIÇO DE URGÊNCIA, TENDO EM VISTA QUE, EM DIVERSAS OCASIÕES, AS CHAMADAS TELEFÔNICAS NÃO SÃO ATENDIDAS, O QUE COMPROMETE O ACESSO DA COMUNIDADE AO SERVIÇO EM MOMENTOS CRÍTICOS.

2-REQUERIMENTOS PARLAMENTARES.

ATÉ O FECHAMENTO DA PAUTA NENHUM NOVO REQUERIMENTO PARLAMENTAR FOI ENCAMINHADO A SECRETARIA DESSA CASA.

TERCEIRA PARTE: ENTRADA DE PROPOSIÇÕES

ORDEM DO DIA - ÍTEM ÚNICO ART 179 DO R.I.

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO 007/2025 (2º VOTAÇÃO) - LDO

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TRIBUNA LIVRE - ART. 135 DO R.I.

- A SRA. KÉRCIA CRISTINA DA SILVA FRANCO, COORDENADORA DO CREAS, PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA 12 DE JUNHO, "TODA CRIANÇA QUE TRABALHA PERDE A INFÂNCIA E O FUTURO", E SOBRE AS AÇÕES CONSTRUÍDAS PELA COMISSÃO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.
- O SR. JOSÉ GOMES DO NASCIMENTO FILHO (ZÉ DO POVO), PARA FALAR SOBRE A ESTRADA QUE LIGA QUIXERAMOBIM A CIDADE DE BOA VIAGEM E AGRADECER AO PRESIDENTE LULA PELA REFORMA DA ESCOLA DAS LOCALIDADE DE CUFIM / NOVA OLINDA.



DECIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA VIGESIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE CINCO.

PEQUENO EXPEDIENTE - ART. 132 DO RI

1. PRELIMINARMENTE - DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA SECRETARIA DA CASA.
2. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA 30-04-2025.
3. REQUERIMENTOS DE VOTOS DE PESAR, AGRADECIMENTO E CONGRATULAÇÕES.
4. OBSERVAÇÕES:

GRANDE EXPEDIENTE - ART. 133 DO RI.

PRIMEIRA PARTE:

CONSIDERAÇÕES DOS VEREADORES E REQUERIMENTOS VERBAIS

SEGUNDA PARTE: REQUERIMENTOS.

1-REQUERIMENTO POPULAR (ART.100 - §5º R.I)

REQUERIMENTO POPULAR Nº032/2025

AUTORES: OS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM-CE

DESTINATARIO: EXECUTIVO MUNICIPAL / SECRETARIA DE SAUDE

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO O REAJUSTE SALARIAL PARA A CATEGORIA DE FISIOTERAPEUTAS, DIANTE DA DEFASAGEM ACUMULADA HÁ MAIS DE 17 ANOS.

2-REQUERIMENTOS PARLAMENTARES.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº079/2025

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

DESTINATARIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A CAPINAGEM DA RUA ADÉLIA ALBUQUERQUE, ENTRE AS RUAS DEPUTADO EUCLIDES WILCAR E PRESIDENTE CASTELO BRANCO, NO BAIRRO CEL. JOSÉ AURÉLIO CÂMARA /CAPINAGEM NOS ARREDORES DA CRECHE JOSÉ TEOGENES.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº080/2025

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS QUE DÃO ACESSO ÀS COMUNIDADES DE VACA MORTA, PASSANDO PELAS PROPRIEDADES DOS SENHORES AIRTON CARNEIRO E DR. EMIR, E, AINDA, COMUNIDADES DE FREITAS, TIMBAÚBA E POÇO DA SERRA - COMUNIDADES ESSAS QUE FAZEM PARTE DO DISTRITO DE URUQUE.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº081/2025

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: AO SR. EDSON DA SILVA SANTOS

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO SR. EDSON DA SILVA SANTOS, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS 19 ANOS DE DEDICAÇÃO ININTERRUPTA ÀS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°082/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: AO SR. FRANCISCO WARLEN PINHEIRO DE SOUSA

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO SR. FRANCISCO WARLEN PINHEIRO DE SOUSA, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS 19 ANOS DE DEDICAÇÃO ININTERRUPTA ÀS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°083/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: A SRA. RENATA MARIA DO CARMO FERREIRA

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" A SRA. RENATA MARIA DO CARMO FERREIRA, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS 19 ANOS DE DEDICAÇÃO ININTERRUPTA ÀS ATIVIDADES DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°084/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: AO SR. FERNANDO IVO DE SOUSA RIBEIRO

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO SR. FERNANDO IVO DE SOUSA RIBEIRO, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS MUITOS ANOS DEDICADOS À COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°085/2025**

AUTOR: LUIS CARLOS PAULINO

DESTINATARIO: AO SR. FRANCISCO WILLAME DA SILVA FERREIRA

SUMULA: QUE SEJA CONCEDIDO O CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO SR. FRANCISCO WILLAME DA SILVA FERREIRA, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SEGURANÇA VIÁRIA, BEM COMO PELOS MUITOS ANOS DEDICADOS ÀS ATIVIDADES EDUCATIVAS DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE QUIXERAMOBIM.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°086/2025**

AUTOR: FRANCISCO GLEIDSON ARAUJO DA SILVA

DESTINATARIO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A RECUPERAÇÃO DA ESTRADA QUE LIGA FORQUILHA A CACHOEIRA DO GERMANO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA COMUNIDADE LOCAL E O ACESSO AO AÇUDE QUE AJUDA NO ABASTECIMENTO DE CENTENAS DE FAMÍLIAS EM TODA REGIÃO.

**REQUERIMENTO PARLAMENTAR N°087/2025**

AUTORA: LUIZA CRISTINA PIMENTA LIMA

DESTINATARIO: AMTQ

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A INSTALAÇÃO DE FAIXAS DE SINALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO NAS PRINCIPAIS RUAS, INCLUINDO TAMBÉM OS PONTOS CRÍTICOS DA CIDADE, COM PRIORIDADE PARA A DEMARCAÇÃO ADEQUADA DAS VAGAS RESERVADAS A CADEIRANTES, CONFORME A LEGISLAÇÃO



VIGENTE. É FUNDAMENTAL QUE ESSAS VAGAS ESTEJAM CLARAMENTE SINALIZADAS E QUE HAJA FISCALIZAÇÃO EFETIVA PARA COIBIR O USO INDEVIDO POR CONDUTORES NÃO AUTORIZADOS. A MEDIDA VISA GARANTIR O DIREITO DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PROMOVER O RESPEITO À INCLUSÃO NO ESPAÇO URBANO.

TERCEIRA PARTE: ENTRADA DE PROPOSIÇÕES

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº022/2025 - (ENTRADA)

AUTOR: PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BAIRRO ALDA DE OLIVEIRA FERNANDES PINHEIRO, FICA SITUADO NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, NO ESTADO DO CEARÁ, ZONA URBANA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº023/2025 - (ENTRADA)

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SÚMULA: DENOMINA DE ANTONIO CANDIDO DA SILVA, UMA RUA LOCALIZADA NO BAIRRO SALVIANO CARLOS, MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM-CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº022/2025 - (ENTRADA)

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SÚMULA: CONCEDE A COMENDA PADRE JOSE VAN ESCH, AO ADVOGADO DELANO LEITE CRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº023/2025 - (ENTRADA)

AUTOR: PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE QUIXERAMOBIM AO DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ O SR. JEFFERSON LEITE DIAS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº024/2025 - (ENTRADA)

AUTOR: PEDRO PAULO ARAUJO CHAGAS

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DE QUIXERAMOBIM A DEFENSORA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ A SRA. YELENA PAES GALINDO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº025/2025 - (ENTRADA)

AUTOR: JOSE EVANDO COSMO LIMA

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO, DE QUIXERAMOBIM AO OFICIAL INVESTIGADOR DE POLICIAL CIVIL O SR. WYTALE SÉRGIO SARAIVA COSTA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ORDEM DO DIA - ÍTEM ÚNICO ART 179 DO R.I.

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO 007/2025 (1º VOTAÇÃO) - LDO

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TRIBUNA LIVRE - ART. 135 DO R.I.

- **I SARGENTO CHEFE DA INSTRUÇÃO DO TIRO DE GUERRA 10-020 SR. ELPÍDIO RUFINO DE PAIVA NETO:** PARA A LEITURA DA ORDEM DO DIA ALUSIVA AO DIA DA VITÓRIA, DATA EM QUE SE CELEBRA A RENDIÇÃO INCONDICIONAL DA ALEMANHA NAZISTA AOS ALIADOS, OCORRIDA EM 8 DE MAIO DE 1945, MARCANDO O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA EUROPA. É LEMBRAR ESSA DATA E HOMENAGEAR OS EX-COMBATENTES DE QUIXERAMOBIM, COM DESTAQUE ESPECIAL PARA A EXIBIÇÃO DE UM VÍDEO DE APROXIMADAMENTE 5 MINUTOS SOBRE UM DOS NOSSOS HERÓIS LOCAIS, QUE COMPLETOU 103 ANOS EM FEVEREIRO DE 2023.
- **O SECRETÁRIO MUNICIPAL DAS COMUNIDADES SR. VALDEMIR DE SOUSA CHAVES:** PARA FALAR SOBRE A SEMANA DO LÍDER COMUNITÁRIO, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS EM NOSSO MUNICÍPIO E APRESENTANDO A PROGRAMAÇÃO ALUSIVA À DATA.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº067/2025

AUTOR: IGOR COSTA MARTINS

DESTINATARIO: FRANCISCO AIRTON BRASIL DE LIMA

SUMULA: QUE SEJA DESTINADO CERTIFICADO DE "HONRA AO MÉRITO" AO CONTADOR SR. FRANCISCO AIRTON BRASIL DE LIMA, PELO O DIA DO CONTABILISTA.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº068/2025

AUTORA: FRANCISCA MARIANA NOGUEIRA LIMA

DESTINATARIO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFICIO SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E PODA DAS ARVORES DA RUA ANTÔNIO OSÓRIO D ALMEIDA, EDMILSON CORREIA DE VASCONCELOS, MUNICIPIO DE QUIXERAMOBIM.

TERCEIRA PARTE: ENTRADA DE PROPOSIÇÕES

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO 007/2025 (ENTRADA) - LDO

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

SUMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº021/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SÚMULA: DENOMINA DE PERPETUA FERREIRA DA SILVA, UMA RUA LOCALIZADA NO BAIRRO SALVIANO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº011/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

SÚMULA: DENOMINA DE OSVALDO MARTINS DE ALMEIDA, O GINÁSIO POLIESPORTIVO DA COMUNIDADE DE VÁRZEA GRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº012/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTOR: EDILBERTO FERREIRA DA SILVA

SÚMULA: DENOMINA DE ANTONIETA DA SILVA BARROS, UMA RUA LOCALIZADA NO LOTEAMENTO HUMBERTO MARTINS, QUE FICA NO BAIRRO SALVIANO CARLOS DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº013/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTORA: LUIZA CRISTINA PIMENTA LIMA

SÚMULA: DENOMINA DE SIDRÔNIO ARRUDA NETO (MAJOR), O CAMPO DE FUTEBOL DA VILA DE ENCANTADO, MUNICIPIO DE QUIXERAMOBIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE DECRETO DO LEGISLATIVO Nº019/2025 - (REGIME DE URGENCIA SIMPLES)

AUTORA: CELIO MATIAS DE LOBO NETO

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE QUIXERAMOBIM O DELEGADO WILLAM LOPES, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ORDEM DO DIA - ÍTEM ÚNICO ART 179 DO R.I.

TRIBUNA LIVRE - ART. 135 DO R.I.

**CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**

Rua Cônego Pinto de Mendonça, n.º 60

Centro - CEP 63.800-000

Quixeramobim - Ceará



NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA VIGESIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE CINCO.

PEQUENO EXPEDIENTE - ART. 132 DO RI

1. PRELIMINARMENTE - DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA SECRETARIA DA CASA.
2. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA 09-04-2025.
3. REQUERIMENTOS DE VOTOS DE PESAR, AGRADECIMENTO E CONGRATULAÇÕES.
4. OBSERVAÇÕES:
  - COMUNICAMOS O RECEBIMENTO E ENTRADA DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº007/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 - LDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PROPOSIÇÃO SEGUIRÁ O RITO DO ART. 178 DO R.I.
  - COMUNICAMOS A ENTRADA DO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 006/2025, PROPOSTO PELO VEREADOR EDILBERTO FERREIRA DA SILVA, QUE SUGERE AO EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAÇÃO DE UM SETOR/ COORDENADORIA DE PROTEÇÃO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
  - A PROPOSIÇÃO SERÁ ENCAMINHADA AO SR. PREFEITO, NOS TERMOS DO ART. 115 DO REGIMENTO INTERNO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE APRECIACÃO DESTES PLENÁRIOS.

GRANDE EXPEDIENTE - ART. 133 DO RI.

PRIMEIRA PARTE:

CONSIDERAÇÕES DOS VEREADORES E REQUERIMENTOS VERBAIS

SEGUNDA PARTE: REQUERIMENTOS.

1-REQUERIMENTO POPULAR (ART.100 - §5º R.I)

REQUERIMENTO POPULAR Nº029/2025

AUTOR: RAFAEL SILVA DE LIMA

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE CIDADANIA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO UMA FORMA DO O ENVIO DO CAMINHÃO DO CIDADÃO PARA VIM FAZER A DOCUMENTAÇÃO DAS PESSOAS QUE PRECISA NO DISTRITO DE SÃO MIGUEL QUIXERAMOBIM OS OPERÁRIO DA FÁBRICA ALUNOS AGRICULTOR COMERCIANTE AS DEMAIS COISA PARA O DISTRITO AS OUTRAS REGIÕES DO LOCAL.

2-REQUERIMENTOS PARLAMENTARES.

REQUERIMENTO PARLAMENTAR Nº061/2025

AUTOR: FRANCISCO JOSE BERNARDO DE ALMEIDA

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

SUMULA: QUE SEJA ENVIADO OFÍCIO SOLICITANDO A LIMPEZA DA SEDE DO DISTRITO (VILA), DO CEMITÉRIO E DA IGREJA, AMBOS DO DISTRITO DE LACERDA.



Mensagem Nº. 009/2025

08 de abril de 2025.

**Excelentíssimo Senhor Presidente;  
Senhores Vereadores,**

Dirigimo-nos a Vossa Excelência e a seus digníssimos Pares, para encaminhar à consideração deste Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei para apreciação referente à **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026**, em cumprimento as determinações legais, de forma que, procuramos estabelecer todas as formalidades legais aplicáveis, que serão obedecidas e aplicadas quando na elaboração da **PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA** para o Exercício em tela, em restrita observância das normas constitucionais, ademais, todas as exigências da Lei Federal 4.320/64 e da Lei Complementar 101/2000(LRF).

Isto posto, almejamos o apoio necessário de Vossa Exa. e insignes Pares, certo de que esse Projeto de Lei por sua relevância, oportunidade e legalidade, há de merecer o acolhimento de Vossa Excelência e dos demais nobres Senhores Vereadores, mercê do seu elevado espírito público, subscrevo-me, renovando a certeza de meu respeito e admiração.

Atenciosamente,

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
**Prefeito Municipal**

Ao  
Exmo. Sr.  
DD. Presidente da Câmara Municipal.  
Nesta







**PROJETO DE LEI Nº 007/2025 DE 08 DE ABRIL DE 2025**

**EMENTA: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências."**

O Prefeito Municipal de Quixeramobim, Estado do Ceará, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município para 2026:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. a organização e estrutura dos orçamentos;
- III. as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações
- IV. as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII. as disposições finais.

**§ 1º** - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

- I. Anexo I, Especificação da Receita;
- II. adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III. adendo IV, Especificação da Despesa;



- IV. anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. quadros demonstrativos dos Adendos V, VI, VII, VIII e XI.

**Art. 2º** - O Plano Plurianual para o período de 2022 A 2026, estabeleceu as prioridades e as metas para o exercício de 2026, sendo esta Lei regra estabelecida para elaboração da Lei Orçamentária 2026, podendo o orçamento incorporar as adequações necessárias.

**§ 1º** - Os ANEXOS de METAS FISCAIS e RISCOS FISCAIS, partes integrantes desta lei terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2026, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas, deverão ser preenchidos de acordo com as metas estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional:

- a) Anexos de Riscos Fiscais – ARF - Tabela 1 - Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;
- b) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 1 - Demonstrativo 1 – metas anuais;
- c) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 2 - Demonstrativo 2 – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- d) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 3 - Demonstrativo 3 – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- e) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 4 - Demonstrativo 4 – evolução do patrimônio líquido;
- f) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 5 - Demonstrativo 5 – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- g) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 6 - Demonstrativo 6 – avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- h) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 7 - Demonstrativo 7 – estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 8 - Demonstrativo 8 – margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

**§ 2º** - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outra ocorrência no SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado para adequá-la os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

**§ 3º** - Os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos poderão ser revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção





continuada de 04 (quatro) anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 3º** - As receitas próprias e de órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista desta Lei, somente poderão ser programadas para atender integralmente suas necessidades relativas a despesas administrativas e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, inclusive investimentos como aquisição de bens, obras e serviços de engenharia.

**Art. 4º** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido ao disposto na Lei Federal n.º 4.320/64 e o § 5º do art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. texto de lei;
- II. consolidação dos quadros orçamentários;
- III. anexos dos orçamentos, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

**§ 1º** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- II. do resumo das despesas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III. da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- IV. das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- V. das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;





- VI. das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, subprograma e grupo de despesa;
- VII. dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

**§ 2º** - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares o efeito, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;

**§ 3º** - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada.

**Art. 5º** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Órgãos e Fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 6º** - Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Legislativo, os Órgãos descentralizados e as Secretarias de Governo, as administrações dos Fundos Especiais, demais administrações dos órgãos públicos municipais encaminharão até o dia 28 de agosto de 2025, à Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária, suas respectivas propostas orçamentária, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

**Art. 7º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação.

**§ 1º** - As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo poderão ser identificadas por Projeto e Atividades, com indicação das Contas Orçamentárias de acordo com a ação a ser executada.

**§ 2º** - Os subprojetos e subatividades, se for o caso, serão agrupados em projetos e atividade, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.



**§ 3º** - No projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser atribuído a cada subprojeto e subatividade, para fins de processamento, um código numérico sequencial.

**§ 4º** - O enquadramento dos subprojetos e subatividades na classificação funcional-programática deverão observar genericamente os objetivos principais dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

**§ 5º** - As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos sequenciais da proposta original.

**§ 6º** - As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, sendo utilizados na mesma destinação sem a necessidade de crédito adicional, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

**Art. 8º** - A Conta Orçamentária destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (00.00.00.000.0000.0.000.0000) conforme abaixo:

- I. 00 = Código inicial que identifica o órgão
- II. 00 = Código que identifica da Unidade Orçamentária;
- III. 00 = Código que identifica a função;
- IV. 000 = Código que identifica a Subfunção;
- V. 0000 = Código que identifica o Programa segundo o PPA;
- VI. 0 = Tipo de Conta Orçamentária Projetos ou Atividades, sendo números ímpares projetos e números pares Atividades;
- VII. 000 = Código que identifica a sequência dos projetos ou atividades.
- VIII. 0000 = Código que identifica a sequência dos subprojetos ou subatividades, caso exista necessidade na conta orçamentária.

**Art. 9º** - Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem, podendo ser colocado na mensagem de Lei.





**§ 2º** - Cada Projeto de Lei e Decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituam os arts. 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 10** - Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-ão nas previsões de receitas:

a) - Nas previsões de receitas:

- I - Observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.
- II - Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- III - Poderá ser aberta Operação de Crédito mediante autorização por Lei Específica e o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- IV - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.

b) - Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas, sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II. incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;
- III. atenderá ao Princípio da Unidade de Tesouraria, todas as receitas orçamentárias estarão centralizadas.

**Parágrafo Único** - O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite total do orçamento fixado.

**Art. 11** - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

✓





**Art. 12** - As dotações a título de subvenções sociais deverão ser destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. Seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, Cultura e Desportos;
- II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV. ter sede ou desenvolvam suas atividades no Município;
- V. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

**§ 1º** - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2026 e comprovante de regularização do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** - A destinação de recursos à entidade privada com sede no município para atendimento às ações de assistência social, saúde, educação, cultura e desportos serão realizadas por intermédio de transferências intergovernamentais, mediante plano de aplicação indicada a unidade de medida de desempenho e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer até o último dia útil do Exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos:

- a. relatório consubstanciados das atividades;
- b. recolhimento do saldo monetário que houver;
- c. comprovação de desempenho.

**§ 3º** - A destinação de recursos transferidos diretamente pelo Sistema Único de Saúde, para entidades que estejam vinculadas a União, deverá ser feito mediante receita e despesa orçamentária demonstrando a origem de recurso, ao qual, o Município atua apenas como transferidor e na fiscalização do recurso transferido.

**Art. 13** - É vedada a inclusão de dotação, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino



- fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional da Comunidade (CNEC).
- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais; e,
  - III. Voltadas para as ações de saúde prestadas por entidade vinculada ao SUS ou quando financiadas com recursos de organismos internacionais.
  - IV. Para Associações de classe mediante repasse com prestações de contas que seus recursos foram destinados aos Associados.
  - V. Mediante aplicação de recursos por entidades sociais locais para execução de pequenas obras e investimentos necessários a comunidade, mediante apresentação de prestação de contas e prévio projeto de aplicação dos recursos.

**Art. 14** - As transferências de recursos do município consignadas na Lei Orçamentária Anual, para as instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, patrocínio a eventos, a pessoas físicas e jurídicas serão realizadas exclusivamente mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributárias, as operações de créditos para atendê-la a estado de calamidade pública legalmente conhecido por ato do Poder Executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, desde que não esteja inadimplente com:

- I. o fisco da União, inclusive com as contribuições de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição;
- II. as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços; e,
- III. a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajuste, subvenções, auxílios e similares;
- IV. fisco do Município.

**§ 1º** - Caberá ao órgão transferidor do município:

- I. a exigência de indicação compromissada de um preposto coordenador do programa; e,
  - II. acompanhar a execução das subatividades ou subprojetos desenvolvidos com os recursos transferidos.
- ✓





**§ 2º** - As transferências previstas neste artigo serão feitas mediante apresentação de plano de trabalho, devendo o empenho ocorrer até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere, e os demais registros próprios nas datas da ocorrência dos fatos correspondentes.

**§ 3º** - Na concessão de crédito ou patrocínio a pessoa física ou jurídica, associação ou entidade, destinado a atividades desportivas e culturais, apoio a liga desportiva, associação desportiva para implementação de Competições Esportivas Regionais ou apoio a atividades culturais no âmbito da Sociedade local.

**§ 4º** - Nos recursos transferidos pelo Governo como incentivo a Classes de Trabalhadores, abono, produção ou qualquer outro benefício, poderá ser pago mediante apresentação de convênio com Associação de Classe em conformidade com as exigências contidas nos incisos I, III e IV do *caput*.

**Art. 15** - Serão constituídas, nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, RESERVA DE CONTINGÊNCIA aos respectivos orçamentos até o limite máximo de 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, ficando os critérios e regras para sua utilização exigida no inciso III do art. 5º da LRF, estabelecidos da seguinte forma:

**§ 1º** - Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos na Lei Orçamentária 2026, somente para

Suplementação de Despesas relativas eventos fiscais imprevistos e falhas na previsão orçamentária, relacionados a:

- I - Investimentos;
- II - Pessoal e Encargos Sociais;
- III - Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;
- IV - Inserção de Despesas novas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;

**§ 2º** - Atendimento de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais imprevistos;

**§ 3º** - Considerando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, caso não seja utilizada a Reserva de Contingência durante o exercício, está poderá ser anulada nos últimos 61 (sessenta e um) dias no ano para reforço das dotações orçamentárias.



**Art. 16** - O Município apresentará no exercício de 2026, resultado primário equivalente a pelo menos de acordo com as metas estimada para o Exercício, previstos nos quadros anexos.

**Art. 17** - À programação a cargo da Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I. pagamento da dívida interna; e,
- II. pagamentos dos precatórios sob o controle da Procuradoria Municipal de acordo com as Funções de Governo;

**§ 1º** - As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

**§ 2º** - Os programas de Educação e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e efetuadas as transposições de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção dos efeitos da descentralização.

**§ 3º** - O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para os cumprimentos de suas obrigações constitucionais e, os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.

**§ 4º** - A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação e saúde obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

**Art. 18** - O sistema de Controle Interno junto ao Setor Tributário gravará na conta DIVERSOS RESPONSÁVEIS e ao final do exercício financeiro como Dívida Ativa Não Tributária, em nome do respectivo responsável, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e os arts. 80 e seus §§ e os arts. 81, 83, 84 e do 87 a 90 e 93 do Decreto-Lei n.º 200/67, de 25/02/67, emitida pelas Cortes de Contas.





**Parágrafo Único** - A baixa na responsabilidade do registro da conta Diversos Responsáveis ou sua inclusão na Dívida Ativa obedecerá ao resultado do julgamento das contas no exercício de 2026 e do pagamento da multa imposta.

**Art. 19** - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 200, 206 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e conterá, dentre outros.

**§ 1º** - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

**§ 2º** - As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I. - Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;
- II. Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;
- III. Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde

**Art. 20** - O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

**Art. 21** - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

**Art. 22** - Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais

*α*



de qualquer natureza, bem como encargos sociais contribuições recolhidas às entidades de previdência.

**§ 1º** - Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**§ 2º** - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**§ 3º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I - De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II - Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV - Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- V - Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeadas por recursos provenientes:

- a) a arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

**Art. 23** - Para fins do disposto no *caput* do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida estabelecida as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**Parágrafo Único** - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais de que trata o parágrafo anterior.

**Art. 24** - O aumento, reajuste Salarial e a concessão de vantagens dos Servidores e Cargos Públicos, de acordo com o piso salarial e Legislação de cada profissão, por cargos ou de forma geral, será autorizado de acordo





com as disponibilidades orçamentárias e financeiras por Lei Municipal Específica, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- I – As exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;
- II – o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

**Parágrafo Único** – Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 21.

**Art. 25** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei será realizada ao final de cada Quadrimestre ou Semestre de acordo com as regras estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo Único** – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

- I – Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II – Criação de cargo, emprego ou função;
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 26** - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

**Parágrafo Único** - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.



**Art. 27** A Contratação através de Concurso Público poderá ocorrer conforme previsão no § 1º, do art. 169, da Constituição Federal, efeito do disposto nos incisos I, II, e X, do art. 37 e inciso II, bem como na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido que a contratação de cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão somente ocorrerá se:

- I - Existirem cargos ou empregos vagos a preencher;
- II - Prévia dotação orçamentária e financeira para atender a despesa, podendo ser suplementada até ao limite de suplementação de acordo com as normas estabelecidas pelo Art. 165 § 8º da Constituição Federal e Art. 43 da lei 4.320/64;
- III - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

**Art. 28** - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

- I - Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar n.

101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

- II - Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na diminuição de Despesas Públicas.

**§ 1º** - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral ou específico, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§ 2º** - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.





**§ 3º** - O disposto neste artigo não se aplica as alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

**Art. 29** - A Prescrição de crédito de Dívida Ativa poderá ocorrer desde que os respectivos custos de cobrança, considerando o valor do Processo para Administração Pública em geral, exceder o valor da dívida, mediante apresentação de estimativa de custos no âmbito judicial, administrativo ou quando lei dispuser deste montante.

**Art. 30** - Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente ou na diminuição de despesas públicas.

**Parágrafo Único** - A lei mencionada no *caput* deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

**Art. 31** - É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I. conceder anistia ou redução de imposto ou taxas;
- II. deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;
- III. aumentar o número de parcelas;
- IV. proceder ao encontro de contas;
- V. efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único** - os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e cobrados, observado o seguinte:

- I. o valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II. os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados à custa do erário municipal.

**Art. 32** - Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- I - A disponibilidade da conta Bancos constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- II - A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar O resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;



III - As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;

IV - As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto à terceiro, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

**Art. 33** - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho do corrente exercício (2025), apresentando-se a receita nos três últimos exercícios financeiros.

**§ 1º** - Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias, como também, sofre anulações parciais e/ou totais;

**§ 2º** - Sobre os valores da receita e da despesa apresentados no projeto de lei, poderão, facultativamente, ser atualizados na Lei Orçamentária para preços de janeiro de 2026, utilizando a variação de Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M/FGV ou outro estabelecido para correção dos limites das licitações, no período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 2025, incluídos os meses extremos do mesmo, quando verificado o percentual inflacionário acima de 10% (dez por cento).

**§ 3º** - Os valores resultantes da atualização monetária na forma do disposto no parágrafo anterior, desde que convenientes ao interesse da administração poderão, a partir de 31 de janeiro do Exercício a que se refere a presente Lei, serem incorporados às rubricas orçamentárias a qualquer dia do exercício durante a execução orçamentária, procedendo-se as devidas alterações nos valores das rubricas da Receita de forma a manter o equilíbrio orçamentário.

**§ 4º** - Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica provenientes de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC Nº. 101/2000, para a obtenção da receita geral líquida.





**Art. 34** - O Poder Legislativo terá como limites de suas despesas correntes e de capital em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva Proposta Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 29-A da CF/88, no máximo do valor de 7% (sete por cento), em observância a projeção da Receita prevista no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao Exercício de 2025, com base nos valores efetivamente arrecadados até o mês de junho de 2025, facultado em comum acordo dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, promover revisão dos ajustes necessários em Fevereiro de 2026, conforme o resultado apurado de Dezembro/2025, mediante Crédito Suplementar.

**§ 1º** - A transferência de recursos referentes aos Duodécimos à Câmara Municipal, obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária.

**§ 2º** - Durante a execução orçamentária no exercício de 2026, caso haja a quitação de despesas específicas do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, as mesmas poderão ser deduzidas da parcela duodecimal a ser repassada no mês que ocorrer referido pagamento.

**Art. 35** - A partir do 10º dia do início do exercício de 2026, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2026, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC N.º 101/2000.

**Art. 36** - Fica autorizado o Município celebrar convênios com instituições bancárias visando a abertura de linhas de créditos para empréstimo financeiro e/ou para bens e serviços em favor dos Servidores e Empregados Municipais, vedado disposição de garantias de recursos municipais para cobertura do principal, de encargos financeiros e operacionais, inclusive, pertinente a inadimplências, devendo correr por inteira responsabilidade dos beneficiários, restringindo o Município como participe respondendo apenas pelas retenções das consignações em folha de pagamento para recolhimento a instituição financiadora.

**Art. 37** - A prestação de contas anual do Município constará nos moldes da Lei Federal 4.320/64, constará dos anexos exigidos sobre a execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

**Art. 38** - Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.



**Art. 39** - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução

de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 40** - Caso a Proposta Orçamentária não seja remetida pelo Poder Legislativo até 30 de dezembro de 2025 para sanção do Poder Executivo, ficam autorizados os atos administrativos, por Decreto do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito de suas dotações, no início de exercício financeiro de 2026, utilizando-se, a cada mês, 1/12 (UM DOZE AVOS) do valor Total da Proposta do Projeto de Lei em tramitação no Poder Legislativo.

**§ 1º** - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo, não sendo considerado como Crédito Adicional Especial, Extraordinário e/ou Suplementar para fins dos limites estabelecidos nas autorizações.

**§ 2º** - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por Decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

**§ 3º** - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser abertos de acordo com a necessidade, as dotações para atendimento de despesas com:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. pagamento de serviços de dívida;
- III. água, energia elétrica e telefone;
- IV. combustíveis e peças;
- V. os subprojetos e subatividades em execução em 2026, financiados com recursos externos e contrapartida;
- VI. o Sistema Municipal de Educação;
- VII. pagamento das despesas correntes relativas a operacionalização do Sistema Único de Saúde; e,
- VIII. manutenção de serviços anteriormente criados e em pleno funcionamento.

**§ 4º** - Aplica-se o previsto no Art. 48 considerando como limite as cotas mensais abertas até o mês corrente, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária que tramita no Poder Legislativo.

✓





**Art. 41** – Ficam autorizadas as despesas à serem incluídas no Orçamento para o exercício de 2026, Créditos Orçamentários visando custear despesas com:

I – Apoio financeiro a Policiamento, Poder Judiciário e o Poder Militar Brasileiro, e/ou custeio de alimentação, hospedagem, manutenção de viaturas, necessários e emergentes ao regular funcional da segurança no Município;

II – Doações a pessoas carentes pelo serviço de Assistência Social, para o auxílio a estudantes, para o auxílio ao desporto comunitário e de rendimento;

III – Refeições e lanches para autoridades e Servidores, do Município ou de quaisquer órgãos ou entidades, estando desenvolvendo atividades de interesse do Município, sem que para isso tenham sido remunerados com diárias pela origem;

IV – Pagamento de Precatórios e encargos financeiros referentes a juros de mora e multas sobre obrigações municipais por força de mando legal;

V – Suprimento de Fundos.

VI – Convênios com outras Esferas de Governo (Federal/Estadual), para garantir a efetividade dos direitos, e dar Garantia a Prestação de Serviços à População do Município, de obrigações dos demais entes, com contrapartida Municipal, somente quando, for a favor da População do Município.

VII – Consórcios Públicos Intermunicipais, desde que, tenham sido previamente autorizados em Lei Específica pelo Poder Legislativo Municipal.

**§ 1º** - As refeições e lanches, quando necessárias, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, e com membros da Edilidade municipal, Secretários e Servidores Públicos Municipais, Membros de Conselhos Municipais, bem como, por ocasião de horários extraordinários dos servidores para execução de serviços.

**§ 2º** - As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com o controle e acompanhamento do Órgão de Assistência Social.

**Art. 42** – A fixação das despesas deve estar compatível com a real previsão das receitas, de tal forma que a execução orçamentária seja efetuada com permanente equilíbrio entre receitas e despesas.



**Art. 43** – Em caso de desequilíbrio entre receitas e despesas, no curso da execução orçamentária, os critérios de limitação de empenho, em ordem de prioridade a serem limitadas, são:

**a) – Primeiras despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a remuneração de serviços pessoais;

**b) – Segundas despesas limitadas**, Despesas referentes a obras e instalações;

**c) – Terceiras despesas limitadas**, Despesas referentes a aquisição de material permanente;

**d) – Quartas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com outros serviços e encargos, como combustíveis, peças, insumos e outros bens necessários ao funcionamento do Município;

**e) – Quintas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com Pessoal e material de consumo;

**Art. 44** – Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atender ao teto do cronograma de desembolso bimestral, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento da cada Poder.

**§ 1º** - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 45** – Os programas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos já prestados à população terão prioridades sobre as despesas com sua expansão e com novos investimentos.

**Art. 46** – Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os Limites fixados para cada modalidade de aplicação dentro do mesmo órgão.

**Parágrafo Único** – Fica autorizado o remanejamento, a transferência dos saldos dentro do mesmo órgão das Fontes de Recurso, dentro da mesma modalidade de aplicação da classificação por categoria econômica.

**Art. 47** – Fica prevista a possibilidade de alienação de bens municipais, em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei 8.666/93 e a Lei Complementar 101/2000;





**Art. 48** – Ficará o Chefe do Poder Legislativo e Executivo, no âmbito de suas respectivas dotações orçamentárias, autorizados a efetuar Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento 2026 nos seguintes Limites:

**§ 1º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Superávit Financeiro previsto no Art. 43 §1º inciso I da Lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao superávit financeiro calculado entre a diminuição do ativo financeiro e o passivo financeiro apurado com base no Balanço Geral do exercício anterior.

**§ 2º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Excesso de Arrecadação previsto no Art. 43 §1º inciso II da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos à diferença apurada entre o total a ser arrecadado até o mês, considerando a proporção arrecadada proporcionalmente ao total do orçamento ou a proporção arrecadada no exercício anterior em confronto com o valor efetivamente arrecadado.

**§ 3º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Anulação de Dotação previsto no Art. 43 §1º inciso III da lei 4.320/64 até o limite de 100% (cem por cento) em função do valor total da Lei Orçamentária sancionada para o ano de 2026.

**§ 4º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Operações de Crédito previsto no Art. 43 §1º inciso IV da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao total contratualizado com a instituição financeira autorizada em conformidade com o previsto na Resolução 43 do Senado Federal.

**§ 5º** - Os Créditos Adicionais somente serão utilizados para transferir de uma categoria econômica para outra, considerando como limite a modalidade de aplicação, as demais autorizações deverão ocorrer mediante alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa.

**§ 6º** - A movimentação Fonte de Recurso dentro do mesmo elemento de despesa, mesma conta orçamentária, mesmo órgão, será feita mediante documento que demonstre essa movimentação e não entrará para o limite de Crédito Adicional previsto nos incisos anteriores.

**Art. 49** – Consistem vantagens especiais da Educação Básica o **ABONO ESPECIAL** assegurado aos Profissionais da Educação Básica, oriundo do saldo dos 70% (setenta por cento) dos recursos do **FUNDEB** de acordo com a execução financeira apurada no exercício, podendo ser antecipado o pagamento do ABONO ESPECIAL caso as projeções financeiras assim permitirem em determinado período, desde que o valor da folha de pagamento e dos encargos não aplique percentual previsto em Lei;



**Art. 50** - O Poder Executivo publicará, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal previsto na LRF, por órgão integrante do orçamento fiscal e da seguridade social.

**Art. 51** - Conterá do Sistema de CONTABILIDADE, em meio magnético, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.

**§ 1º** - Os relatórios constantes no *caput* desta lei serão estipulados de acordo com as Normas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**§ 2º** - O relatório de execução orçamentária não constará duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

**§ 3º** - O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

**§ 4º** - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o *caput* deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

**Art. 52** - O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. Quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalhos;
- II. quadros demonstrativos da natureza de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- III. quadro da programação financeira e o cronograma de desembolso financeiro.

**Art. 53** - O Poder Executivo poderá utilizar sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético rígido e/ou flexível para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis,





registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, utilizando o sistema eletrônico computadorizado.

**Art. 54** - Poderá o Município, Poder Executivo ou Poder Legislativo fixar convênios ou termos de cooperação com entidades representativas de classe, mediante apresentação do Convênio.


**Art. 55** - As ações vinculadas a Criança e ao Adolescente no âmbito do SUAS deverão ser vinculadas sobre as privações que afetam crianças e adolescentes e os desafios atuais, que incluem o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza extrema, priorizando a alfabetização e as persistentes desigualdades raciais, combatendo a condição de pobreza e o acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, esporte, lazer, cultura, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação.

**Art. 56** - Aplicam-se a esta Lei as demais disposições da Lei nº. 4320/64 e Lei Complementar Nº. 101/2000, no que concerne a esfera municipal.

**Art. 57** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 58** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Quixeramobim - CE, em 08 de abril de 2025.**

  
**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
**Prefeito Municipal**

Sanctionado e Transformado em Lei / Sob o No.

3.339 de 26/06/2025

  
**Cirilo Antonio Pimenta Lima**  
**Prefeito Municipal**

APROVADO EM SESSÃO  
EM 27/06/25  
PRESIDENTE

APROVADO EM SESSÃO  
EM 11/06/25  
PRESIDENTE